ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

60

Campinas, março de 2011

UNICAMP

NEPO

A DINÂMICA MIGRATÓRIA E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: O CASO DE MATO GROSSO

JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria
Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa – Reitor

Pró-Reitorias
Prof. Dr. Marcelo Knobel - Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Euclides de Mesquita Neto - Pró-Reitor de Pós-Graduação
Prof. Dr. Ronaldo Aloise Pilli - Pró-Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva - Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário
Prof. Dr. Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib - Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Profª Drª Itala Maria Loffredo D'Ottaviano

Núcleo de Estudos de População
Drª Regina Maria Barbosa - Coordenadora
Drª Marta Maria do Amaral Azevedo - Coordenadora Associada

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Cristina Fernandes

Cunha, José Marcos Pinto da.

A dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso / José Marcos Pinto da Cunha - Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2011.

87p.

(A dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso, TEXTOS NEPO 60).

1. Dinâmica Migratória. 2. Centro-Oeste. 3. Mato Grosso. I. Título. II. Série.

Índice para catálogo sistemático
1. Migração - 301.326

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES
Editora dos Textos NEPO
Drª Joice Melo Vieira

Edição de Texto: Preparação/Diagramação
Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica:
Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

SÉRIE TEXTOS NEPO

TEXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **sessenta números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: http://www.nepo.unicamp.br.

Drª Regina Maria Barbosa
Coordenadora

Drª Marta M. Amaral Azevedo
Coordenadora Associada

SUMÁRIO

Introdução.....6

1. Mato Grosso: uma breve contextualização do seu processo de ocupação territorial.....9

2. Mato Grosso: elementos de sua diversidade espacial.....17

2.1. O Estado e sua heterogeneidade econômica 17

2.2. A dinâmica demográfica no plano regional 24

3. As especificidades regionais da migração em Mato Grosso: dados e depoimentos.....41

4. As características da migração em Mato Grosso: os reflexos da forma de ocupação e mudanças econômicas 56

5. Ocupação territorial e estrutura fundiária: a difícil manutenção do padrão tradicional.....73

Conclusões 81

Referências Bibliográficas 85

RESUMO

Uma das últimas áreas de fronteira do país, o Estado de Mato Grosso é ainda hoje uma possibilidade para a população que busca alternativas para a migração. Paralelamente ao processo de "urbanização da fronteira", assiste-se em Mato Grosso outras iniciativas com impactos importantes, que dão novas especificidades ao reordenamento da população no território e também às perspectivas de continuidade de ocupação demográfica do Estado, como os assentamentos agrícolas e novas frentes pioneiras. Após ter apresentado um forte processo de ocupação até meados dos anos 80, Mato Grosso experimenta um visível arrefecimento do seu crescimento demográfico, contudo mantendo áreas ainda com relativo dinamismo. Ancorado na análise de dados dos Censos Demográficos e Agropecuários e em entrevistas realizadas no Estado, este artigo centra-se na análise das tendências migratórias e seus impactos no processo de ocupação do espaço matogrossense nos últimos vintes anos, com ênfase no comportamento de algumas áreas representativas dos principais processos em curso, buscando situá-las no contexto mais amplo de mudanças nos padrões de ocupação econômica. As análises mostram, por um lado, uma forte associação entre ambos os fenômenos, a partir do impacto das atividades extensivas (pecuária, soja, algodão) na redução das possibilidades de absorção dos migrantes no meio rural, e, por outro, os efeitos "compensadores" dos assentamentos de reforma agrária.

ABSTRACT

The State of Mato Grosso is one of the last frontier areas in Brazil, and still shows some potential for populations that continue to seek alternatives for migration. Concurrently with the process of "urbanization of the frontier," one can see other phenomena in the state that are having strong impacts on the opening up of new possibilities for realigning the population in the territory, such as small farm settlements and new pioneering projects, which would have positive impacts for the continued demographic occupation of the state. After having gone through an intense process of occupation until the mid-1980s, Mato Grosso's demographic growth slowed down considerably. At the same time, however, it also continued to show relative dynamism in general. The present article is based on analyses of data from the Demographic and Agricultural Censuses and from interviews held in Mato Grosso, and analyzes migratory trends in the state and their impacts on the process of occupation of the state in recent years. Special emphasis is given to the behavior of several areas that are representative of the most important processes now underway. The author also seeks to locate these processes of change in the patterns of economic occupation. The analyses show strong association between the two phenomena, namely, on the one hand, the impact of extensive land-use activities such as cattle raising, soybeans, and cotton in reducing the possibilities for absorbing migrants in the rural areas and, on the other, the "compensating" effects of land reform settlements.

A Dinâmica Migratória e o Processo de Ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de mato grosso

José Marcos Pinto da Cunha[1]

Introdução

Embora o Mato Grosso tenha uma história de ocupação complexa, pode-se dizer que este começa a despontar no cenário brasileiro a partir do avanço da frente pioneira paulista, em meados do século XX, que primeiro provocou a ocupação no norte do Paraná, e depois extravasou para o sul do antigo Estado do Mato Grosso com a pecuária de corte e em seguida, nos anos 60, com a entrada de gaúchos e paranaenses que se dedicavam à cultura do trigo e da soja (IPEA/FJN, 1997).

Pode-se afirmar que a dinâmica socioeconômica e a configuração espacial que se observam no caso de Mato Grosso, se aproximam muito a "fases" anteriores do processo de ocupação dos outros Estados da Região Centro-Oeste – Goiás e Mato Grosso do Sul. No entanto, com uma intensificação do processo de ocupação demográfica e econômica mais recente, este Estado acabou sofrendo muito mais precocemente os impactos das grandes transformações na estrutura produtiva e fundiária regional o que, sem dúvida nenhuma, teve importantes implicações sobre sua dinâmica migratória.

Tais impactos podem ser sentidos por um lado, ao se observarem as tendências da migração das últimas décadas, mais especificamente nos anos 80 e 90, quando ocorreu uma redução significativa dos fluxos migratórios para a área e, por outro lado, ao se analisarem as características e as formas de inserção produtiva do migrante. Da mesma forma, este processo de transformação pode ser percebido no âmbito intra-estadual com relação ao comportamento demográfico dos vários subespaços do Estado, cujas trajetórias refletem as diferenças regionais em termos do processo de ocupação econômica e momentos da ocupação da fronteira agrícola.

Com a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2000 várias as tendências sugeridas pelos dados até então disponíveis puderam ser comprovadas, bem como outras hipóteses tiveram que ser re-avaliadas, entre elas, aquela que dizia respeito ao impacto da soja sobre o processo de redistribuição espacial da população no Estado.

[1] Demógrafo, professor do Departamento de Demografia (IFCH) e pesquisador do NEPO, ambos da Unicamp.

De fato, muito embora boa parte do território matogrossense tenha sido afetada, em termos demográficos pela emergência deste tipo de cultura agrícola – e, obviamente pela continuidade da expansão da atividade pecuária que vai se fixando no rastro do desmatamento continuado do Estado –, os dados analisados dão conta do inequívoco impacto do avanço desta atividade agrícola em regiões não ocupadas anteriormente por atividade agrícola intensiva que experimentaram um dos mais importantes processos de ocupação populacional do Mato Grosso nos últimos 10 anos, como é o caso da região da Chapada do Parecis no Centro-Oeste do Estado.

Não menos importante para esse processo de ocupação/desocupação demográfica estadual foram os assentamentos rurais que, principalmente ao longo dos anos 90 foram surgindo no Estado do Mato Grosso. Os dados obtidos dão conta da existência destes processos em praticamente todos os municípios do Estado e, justamente naquelas áreas onde a incidência e impacto, tanto absoluto quanto relativo, destes assentamentos foram mais importantes, foi onde maior crescimento demográfico e, sobretudo, migratório se observou. Esse efeito e o grande arrefecimento da atividade garimpeira constituem achados importantes para entender a dinâmica migratória regional.

No que se refere à migração, objeto propriamente dito da nossa pesquisa, os dados analisados mostraram que, de fato, o processo de ocupação do Mato Grosso sofreu nos últimos 15 anos um forte arrefecimento, muito embora ainda hoje se observem regiões mais ao norte do Estado com grande dinamismo migratório.

Na verdade, observou-se que não apenas a intensidade de chegadas de novos migrantes para o Estado diminuiu, como também as áreas receptoras foram se movendo cada vez mais para o norte e noroeste do Estado, regiões onde as fronteiras agrícolas (ou o que restam delas no Estado) ainda tinham algum significado enquanto forma de ocupação demográfica.

Fica claro nas análises que serão apresentadas a seguir que a forma como tradicionalmente o Estado do Mato Grosso foi ocupado vem se esvaindo gradativamente na medida em que a inserção dos migrantes como colonos ou pequenos proprietários vai se tornando cada vez mais difícil, tendo em vista as novas e mais vigorosas formas de ocupação econômica do território. Em todo caso, como já se observou o Estado ainda apresenta "focos" deste tipo de ocupação como decorre da análise das características dos migrantes que se dirigem para estas áreas.

Aliado à redução da intensidade e volume da imigração para Mato Grosso também se encontra o incremento da emigração para fora do Estado, muito embora se possa pensar que isso não se configure necessariamente como um processo de expulsão demográfica, ou em outros termos, caracterize o Estado como uma área de crescente evasão demográfica. As informações analisadas a este respeito deixam muito claro que boa parte desta emigração refere-se, na verdade, a um retorno de grandes contingentes de pessoas que procuraram o Estado como uma alternativa para as suas reproduções sociais. Este contingente representou mais de 54% da emigração dos anos 90.

Por outro lado, verifica-se também que outra parte significativa desta emigração refere-se a um movimento que ao longo da pesquisa se rotulou de "caminho ou trilha da fronteira" (CUNHA, 2002; CUNHA; ALMEIDA; RAQUEL, 2002; CUNHA; SILVEIRA, 1999), ou seja, não se trata propriamente de um processo de evasão demográfica de nativos ou moradores mais antigos, mas sim uma redistribuição espacial da população migrante que, em função de fatores de mudança (para utilizar a terminologia de SINGER, 1980) se vêem obrigados a procurar novos lugares para o possível assentamento "definitivo"[2].

Em suma, o que se percebe no Mato Grosso de hoje é que este se caracteriza como um Estado, em termos migratórios, muito aquém do que foi na década de 70 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola.

Se em um primeiro momento, os projetos de colonização (na maioria privados) foram os principais motores desta expansão da fronteira, já nos anos oitenta esta modalidade praticamente desaparece ficando a continuidade do processo sob a responsabilidade dos "pioneiros"[3].

O que no passado foram grandes projetos de colonização deu origem ao que hoje são algumas das grandes cidades matogrossenses. Não é por acaso que o Estado hoje apresenta um elevado grau de urbanização se considerar o seu histórico de ocupação, onde os centros urbanos, na maioria das vezes com reduzido poder endógeno de absorver a população

[2] Em trabalho anterior (CUNHA, 2002) utilizou-se da expressão "conto sem fim" para descrever a situação de muitos colonos ou pequenos proprietários que — na trilha da fronteira — vêem-se periodicamente forçados a se deslocarem para outras áreas, em geral, mais distantes e inóspitas.

[3] Sobre esta terminologia, ver a interessante discussão conceitual de Martins (1997) sobre os ciclos da fronteira. Também uma proposta de tipologia de situações de fronteiras que guarda alguma semelhança com a anterior é apresentada por Diniz (2002).

deslocada das zonas rurais, em muitas áreas do Estado acabam sendo as últimas opções para a permanência dos migrantes ali chegados.

Os termos "fechamento da fronteira" (MARTINS, 1997), "urbanização da fronteira" (SAWYER, 1986) entre outros, embora não contando com um consenso perfeitamente formado, não apenas sobre a validade recente, mas também sobre sua pertinência enquanto processos realmente existentes permitem traduzir de forma bastante eloqüente os processos vigentes no Mato Grosso. Esses processos somente poderão ser modificados caso políticas como a dos assentamentos de reforma agrária, programas de exploração adequada da floresta e atividades produtivas viáveis em pequenas e médias propriedades possam ser implantados com sucesso e sustentabilidade no Estado.

Espera-se que o presente estudo contribua em parte para um melhor entendimento da situação e permita a outros pensarem e sugerirem estratégias viáveis para que, assim como no passado, o Estado, sem perder sua identidade socioambiental, possa continuar sendo uma alternativa para os migrantes, estes sim, expulsos de suas áreas de origem.

1. Mato Grosso: uma breve contextualização do seu processo de ocupação territorial[4]

A região Centro-Oeste, e particularmente Mato Grosso, possui uma economia com caráter essencialmente agrícola, de urbanização crescente, mas ainda com extensas áreas de matas e florestas. Estas características se somam para formar o conjunto das situações representativas da diversidade demográfica e ambiental e são capazes de explicar seu grande dinamismo econômico dos últimos anos.

Nos anos 60 a Região Centro-Oeste iniciou um processo de modificação de sua base produtiva, fortemente impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e integração da região aos mercados, elementos estes que trouxeram importantes conseqüências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população.

Esta ação estatal é demonstrada pela preocupação de integração nacional do regime militar, o que justifica os representativos investimentos em grandes projetos agropecuários

[4] Essa seção contou com a valiosa colaboração da assistente de pesquisa Fernanda Raquel que com grande visão crítica e capacidade de síntese ajudou-me a selecionar alguns dos elementos centrais para contextualizar o Estado em questão.

na Região Amazônica. “Enquanto a sociedade brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que se sucederam no poder nesse período, o Araguaia, Mato Grosso e o Amazonas, de uma maneira geral, foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários” (OLIVEIRA, 1997, p.290).

Esta intervenção do governo foi realizada principalmente através do PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) efetivado pela ação da SUDAM, muitos grupos empresariais beneficiaram-se na ocupação da fronteira amazônica. Vale lembrar que muitos dos projetos aprovados, alguns megalomaníacos, nunca entraram em funcionamento, o que gerou uma série de escândalos pelo uso indevido de dinheiro público.

Aliada a esta preocupação de integração nacional existia a chamada *política de modernização*, a qual tinha como um dos seus objetivos centrais acelerar a ocupação nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Assim, foram realizados grandes investimentos públicos em transportes e comunicação, adotou-se também uma ampla política de incentivos fiscais e abertura de linhas de crédito. Porém, os pequenos produtores não tinham acesso a essas vantagens, sendo, portanto, excluídos de tal processo modernizador, por isso mesmo conhecido ainda como “modernização conservadora”.

Desta maneira, ocorreu uma articulação entre Estado e capital para que estes pequenos produtores se engajassem em projetos de colonização, característicos dos anos 80, em substituição aos grandes projetos agropecuários dos 70.

Segundo Guimarães e Leme (1997), as décadas de 70 e 80 foram marcadas pela implantação de importantes empresas agroindustriais, de capital nacional e internacional, muitas vezes associadas a investimentos estatais em infra-estrutura, incentivos fiscais, crédito subsidiado e atuação de órgãos oficiais de apoio.

Os autores ainda sugerem que a década de 70 foi fundamental para compreender a estrutura produtiva e a urbanização do Centro-Oeste, já que a região foi amplamente beneficiada pela “marcha modernizadora do oeste” que provocou um intenso direcionamento dos fluxos migratórios para áreas mais promissoras.

Sendo assim, a década de 80 se caracteriza pela realização destes projetos de colonização, baseados em assentamentos de famílias em pequenas propriedades, sendo que a execução destes projetos cabia às empresas públicas e privadas.

Estes migrantes que se dirigiam para o Mato Grosso eram na maioria trabalhadores agrícolas de regiões que já haviam passado pelo processo de capitalização do campo e

conseqüente urbanização sendo, portanto, vítimas do desemprego. Assim, eles viam nestes projetos de colonização a possibilidade de construir um futuro diferente, com perspectivas promissoras.

Neste contexto, é importante observarmos os aspectos críticos deste processo de ocupação realizado via intervenção estatal. A abertura de uma fronteira agrícola, "apoiada em ampla estratégia geopolítica de ocupação e exploração dessa área" (SOUZA, 1954, p.2), foi elemento de fundamental importância, já que o Estado utilizava a fronteira como "válvula de escape" para as áreas de conflito social, sobretudo no sul e sudeste do país, onde não havia trabalho suficiente no campo e as pequenas propriedades agrárias já estavam se desarticulando devido à crescente pressão do capital. De certa forma, a região tornou-se "atraente", devido aos diversos incentivos e vantagens oferecidas pelo governo, muito embora não possuísse a capacidade de articulação necessária para absorver essa população migrante.

Já para as empresas que efetivamente realizavam os projetos de colonização, esta era uma forma eficiente de realizar a renda da terra, contando com toda a infra-estrutura e recursos que o Estado lhes colocava à disposição. Ao mesmo tempo em que as colonizadoras deveriam assegurar o espaço físico e a reprodução da pequena propriedade, também apresentavam um discurso social e paternalista.

Porém, os projetos acabaram limitados pelas características qualitativas da terra, pela dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores e pelas próprias condições de isolamento da grande maioria das áreas colonizadas (em particular no caso do Norte do Mato Grosso). Para se ter uma idéia, os colonos migrantes, sobretudo os do Paraná, desejavam manter a experiência das plantações de café, mas depararam-se com as chamadas terras manchadas (tipo de solo que precisa ser corrigido para que se torne bom para plantar) que inviabilizaram muitas plantações. Além disso, quando conseguiam produzir tinham muita dificuldade de acesso ao mercado.

Desta maneira, a abertura dos grandes eixos rodoviários, especialmente a BR-163 Cuiabá-Santarém (1971-1976), foi um marco representativo da efetiva implantação dos projetos de colonização, além disso, esse período caracteriza-se pela modernização tecnológica da agricultura e o crescimento populacional nestas regiões:

> Nas áreas de influência da BR-163 destacaram as colonizadoras Sinop (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná) e INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), que deram origem às cidades de Sinop e Alta Floresta, respectivamente. Estas companhias executam e controlam a venda de lotes, a comercialização e o beneficiamento da produção, e exerciam: 'o poder político local, fiéis, contudo, ao governo federal; financiam campanhas publicitárias para atrair compradores entre pequenos e médios proprietários rurais capitalizados e pequenos investidores do Sul, principalmente do Paraná, de onde migram também nordestinos de segunda geração' (BECKER *apud* SOUZA, 2004, p.2).

Como conseqüência desta 'colonização acelerada' assistiu-se à multiplicação de novos municípios nas áreas de fronteira, como é o caso do norte do Mato Grosso, os quais sofrem até hoje com a ausência de infra-estrutura e serviços. São cidades pequenas, na maioria das vezes com população variando entre 20 e 50 mil habitantes.

Atualmente existe um peso maior da migração intra-regional delineando corredores de povoamento no Mato Grosso, sobretudo ao longo da BR-163, no sentido sul–norte. Também é essa a direção que seguem os assentamentos no Estado. Sem alternativa os pequenos agricultores começam a ter que desbravar áreas de matas fechadas. Além disso, a política de assentamentos do governo, realizada através do INCRA, também reforçou esse caminho. Porém, sua implantação "(...) mantém o velho padrão de assentamento e colonização em áreas fronteirais sem apoio e orientação, resultando em rápido desmatamento acentuado pelo alto índice de abandono de lotes" (BECKER, 2000, p.19). Aliás, esta tendência é amplamente confirmada na maioria dos assentados entrevistados em Mato Grosso no bojo desta pesquisa.

Diante desta forma de assentamentos surge um novo tipo de forma agrícola, a agricultura altamente capitalizada e mecanizada, cuja forma mais difundida no Mato Grosso é a cultura da soja:

> A entrada da agricultura capitalizada na Amazônia é uma novidade histórica numa região que sempre viveu do extrativismo. A cultura emblemática desse novo modelo é a da soja que, acompanhada pelo arroz e milho, até meados da década havia penetrado timidamente na região**,** mas em 1999 já ocupa novas e significativas áreas alcançando uma produção de 6.9 milhões de toneladas, 2 milhões das quais no Mato Grosso. Mais uma vez a região se vê potencialmente ameaçada por uma atividade e por gestores estranhos. Cultura tecnificada, de altos custos financeiros, a soja é objeto de cultivo por um novo tipo de empresário agrícola moderno que em nada se compara com os fazendeiros e empresas agropecuárias das décadas passadas. Corolário dessas condições, é a escala da produção que exige estabelecimentos médios ou grandes (em torno de 1.000 ha). São sobretudo empresário do Sul do país (...) (BECKER, 2000, p.19-20).

Segundo Becker, a soja chega a ser uma opção viável nos cerrados ou para recuperar áreas com pastagens, principalmente quando se consideram as melhorias genéticas das sementes, conseguidas através de pesquisas financiadas pela iniciativa privada com apoio estatal. No entanto, a autora teme pelo aumento do desmatamento que esta cultura pode gerar se avançar muito ao Norte. Associado a isso ainda cita o efeito que poderá ter o projeto dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) que se apóiam na criação de vias de circulação que certamente atrairão investimentos e migrantes, facilitarão a exportação, e por outro lado, aumentarão a tendência à destruição do meio ambiente natural.

Outro elemento importante neste contexto das atividades agrícolas nestas áreas de fronteira é o gado, que vem penetrando cada vez mais nas áreas florestais. Este aspecto é ressaltado por Cláudio Egler (2000) que mostra como o capital financeiro tem investido na constituição de uma forte economia agro-pastoril no Estado de Mato Grosso (o 4º rebanho nacional).

Sob esta perspectiva, vale considerar que, se por um lado a Amazônia, e com ela parte do Mato Grosso[5], se constitui realmente na última fronteira do país, por outro, o recente movimento da expansão do capital monopolista na região:

> Contribuiu para potenciar o caráter da terra como reserva de valor e acaba por desencadear um rápido 'fechamento da fronteira' [para o pequeno produtor] recém aberta, podendo, em conseqüência, problematizar a atual forma de desenvolvimento do capitalismo no campo e certas formas de poder a ele ligadas (JATENE, 1983, p.16).

Assim, Oliveira (1997) reconhece o caráter predatório deste processo de ocupação que, ao invés de privilegiar a articulação com os pequenos proprietários, foi um estímulo ao crescimento dos latifundiários nestas regiões, como se observa no trecho a seguir:

> A colonização recente em MT deriva simultaneamente do processo de transformação na agricultura brasileira, e da lógica da mercadoria terra como instrumento gerador de riqueza. Deriva também, da necessidade de obter força de trabalho disponível, para tornar possíveis os projetos capitalistas de desenvolvimento. Deriva igualmente, da vontade predatória dos latifundiários, mais preocupados em viabilizar seus títulos de terra, ou seja, criar uma mercadoria de terras. Deriva também das contradições estruturais da agricultura camponesa no sul do Brasil, sem condições de viabilizar a

[5] Não está demais lembrar que é no Estado do Mato Grosso onde se observa a área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica.

> reprodução da família, que sonha com o horizonte distante da terra farta. Enfim, deriva das políticas públicas que o Estado brasileiro gestou nos últimos 30 anos (OLIVEIRA, 1997, p.330).

Desta maneira, como mostrarão os dados deste estudo e outros estudos (CUNHA, 2002; CUNHA; SILVEIRA, 1999), houve uma redução dos fluxos migratórios na década de 80 para a região Centro-Oeste, em especial para o Mato Grosso. Esta diminuição era de certa forma, esperada dado o 'esgotamento', ou mesmo a redução dos recursos destinados à ocupação dessas áreas de fronteira (MARTINE, 1994), além de outros elementos como o processo de modernização da agricultura, as mudanças na forma de cultivo, as mudanças na estrutura fundiária etc. No entanto, não se pode deixar de considerar que em regiões onde a fronteira agrícola ainda não foi consolidada, como é o caso aqui estudado, pode-se registrar áreas onde movimentos migratórios mostraram-se importantes tanto na década de 80 quanto na seguinte.

Por último valeria a pena considerar outros aspectos que mereceriam uma avaliação mais cuidadosa de estudos sobre o processo de ocupação do Mato Grosso: a questão indígena, a questão ambiental e a prática do garimpo. Embora nenhuma destas problemáticas serão tratadas especificamente neste estudo, não se pode negar que a maneira como são desrespeitadas as terras indígenas, a forma como se processa a devastação ambiental e, finalmente, a maneira predatória dos garimpos constituem-se em conseqüências preocupantes do processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola no Estado do Mato Grosso.

Para a construção desses espaços em que se realizariam os projetos de colonização e assentamentos houve uma grande destruição dos territórios indígenas, numa luta de proporções desiguais. Assim, segundo Souza (2004), nem a criação do Parque Nacional do Xingu evitou a desestruturação das culturas indígenas que tiveram boa parte de suas terras usurpadas, terras essas importantes para a sua reprodução.

Muitos problemas também foram trazidos pelo garimpo. Parte da população indígena teve seu trabalho explorado nessa atividade, colocando-se em contato com doenças às quais não tinham nenhuma proteção, e levando-as para dentro de sua tribo, como conseqüência disto ocorreram epidemias que fizeram de milhares de índios vítimas fatais. Além disso, Martins (1997) denuncia verdadeiros processos de "seqüestros" sofridos por índias por parte dos pioneiros.

Ademais, a violência não se limitava aos territórios indígenas. As grandes fazendas tornaram-se verdadeiras máquinas criminosas, na opinião de Oliveira (1997). Aquelas se valem de um aparelho repressivo articulado com a corrupção, onde há espaço até para a ação de pistoleiros. Na dissertação do autor citado acima há relatos de torturas, muitas vezes publicadas em órgãos de comunicação, porém sem grandes repercussões.

Outra questão importante referente aos povos indígenas diz respeito às formas de apropriação das terras. A posse de terras no Mato Grosso valeu-se de um expediente ilegal, porém comum no Brasil: a grilagem. Com documentos falsos em punho, grandes fazendeiros apropriaram-se de terras de índios ou posseiros, muitas vezes com a ajuda de políticos do Estado (OLIVEIRA, 1998).

Este tipo de acontecimento ficou muito bem retratado em uma das entrevistas feitas para este estudo. Trata-se do episódio narrado pelo então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop, "Seu Avelino":

> (...) Eu não sou de assustar muito fácil, mas se eu contar o que aconteceu para mim, é difícil, é penoso, porque... Eu vim de lá, a cidadezinha que dava para se estabelecer com a família, com estudo, era Sinop. A notícia que eu encontrei aqui, eu tinha um dinheirinho para aplicar, diz ó: "você aqui não é bom ir para lá, tem que ir para frente, Itaúba para frente". Aí eu fui lá e comprei 300 alqueires sem documento algum, cego, sem informação nenhuma. Cheguei, joguei meu dinheirinho lá dentro, me estabeleci com a família, comprei uma chacrinha de 5 alqueires aqui, fez umas casa aí, porque tinha uns par de filho casado. Então investi um dinheiro além da compra da área meia cara, eu investi um dinheiro alto lá, fez 15 km de estrada por minha conta, desmatei lá uns 10, 12 alqueire no primeiro ano, fizemos plantio, plantemo um arvoredo, tal, sem pensar em buscar documento em cima disso. Quando nós começou a colher a primeira colheita, deu malária em 2 filho meus ficou o genro lá, que nós tinha alugado uma chacrinha fora do patrimônio, ficou ele e a minha filha lá, e eu vim para Sinop por causa dos filho doente. Quando eu retornei lá tinham invadido, me tomaram tudo, tudo, aí eu fique sem nada...Botaram até 80 boi de engorda lá... Grilaram. Nós se reunimo para retomar, mas como não tinha documento algum não tinha força. Aí fomo lá para querer na marra, nós vimo que nós ia morrer (...)

Este processo de ocupação territorial aliado à expansão do modelo agrário convencional foi extremamente prejudicial para o produtor familiar e causou fortes impactos socioambientais, como mostram os dados a seguir a respeito do desmatamento no Estado do Mato Grosso.

O INPE até agosto de 1998 indicava que 10% das florestas já estavam desmatadas. Certamente a demanda por madeira é a grande responsável por essa situação (Mato Grosso e Pará são os maiores produtores de madeira em tora do país). Além disso, depois da

realização das queimadas, a pecuária acaba sendo a alternativa mais imediata para a valorização da terra. Apesar da ação das madeireiras apresentar um ritmo muito mais acelerado que o dos posseiros, eles também têm sua dose de contribuição para o desmatamento.

Neste cenário, os dados a seguir já demonstram que a problemática levantada apresenta conseqüências graves na região, representada pelos focos de 'tensão social' em territórios matogrossenses. Em 1979, a Comissão Agrária criada para diagnosticar a situação fundiária no Mato Grosso, localizou 115 focos de tensão social, principalmente no norte do Mato Grosso e Alto Paraguai, gerados pela disputa da terra e mais ainda pela impossibilidade de acesso ao crédito rural.

O processo de ocupação da região norte de Mato Grosso nos últimos 25 anos sem o devido planejamento, teve como efeito um crescimento econômico não ordenado, sendo que a ausência de uma política de preservação do meio ambiente e de uma política agrícola no Estado são apontadas como as causas de sérias distorções, tais como: desmatamento, queimada, exploração racional de recursos florestais, assentamentos não planejados de migrantes, atividade de garimpagem desordenada, degradação de ambientes aquáticos e zonas ribeirinhas, o assoreamento de muitos rios; o desrespeito as reservas ecológicas e indígenas; os conflitos fundiários, etc. (A Questão Energética... citado por SOUZA, 2004, p.2-3).

Portanto, a análise do processo de ocupação da fronteira agrícola no Estado do Mato Grosso constitui-se com uma dinâmica própria, coberta de aspectos problemáticos e contraditórios, principalmente no que diz respeito às condições oferecidas às famílias dos projetos de colonização e as suas conseqüências socioambientais, seja no desmatamento ou nos focos de tensão social. Além disso, é importante salientar o caráter de agricultura capitalizada que o Estado vem tomando atualmente, demonstrada pelo grande crescimento do cultivo da soja.

Todas estas características tiveram seus impactos no processo migratório experimentado pelo Estado do Mato Grosso, impactos estes que se exprimem não apenas em termos das tendências do fenômeno ao longo do tempo, mas também no que tange ao perfil desta mobilidade populacional.

2. Mato Grosso: elementos de sua diversidade espacial

2.1. O Estado e sua heterogeneidade socioeconômica

Esta sessão baseia-se exclusivamente no detalhado estudo "Zoneamento Econômico e Ambiental do Estado do Mato Grosso"[6], cuja importância justifica-se pela riqueza e abrangência dos dados apresentados, permitindo assim construir um retrato bastante próximo da grande diversidade do Estado do Mato Grosso.

Desta forma, esta seção tem muito pouco de novo com relação ao texto mencionado anteriormente e visa apenas demonstrar alguns elementos importantes para refletir a realidade das condições sociais e as principais atividades econômicas no Estado. Como o Mato Grosso possui um caráter essencialmente agrícola, apresenta-se um panorama das suas principais atividades agropecuárias, ressaltando a importância do cultivo da soja e da pecuária.

Já no que se refere às condições de vida, o Estado apresenta um quadro bastante heterogêneo, uma vez que esta dimensão é fortemente relacionada ao dinamismo próprio e à atividade econômica peculiar de cada região, muito embora, se possa identificar algumas características similares que, em última instância, irão indicar o perfil médio do Estado.

As informações disponíveis sobre os níveis de escolaridade evidenciam que as taxas de analfabetismo da população de Mato Grosso são altas em todo o Estado, sendo a média para este indicador de 24,5%, taxa considerada bastante alta diante dos padrões nacionais. Para agravar a situação, os dados mostram que mais de 70% dos municípios de Mato Grosso apresentam índices superiores à média estadual. Um elemento importante considerado no "Zoneamento" é que estes baixos graus de escolaridade dessa população foram, de certa forma, "importados" junto com os movimentos migratórios das últimas décadas. De fato, os dados deste estudo mostrarão que, de fato, o perfil educacional dos migrantes, em particular aqueles das décadas de 70 e 80 mostrava-se bastante deficiente.

Dados mais atualizados, referentes ao ano 2000, disponíveis no *site* do IBGE (Sidra), evidenciam que do total da população residente com 10 anos ou mais, apenas cerca de 11% não é alfabetizada. Por outro lado, aproximadamente 17% desta amostra apresentam 15 anos de estudo ou mais, mas 36,5% da população desta amostra não têm resultados determinados.

[6] Visando facilitar a redação, na presente análise este texto será sempre referenciado como "Zoneamento".

Outro indicador do nível de escolaridade que podemos utilizar é a porcentagem de estudantes com 5 anos ou mais, no ano de 1991. Estes dados mostram que 408.767 pessoas da amostra possuem apenas o primeiro grau, enquanto que 11.961 têm ensino superior completo. Desta forma, podemos perceber que houve uma aparente melhora no cenário da escolaridade da população do Mato Grosso, dada a redução da população analfabeta, mas os graus de escolaridade ainda permanecem deficientes já que a maioria da população ainda possui somente o primeiro grau. Mas os dados do Censo de 2000 seguem a tendência de que os não-migrantes possuem um melhor nível de escolaridade, confirmando a hipótese levantada pelos autores do "Zoneamento" de que estes índices de analfabetismo foram de certa forma 'importados' juntamente com os fluxos migratórios.

Quanto ao atendimento na área de saúde, há carência e má distribuição dos equipamentos e serviços, aspectos que se agravam pela ausência de redes de infra-estrutura de saneamento básico (pouco mais de 30% dos domicílios de Mato Grosso contavam com rede de esgoto em 2000). Esta situação se tornou ainda mais crítica dado o rápido crescimento populacional e a ocupação desordenada de algumas áreas. Já quanto à assistência médico-sanitária, dados mais atualizados, disponíveis no site do IBGE (Sidra) mostram que houve um aumento dos estabelecimentos de saúde no Mato Grosso, pois em 1985 eram 337 e em 2002 eram 1346, o que mostra um aumento de 25% ao longo de todo o período, enquanto que para o Brasil este mesmo indicador sofreu um aumento de 44%, o que mostra que a situação ainda permanece crítica no Estado, dado seu intenso crescimento populacional durante o período.

Sendo assim, há certas características que se apresentam em relativamente todas as regiões do Estado, formando assim um retrato das suas condições de vida, tais como: o baixo grau de atendimento por redes de saneamento básico; a carência de estabelecimentos escolares voltados para o 1º grau completo e o 2º grau, nas áreas rurais aliado ao baixo grau de qualificação dos professores, principalmente nas escolas rurais e a carência de estabelecimentos públicos de saúde.

Vale ainda ressaltar a evidente concentração na distribuição de renda: do total de pessoas ocupadas em 1991, quando se observa que 39,6% das pessoas ocupadas recebiam menos do que um salário mínimo por mês e 3,4% não auferiam rendimento. Considerando-se a faixa de 0 a 3 S.M. mensais, este percentual atinge 77,7% do conjunto das pessoas ocupadas. No meio rural, os salários médios mensais são ainda mais baixos do que no meio

urbano: 45,2% das pessoas ocupadas (196.360) percebiam menos do que um salário mínimo (S.M.) por mês e 10,3% não auferiam rendimento. Para o conjunto do Estado, apenas 1% das pessoas ocupadas (7.554) percebiam mais de 20 S.M./mês; destas, 89% no meio urbano. Note-se ainda a elevada participação do trabalho informal no mercado de trabalho matogrossense.

Dadas as características estruturais do Estado, particularmente seu caráter essencialmente agrícola, observa-se recentemente um grande impulso verificado na expansão e modernização agropecuária, neste cenário a agricultura passa a adquirir importância central na expansão e diversificação das exportações, para garantir uma oferta e como fornecedora de matérias-primas para a indústria.

Em termos nacionais, o Estado apresenta um dos processos mais recentes e de agroindustrialização, além de um dos mais altos níveis de concentração fundiária, onde predomina amplamente a grande empresa nacional, especialmente nas suas atividades econômicas características – a soja e a pecuária. As grandes empresas nacionais responderam por 60% da amostra dos principais contribuintes do ICMS e as internacionais 9%; as cooperativas por 11%, e as empresas de origem regional, pelos 20% restantes. Quanto à distribuição setorial, cerca de 55% das empresas da amostra produzem derivados de soja, 30% correspondem à produção de carne bovina, restringindo-se as demais atividades à proporção de apenas 15%.

Particularmente no cultivo da soja há o predomínio das grandes empresas nacionais atuantes nos mercados de *commodities*, uma vez que esta atividade requer um investimento adequado ao seu padrão tecnológico moderno. Entre as grandes empresas nacionais com atuação regional, destacam-se: Sadia (com atividades nas áreas de refino de óleo, produção de carne bovina e abate de frangos); Ceval (óleo de soja e carne bovina); Perdigão (refino de óleo); Olvepar; Cutrale Quintela; Granol; Grupo Itamaraty (soja, algodão e cadeia sucro-alcooleira). Entre as empresas internacionais tem-se a Cargill, Sanbra e Mitsui Alimentos.

O processo de ocupação e a formação histórica do Mato Grosso provocaram uma forte diferenciação do seu espaço agrário regional. Assim convivem segmentos produtivos (lavoura temporária) com intenso processo de capitalização e acentuados investimentos em máquinas e insumos químicos, com segmentos voltados à pecuária extensiva, com reduzidas taxas de lotação do rebanho e inexpressivas parcelas de pastagens plantadas.

Neste cenário podemos identificar, segundo os autores do "Zoneamento" basicamente duas formas peculiares e bastante distintas de expansão da agricultura no Mato Grosso: de um lado a agricultura tradicional, com pequenas propriedades e baixo uso de técnicas modernas; por outro lado, o desenvolvimento da sojicultura, em grandes propriedades com uso de técnicas avançadas e uso de tecnologia e ainda a representatividade da pecuária de corte, também desenvolvida com baixo uso de técnicas modernas.

A agricultura familiar predomina em áreas de colonização ou ocupação espontânea (assentamentos de trabalhadores rurais), organizando-se em torno da produção de culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), da pequena pecuária, da produção leiteira e secundariamente, de algumas poucas culturas comerciais (café, cacau, banana e algodão). Nos últimos anos, têm ocorrido inúmeros projetos de assentamentos de trabalhadores sem-terra, principalmente nas áreas de florestas e de transição, ao norte do Estado. Além das condições de fertilidade dos solos não serem as mais adequadas, a ausência de uma infra-estrutura viária e de apoio à produção (armazenagem, crédito, escolas etc.), específicas para esse tipo de agricultura, somente faz aumentar os condicionantes desfavoráveis à sua viabilização. O resultado é que há uma forte tendência à descapitalização dos pequenos produtores, tendo como conseqüência última, a sua expropriação e a pecuarização da área e reconcentração fundiária.

Já a sojicultura é desenvolvida pelos latifundiários, os quais dispõem de grandes áreas e diversas fontes de recursos para o desenvolvimento destas atividades. Deve-se salientar ainda, que a crescente busca pelo aumento da eficiência econômica dos sistemas produtivos conduz a impactos sociais relevantes, como é o caso da diminuição da mão de obra ocupada e a concentração fundiária (modelo agro-exportador pautado em políticas nacionais, de crédito e financiamento).

Quanto às atividades agrícolas, são três as principais culturas temporárias do Estado: a soja, o arroz e o milho, indicando uma situação de pouca diversificação produtiva. Estima-se que somente essas três culturas ocupem aproximadamente 90% da área cultivada do Estado, cabendo à soja quase 60%. O grande predomínio das lavouras voltadas aos mercados externos e a reduzida presença de outras culturas, faz com que Mato Grosso seja um importador de toda a sorte de produtos agrícolas que consome, com destaque para os hortigranjeiros. Já para a pecuária, a importância do Estado em termos nacionais é também

expressiva, reafirmando seu duplo papel na economia nacional, como produtor e exportador de grãos e carnes.

A cultura de primordial importância é sem dúvida a soja. A sojicultura encontrou excelentes condições de adaptação às características do cerrado matogrossense. No início da década de oitenta, a produção era de apenas 117.000 toneladas e em 1994 chegou a aproximadamente 5.000.000 toneladas. O mais expressivo em relação à soja é que o Mato Grosso vem atingindo os patamares de produtividade mais elevados do país e o volume produzido vem aumentando significativamente. Esse crescimento deve-se não somente à incorporação de novas áreas de fronteira, como também aos expressivos ganhos de produtividade, obtidos nos últimos anos. Deve-se ter claro que a disponibilidade de terras, para incorporação pelo sistema soja, tende a se esgotar em várias áreas tradicionais de cultivo, e esse momento é de especial importância, quando se pensa em avaliar a sustentabilidade de um determinado modelo de ocupação. Destacam-se como grandes produtoras de soja as microrregiões de Parecis e Rondonópolis.

Outra atividade que vem tendo destaque crescente é o arroz. A cultura temporária do arroz é a precursora nas novas frentes agrícolas, seja da agricultura familiar ou da pecuária tradicional. É menos exigente em fertilidade, sendo de menor custo e, portanto, mais acessível aos iniciantes de menor porte e capital, auxiliando também na amortização dos custos de formação das pastagens, cujo retorno econômico se dá num prazo mais longo.

O milho é outra atividade cuja produção ganhou maior relevo nos últimos anos, com destaque para os ganhos obtidos com o aumento da produtividade. A produção de milho expande-se nas regiões mais tecnificadas do cerrado e mostra-se como excelente alternativa num plano de rotação de culturas, atenuando os malefícios do monocultivo da soja, ao mesmo tempo em que oferece um mínimo de diversificação econômica para o produtor rural.

Já a cana-de-açúcar é uma atividade que se concentra em regiões específicas do Estado, associado aos complexos agro-industriais sucroalcooleiros, como, por exemplo, a região do município de Jaciara, localizado na microrregião de Rondonópolis. Sua produção tem ritmo crescente, fruto da expansão de sua área cultivada e de aumentos expressivos de produtividade. As produções de cana-de-açúcar e de algodão apresentam acentuada concentração espacial. A cultura da cana expandiu-se acentuadamente no período 1987-94, podendo-se destacar 3 núcleos produtores significativos e que sediam pólos sucro-

alcooleiros: um núcleo produtor englobando Jaciara, Juscimeira, Dom Aquino e São Pedro da Cipa, todos municípios da microrregião de Rondonópolis, que, em conjunto, apresentam pequeno ritmo de crescimento, tendendo para a estabilização. Num segundo núcleo produtor, destacam-se os municípios de Barra do Bugre, Denise e Nova Olímpia, em Tangará da Serra, com grande avanço da cultura no período considerado. O terceiro núcleo tem, por principal área de produção, o Município de Campo Novo do Parecis e como áreas principais de expansão, os municípios de Diamantino e São José do Rio Claro (microrregião de Parecis).

A cultura do algodão apresentou tendência de aumento na produção, no período 87/94, conseqüência tanto da expansão da área cultivada, como do aumento nos níveis de produtividade da lavoura, embora haja baixo patamar tecnológico empregado na condução das lavouras nas áreas de agricultura familiar (grande maioria), bem como prováveis interferências provenientes das condições ambientais. A produção de algodão também apresenta 4 núcleos de produção. O primeiro engloba os municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte, Alta Floresta e Guarantã do Norte (microrregiões de Colider e Alta Floresta). No eixo Jauru-Cáceres, englobando os municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião e Barra do Bugre, localiza-se o núcleo produtor algodoeiro mais tradicional e significativo do Estado.

Finalmente, há o destaque para a pecuária e a produção leiteira. A bovinocultura de corte é a principal atividade pecuária do Estado, realizada de forma extensiva, dentro de um ciclo de utilização, com padrões de produtividade ainda baixos, mas vem demonstrando um forte e contínuo movimento no sentido da ampliação de sua área. Já a produção leiteira apresenta uma distribuição espacial que não é inteiramente coincidente com a dos principais rebanhos bovinos. No norte, apenas Colíder apresenta maior densidade (verifica-se aí a presença de frigoríficos e de laticínios), sendo que os principais produtores de leite situam-se na chamada Bacia Leiteira de Jaciara, que engloba os municípios de Rondonópolis, Poxoréo, Juscimeira, Dom Aquino, além de Jaciara e numa área onde se destacam Araputanga, Jauru e São José dos Quatro Marcos, além dos municípios de Barra dos Bugres e Tangará da Serra, na microrregião de Tangará da Serra. Nestes a produção leiteira é, em grande parte, originária de pequenos e médios produtores, que foram crescentemente se especializando nessa função.

Diante destas atividades agrícolas desenvolvidas no Mato Grosso surge um outro aspecto importante - a concentração de terra no Estado. O índice de gini apresenta-se alto

em todas as regiões do Estado e resulta em um média para o Mato Grosso de 0,880 no ano de 1985, descrita como concentração muito forte, tendendo à absoluta. A título de comparação, a média brasileira, também considerada muito elevada é de 0,82 descrita como concentração muito forte.

Relacionada a esta concentração enorme das terras no Estado, há, como já se mencionou anteriormente, uma série de conflitos e problemas, como a ilegalidade de terras e as áreas de conflito. Existe ainda um elevado descontrole sobre a condição legal do patrimônio fundiário do Estado, com vários problemas: dificuldade na discriminação de terras públicas, de proprietários e de posseiros, elevado número de produtores rurais detentores de posses não legalizados, sobreposição de área de imóveis rurais, entre outros. As maiores concentrações de ocupantes do Estado situam-se nas zonas de Cáceres (micro de Alto Pantanal), Nossa Senhora do Livramento (Cuiabá), Rosário Oeste (Rosário D´Oeste) e Canarana (Canarana) que, somadas, detêm aproximadamente 40% do total estadual.

A extração de madeira foi uma das atividades de destaque durante o processo de ocupação do Mato Grosso, principalmente através dos projetos de colonização. Esta atividade é de fundamental importância no norte do Estado, a maior produtora de madeira, representando aproximadamente 90% da produção do Estado. Além disso, esta região, que compreende cerca de 6% da área do Estado, estão concentradas de 38% a 52% das indústrias da madeira existentes no Estado, utilizando de 1/3 a metade da madeira em tora cortada em Mato Grosso. Uma questão problemática apontada pelo “Zoneamento”, é que o parque madeireiro encontra-se tecnologicamente ultrapassado, operando com enorme perda de matéria prima na fase da transformação, o que leva a uma baixa agregação de valor à matéria prima e baixo grau de utilização da mão-de-obra.

Há ainda uma baixa taxa de reinvestimento no setor madeireiro. Outro aspecto problemático, diz respeito às questões ambientais: as atividades de reflorestamento não têm acompanhado o ritmo da atividade e mostram-se insuficientes para atender a esta demanda, o que provavelmente gerará graves problemas ambientais.

Outra atividade econômica importante no Mato Grosso é o garimpo, porém tal prática vem adquirindo novas características, diferentemente do seu perfil das décadas de 70 e 80. A atividade garimpeira é fortemente concentrada no extremo norte do Estado (80%), distribuindo-se a parte mais significativa da parcela restante em alguns poucos pólos de mineração do sul e centro do território.

É exatamente nestas novas áreas que vem ocorrendo uma generalização dos novos equipamentos e seu amplo predomínio nas áreas de lavra mais antigas, consolidando assim novas relações de produção, em particular com o progressivo desaparecimento do pequeno garimpeiro. Assim, juntamente com a maior incorporação de capital à atividade mineradora em seu conjunto, foram ganhando corpo empresas especializadas no desenvolvimento de fases específicas dos diferentes processos, assim como se desenvolveu um segmento de novos pequenos e médios empresários, diretamente vinculados à mineração aurífera e que vieram a constituir-se no novo segmento politicamente dominante, nos municípios envolvidos pela atividade.

2.2. A dinâmica demográfica no plano regional

Os dados sobre o crescimento populacional e processo de urbanização do Mato Grosso não deixam dúvida quanto ao fato de que, os anos 90, na verdade, mais precisamente no segundo qüinqüênio dos anos 80[7] o Estado passou por uma importante inflexão no seu crescimento demográfico fruto, entre outros fatores, das significativas transformações no seu processo de desenvolvimento econômico e estrutura produtiva.

De fato, após crescimentos demográficos explosivos superiores a 5% ao ano nas décadas de 70 e boa parte da década de 80, o Estado reduz abruptamente o seu crescimento na década de 90 para algo em torno de 2,4, muito embora, como se pode observar na Tabela 1, este tenha sido bem superior à média nacional e ao desempenho de outros Estados do Centro-Oeste, em particular do Mato Grosso do Sul.

A mesma tabela mostra que, enquanto reduzia o seu crescimento demográfico, Mato Grosso também se urbanizava a passos largos. Uma vez que, segundo o Censo de 2000, nada menos que 80% de sua população vivia nas cidades.

[7] Em estudo anterior pode-se mostrar que os dados analisados levavam a crer que, de fato, a inflexão do processo de ocupação matogrossense parece ter mesmo ocorrido a partir de meados dos anos 80 período que, não por acaso, coincidiu com a interrupção dos incentivos governamentais fartamente oferecidos para projetos de colonização e expansão da fronteira agrícola (MARTINE, 1994). Para maiores detalhes sobre estas tendências ver Cunha, 2002 e Cunha e Silveira, 1999.

TABELA 1

População total, taxa de crescimento e grau de urbanização, Brasil e Estado do Centro-Oeste, 1970/2000

UF	População				Taxa de Crescimento (% a.a.)			Grau de Urbanização			
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00	1970	1980	1991	2000
Distrito Federal	537.492	1.176.935	1.598.415	2.043.169	8,15	2,82	2,77	96	96,8	94,7	95,7
Goiás	2.414.325	3.125.354	4.012.562	4.994.897	2,61	2,3	2,46	45,9	67,5	80,8	87,9
Mato Grosso	598.879	1.134.230	2.022.524	2.498.150	6,59	5,4	2,37	38,8	57,7	73,3	79,4
Mato G.do Sul	998.211	1.393.019	1.778.741	2.075.275	3,39	2,25	1,73	45,3	66,8	79,4	84,1
Rondônia	111.064	491.069	1.130.874	1.377.792	16,03	7,88	2,22	53,6	46,5	58,2	64,1
Tocantins	516.447	743.750	920.116	1.155.251	3,71	1,95	2,56	24,8	40,1	57,7	74,3
Total	**5.176.418**	**8.064.357**	**11.463.232**	**14.144.534**	**4,53**	**3,25**	**2,36**	**48,2**	**66,5**	**77,1**	**83,5**

Fonte: Fundação IBGE (1970; 1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp.

Mesmo tendo em conta que o grau de urbanização do território matogrossense possa estar superestimado em função da forma como a informação é captada pelo IBGE que, como argumenta Veiga (2002), tende a considerar como cidades espaços claramente sem as condições mínimas para tal, para efeitos deste estudo é notável constatar que somente cerca de 20% da população do Estado ainda vive realmente nas zonas rurais.

Para um Estado que foi ocupado e colonizado com base em programas de assentamentos rurais, não é difícil perceber que esta aparente contradição, ou seja, um Estado com estrutura econômica nitidamente baseada na agropecuária, grandes extensões de terras disponíveis, mas com pouquíssima população residindo nas zonas rurais, simplesmente reflete uma marca característica de um Estado onde predominam não apenas grandes latifúndios, mas também onde a produção primária tomou o rumo da cultura e/ou pecuária extensiva, sendo no primeiro caso, altamente tecnificada e, portanto, utilizando muito pouca mão-de-obra e, por conseguinte, eliminando muitas das oportunidades de fixação do homem no setor rural. Como era de se esperar, esta dinâmica reflete-se diretamente no processo migratório, além de implicar numa diversidade sócio-espacial.

Em termos dos fluxos migratórios mais significativos, a Tabela 2 e Gráficos 1 a 3 mostram que, aliado à redução de imigração, ocorreu uma mudança significativa no perfil dos movimentos quanto a última residência dos migrantes. Enquanto no auge da ocupação do território as pessoas provenientes do Paraná representavam algo em torno de 35%, e que somados a outras origens como Goiás 14%, São Paulo (13%) e Mato Grosso do Sul (11%) respondiam por

quase 3/4 da imigração registrada, nos anos 90, o quadro modifica-se e percebe-se uma brusca redução do peso relativo do Paraná (19%) que acaba permitindo uma maior participação relativa de outras origens como é o caso de Rondônia.

A predominância de paranaenses nas áreas de fronteira demonstra a importância que os fluxos migratórios originados nesse Estado, bem como suas especificidades em termos da trajetória prévia, tiveram sobre o processo de expansão da fronteira agrícola. No entanto, o que revela a informação sobre a última residência dos indivíduos, às vezes oculta o que pode ser um processo de muito mais longo prazo e iniciado em outras locais. Sobre isso o trecho de entrevista transcrito é bastante ilustrativo:

> Gaúchos, gaúchos. Não é só aqui em Lucas que é um assentamento do pessoal do Sem Terra, do INCRA, mas é Sorriso, é Sinop, Nova Mutum. É tudo 80% de gaúchos, paranaenses, mais mesmo o pessoal oriundo do Rio Grande do Sul. Eu mesmo sou natural do Rio Grande do Sul, mas meus pais saíram do Rio Grande do Sul eu tinha 5 anos de idade. Então nós viemos para Santa Catarina, me criei no oeste catarinense, fiquei lá até os 12 anos. Então viemos para o Paraná e depois do Paraná eu vim para cá, em 1985, já vai fazer 17 anos. Neri Gueller (vereador de Lucas do Rio Verde – microrregião de Alto Teles Pires).

Ou seja, a imigração paranaense é, em muitos sentidos, um desdobramento de processos anteriores iniciados no Rio Grande do Sul, tendo sido o Paraná, por seu processo de ocupação nos anos 70, uma das etapas daqueles que, como notado em estudo anterior (CUNHA, 2002), fazem parte de uma espécie tipo de "história sem fim", na medida em que são sempre obrigados a buscar novas alternativas de fronteira em função das transformações que começam a ocorrer no rural brasileiro a partir dos anos 70.

Vale notar que essa mesma importância do "sulista" na composição da migração estadual, é a que empresta uma característica muito particular para se entender a ocupação e expansão de áreas como a fronteira de Mato Grosso, ou seja, a contínua busca de novas áreas e a pouca propensão ao retorno. Nesse sentido é muito eloqüente o seguinte depoimento:

> Do Paraná, do Rio Grande do Sul, esse não retorna de vorta não.
> Quando acha algum destino não vorta mais. Quem vem que vai puxando mais. Mais do Sul porque nóis não vorta pa trás. Povo do Paraná, Rio Grande não vorta. (Seu Pedro, assentado de Sinop).

TABELA 2

Volume de imigrantes (I) e emigrantes (E) com menos de 10 anos de residência, Mato Grosso, 1980-2000

Principais fluxos	1980		1991		2000		Variação % 80/00	
	I	E	I	E	I (*)	E	I	E
Total MT	**328.376**	**121.731**	**543.179**	**244.438**	**420.296**	**249.423**	**28,0**	**104,9**
Paraná	112.440	4.529	164.597	52.559	76.516	39.839	-31,9	779,6
Goiás (**)	46.706	16.027	51.121	29.528	55.976	42.747	19,8	166,7
São Paulo	41.833	20.176	64.120	37.689	46.387	45.425	10,9	125,1
Mato Grosso do Sul	35.297	13.091	68.320	24.828	52.777	26.561	49,5	102,9
Minas Gerais	31.708	6.289	24.267	12.120	18.358	9.331	-42,1	48,4
Rondônia	3.692	47.455	30.509	39.531	46.194	26.766	1151,3	-43,6
Bahia	7.831	1.182	12.262	2.595	10.192	3.584	30,1	203,3
Rio Grande do Sul	17.893	1.047	27.800	8.738	20.610	8.103	15,2	673,6
Santa Catarina	7.703	597	25.880	6.320	17.193	8.415	123,2	1310,2
Pará	2.006	2.451	13.210	7.970	14.289	11.897	612,2	385,5
Maranhão	1.463	376	22.148	2.504	13.525	4.014	824,7	967,8
Distrito Federal	1.765	2.310	4.923	2.744	3.598	4.534	103,8	96,3
Outros	18.040	6.204	34.022	17.312	44.682	18.207	147,7	193,5

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo-Unicamp, 2003/2004. (*) Este volume considera a distribuição "pro-rata" feita para os migrantes sem declaração de UF de residência anterior. (**) Para efeito da manutenção da comparabilidade para 1991 e 2000 os volumes de Goiás foram somados aos de Tocantins.

Como se percebe pelo depoimento acima, o retorno parece não fazer parte das estratégias dos sulistas, muito embora os dados a serem apresentados mais adiante dão conta de que o retorno não deixa de ser uma alternativa para um contingente importante destas pessoas. No entanto, percebe-se que a emigração para outras áreas de fronteira, em especial, no norte do país representa parte significativa das saídas de pessoas de Mato Grosso.

No entanto, em alguns casos como em Colíder, os nordestinos ocupam também lugar de destaque nos anos 80, seduzidos principalmente pelo enriquecimento fácil que o garimpo prometia. Justamente foi essa Microrregião a que maior volume de imigração recebeu entre as três áreas do norte do Mato Grosso. Esta situação mostra as diferenças existentes entre os vários tipos de migração para o Estado, sendo, em geral, distintas as motivações e principalmente a natureza destes movimentos caso se trate de nordestinos ou de sulistas[8].

Decorrem do diagnóstico permitido pela Tabela 2 e Gráficos 1 a 3 pelo menos duas observações importantes. A primeira diz respeito à redução da imigração do Paraná. Neste caso, como apontado em estudos anteriores (CUNHA; BAENINGER, 2001; CUNHA; DEDECCA, 2000; CUNHA, 2006), não se pode perder de vista que este arrefecimento não parece estar ligado apenas às transformações ocorridas no Mato Grosso, mas também dizem respeito

[8] Para uma discussão sobre as diferenças da migração de nordestinos e sulistas ver, por exemplo, Cunha e Azevedo (2001).

claramente ao que ocorreu no Paraná na última década com a emergência de RM de Curitiba como nova alternativa para os migrantes das áreas mais deprimidas do Estado (ver por exemplo, MAGALHÃES, 1998).

Ora, assim sendo, fica muito difícil atribuir a queda dessa imigração somente aos "fatores de mudança" (SINGER, 1980) observados no Mato Grosso, uma vez que muito provavelmente a estes se associaram também os fatores que levaram a um redirecionamento dos fluxos dentro do próprio Estado do Paraná.

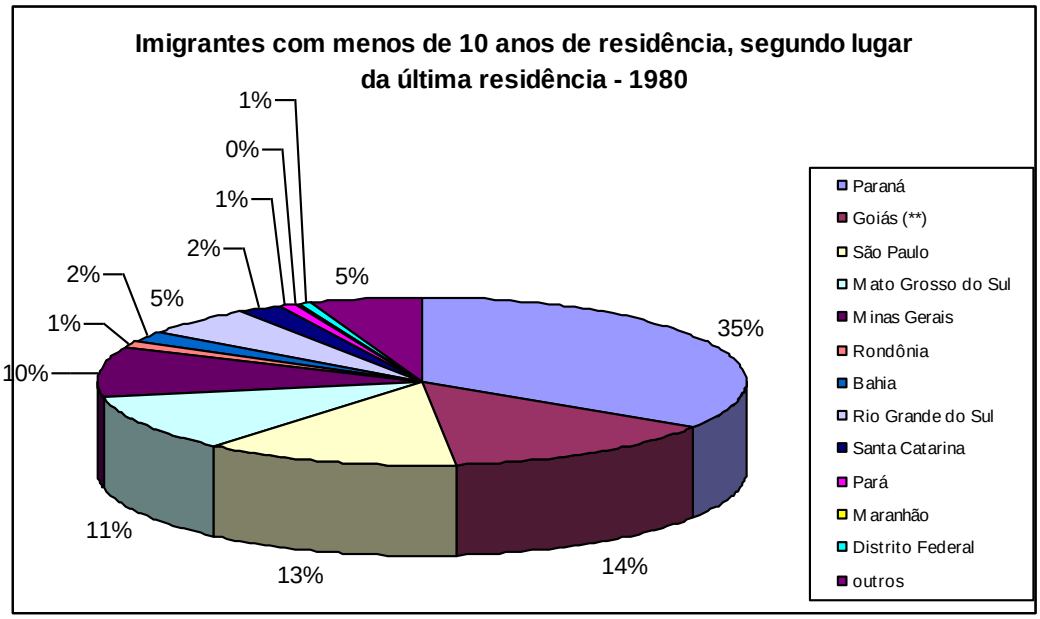
A segunda observação refere-se a Rondônia que, pelos dados censitários, já nos anos 80, não apresenta mais o grande dinamismo em termos de ocupação demográfica de antanho. Embora não seja o caso aqui especular sobre os motivos deste comportamento, parece ser muito sugestivo o fato de que o Estado, ao mesmo tempo em que reduz sua imigração (de 285,6 mil em 1980 para 197,6 mil em 2000, ver CUNHA 2006), também incrementa enormemente sua emigração para o Mato Grosso, como que na contramão do que vinha acontecendo com este último Estado. Além disso, não seria por coincidência que algumas das áreas que mais estariam crescendo em termos demográficos em Mato Grosso fossem justamente as da porção noroeste, onde novas fronteiras agrícolas continuam sendo abertas e cuja localização é fronteiriça com Rondônia. Percebe-se, portanto, a existência de uma relação estreita entre os movimentos migratórios e a possibilidades existentes não apenas no destino, no caso Mato Grosso, mas também na origem.

Mas o arrefecimento de imigração não foi o único fator demográfico responsável pela redução significativa do crescimento populacional matogrossense. Na verdade, na esteira da indiscutível redução dos atrativos para os migrantes, em especial, aqueles interessados na "promessa" das fronteiras agrícolas para se estabelecerem como pequenos proprietários e lá desenvolverem uma agricultura ou pecuária em base familiar, a emigração a partir de Mato Grosso também se intensificou a partir dos anos 80, sofrendo inclusive um aumento absoluto nos anos 90 da ordem de 100% se comparado aos anos 70. De qualquer modo, é importante notar que, a emigração praticamente se estabilizou entre os anos 80 e 90 e, como conseqüência sofreu uma redução de sua intensidade (0,39%a.a. contra 0,34%a.a., respectivamente).

Esta certa estabilização das perdas populacionais se, por um lado, mostra que o maior impacto das grandes transformações produtivas no Estado já parecem ter ocorrido entre os meados dos anos 80 e começo dos anos 90, por outro lado, refletem a redução

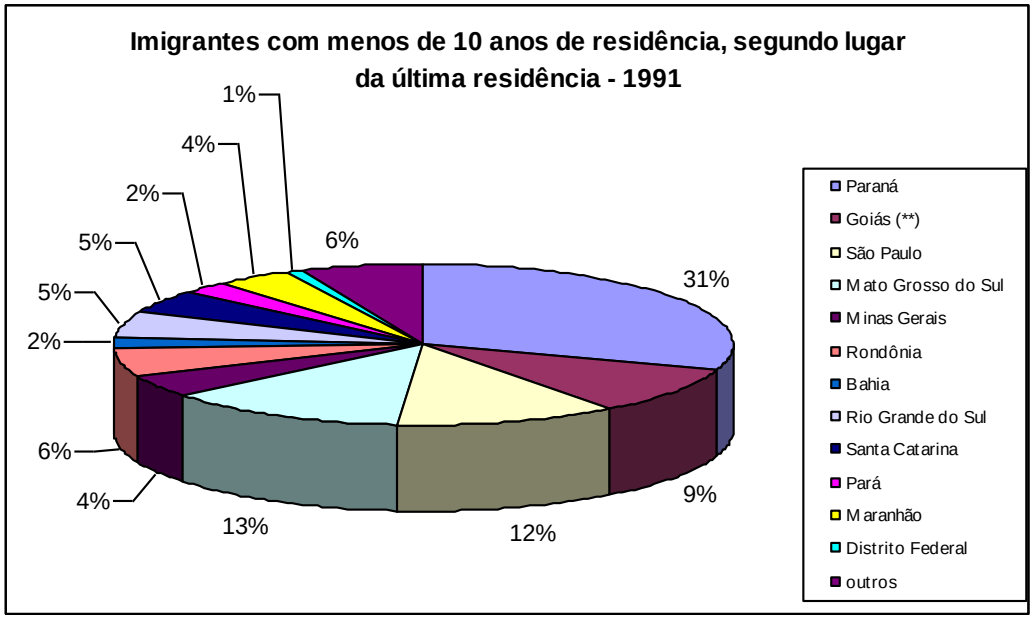
significativa de imigração já demonstrada anteriormente. De fato, na medida em que passam a ingressar menos migrantes no Estado, seria natural esperar uma redução também do volume de saídas.

GRÁFICO 1



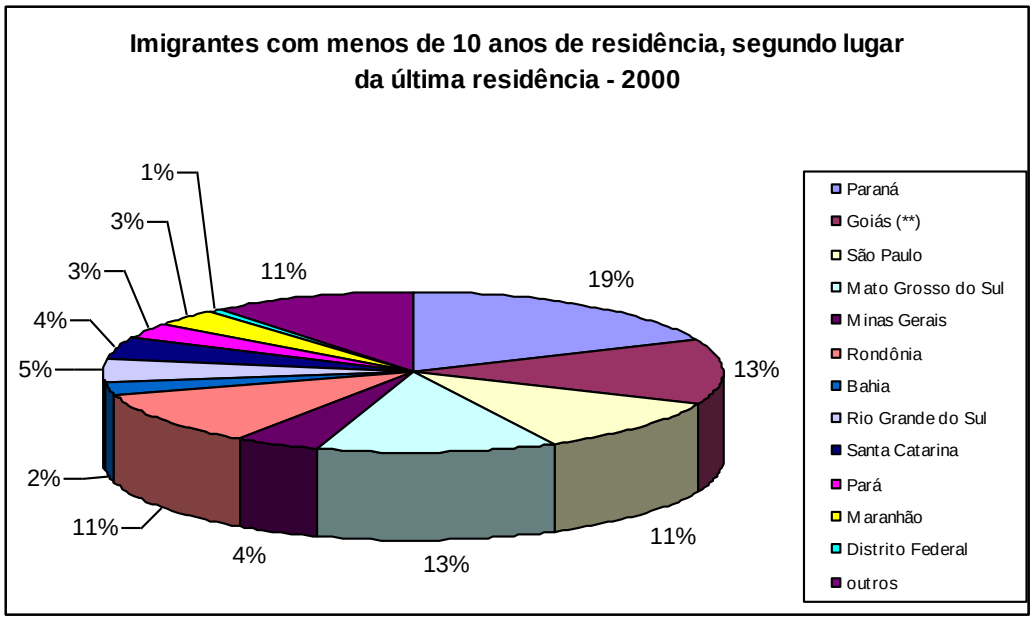
Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 2



Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 3

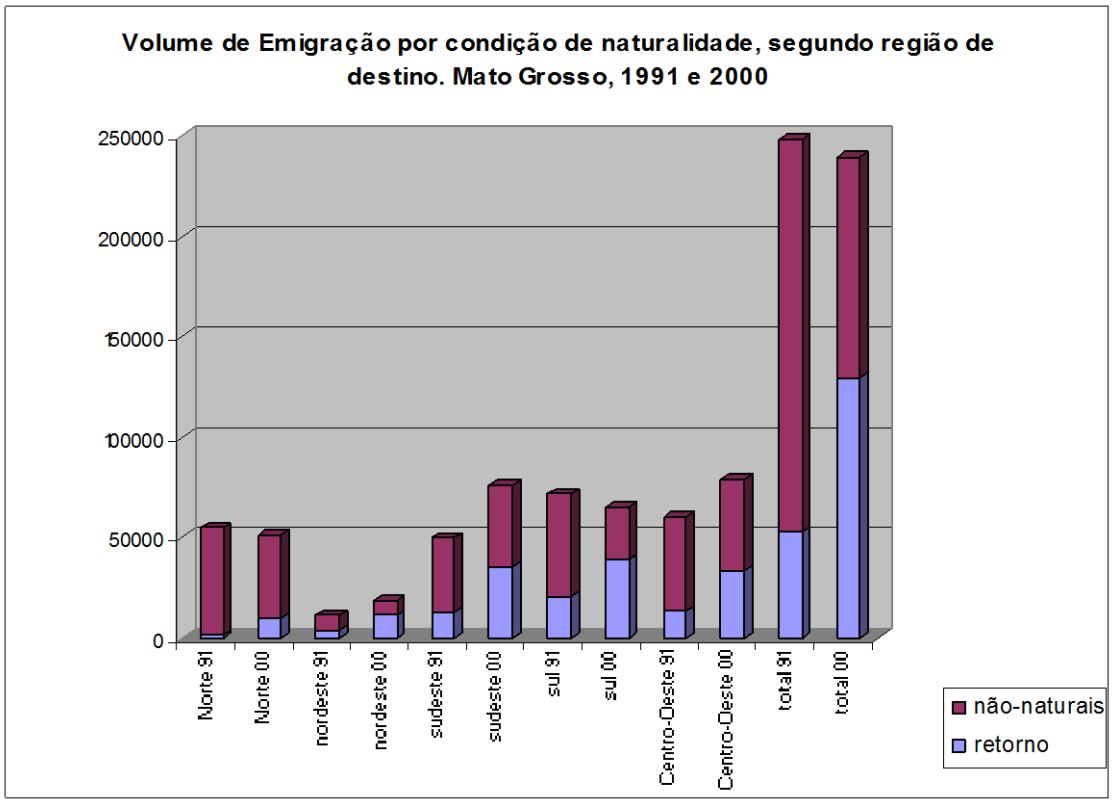


Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Além disso, outro elemento deve ser levado em conta ao analisar a emigração do Mato Grosso: o retorno de muito dos migrantes para suas zonas de origem, em particular durante a década de 90. Como se nota no Gráfico 2, do total de todos aqueles que deixaram o Estado, mais de 54% destes retornaram para suas Unidades da Federação de nascimento, cifra bem superior àquela observada na década anterior, ou seja, pouco mais de 21% o que configura, como já se frisou, muito menos um processo de expulsão deste do Mato Grosso, mas sim um processo de volta à origem decorrente da constatação das dificuldades de fixação e/ou insucessos que decorrem da inexistência de terras adequadas em função do alto grau de concentração fundiária, de políticas eficazes de assentamentos, de alternativas produtivas que permitam a reprodução social etc.

No entanto, pelo menos um outro fato interessante salta à vista a partir da análise minuciosa do Gráfico 4. Percebe-se que, nos anos 80, a baixa taxa de retorno atingia não apenas os sulistas, que, como já se assinalou, se caracterizam por isso, mas todos demais migrantes independentemente da procedência, inclusive os próprios nordestinos. Este fato leva a hipótese de que naquele período a abertura de outras fronteiras ainda era uma realidade (Roraima e até mesmo ainda em Rondônia), o que permitia aos migrantes ainda a busca de outras possibilidades antes da volta para os Estados de origem. Esta hipótese se fortalece ao se perceber que, nos anos 90, até mesmo os sulistas apresentam volume e proporção significativa de migrantes retornados.

GRÁFICO 4



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

As características de migratórias de Mato Grosso podem ser muito melhor percebidas e interpretadas a partir de desagregação da análise em termos regionais[9], tendo em vista a heterogeneidade do território estadual tanto no que diz respeito ao comportamento demográfico, quando no que se refere às especificidades do processo de ocupação (aí incluindo os momentos históricos), transformações econômicas, estrutura fundiária, uso, ocupação, cobertura do solo etc. No âmbito deste projeto, decidiu-se utilizar as microrregiões definidas pelo IBGE, uma vez que após uma avaliação da mesma, pôde-se perceber que ela refletia adequadamente não somente a heterogeneidade estadual, mas

[9] Vale aqui uma explicação de caráter metodológico. Se em termos da migração para as Unidades da Federação, os três censos são totalmente comparáveis, o mesmo não ocorre quando se pretende captar a migração em nível municipal ou regional. Na verdade, o Censo de 1991 permite que se capte, em nível municipal, tanto o migrante em termos de sua "última residência" quando com relação à sua "residência 5 anos antes" do recenseamento. Nesse caso, poder-se-ia captar para todos os municípios, respectivamente, o que tem sido chamado de migrantes de "última etapa" e migrante de "data fixa" (CARVALHO; RIGOTTI, 1998). Contudo, se por um lado somente o primeiro destes quesitos encontra-se no Censo de 80, o último é o que figura no Censo de 2000, o que implica numa dificuldade operacional de comparabilidade entre os três censos quando a migração em nível municipal é levada em conta, em particular quando se pretende estimar a emigração destas unidades espaciais. De forma a contornar esta dificuldade, decidiu-se optar por considerar os migrantes de "data fixa" para 1991 e 2000 e os de "ultima etapa" com menos de 5 anos de residência e maiores de 5 anos de idade em 1980 como forma de aproximar esta última estimativa ao máximo possível às duas primeiras.

também e, sobretudo, permitia uma identificação minimamente adequada das várias situações em termos dos momentos e processo de ocupação demográfica do território. Assim sendo, mesmo apresentando ainda significativa heterogeneidade interna, as microrregiões permitem uma avaliação muito mais detalhada dos processos migratórios aos que o Estado do Mato Grosso esteve exposto ao longo das décadas aqui consideradas.

Em primeiro lugar, há que se considerar que, observando a dinâmica demográfica do Estado de Mato Grosso em termos regionais, percebe-se que, até a década de 80, o Estado poderia ser dividido, grosso modo, em duas porções: ao norte, área de maior dinamismo demográfico nas duas últimas décadas, e ao sul uma área mais consolidada e com menores taxas de incremento demográfico. De fato, enquanto áreas no extremo norte como Alta Floresta, Colíder e Alto Teles Pires cresceram, nos anos 80, a taxas elevadíssimas, o mesmo não se observa nas regiões mais ao sul, com exceção de Cuiabá e Rondonópolis que, ainda nos anos 90, apresentavam algum "fôlego", crescendo a taxas superiores a 2% ao ano. Na verdade, nestes dois casos está-se diante das principais cidades do Estado e que contam com uma maior diversificação econômica, sem contar o fato da primeira concentrar praticamente todo o aparato administrativo estadual como capital de Mato Grosso.

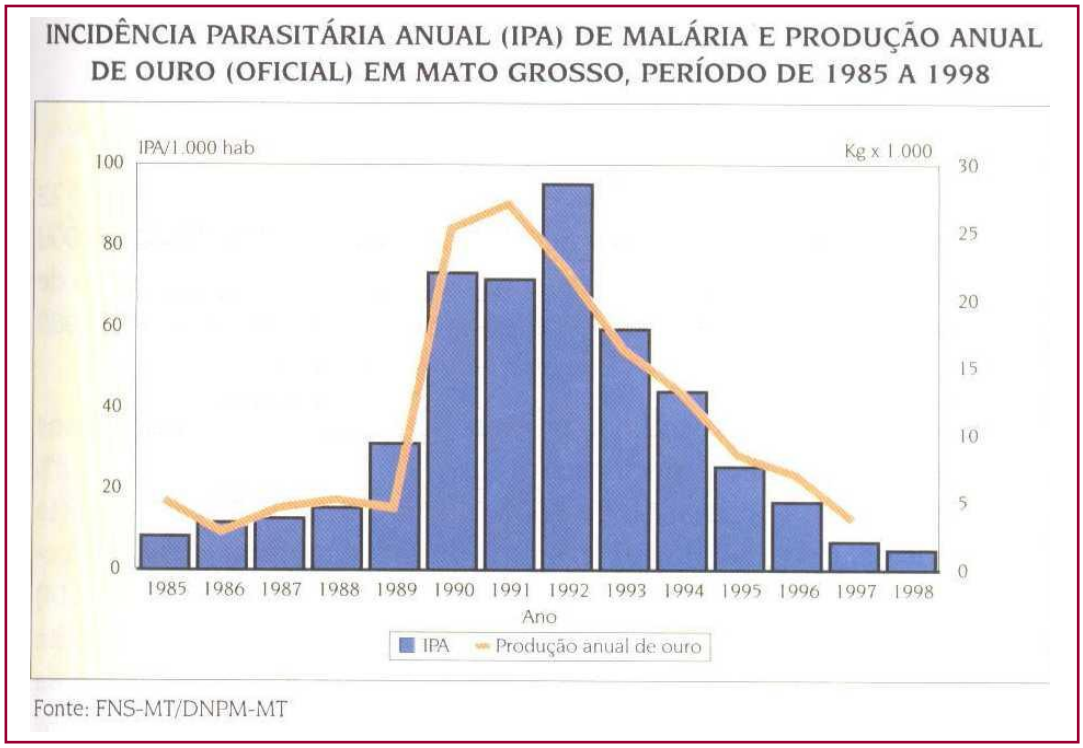
Já nos anos 90, percebem-se até 3 situações diferentes, perspectiva confirmada em viagem a campo. Uma que acontecia nas microrregiões de Cuiabá, Rondonópolis, Alto Pantanal, regiões mais urbanizadas e dinâmicas, onde as atividades industriais e o setor de serviços são bastante desenvolvidos. Outra na região central do Estado, a maior parte do Cerrado, abarcando as microrregiões de Parecis, Primavera do Leste, Alto Teles Pires, Canarana, que apresenta um processo de ocupação um tanto diferente, com a presença muito forte da soja – o principal produto agrícola -, mais o algodão e o milho. São grandes latifúndios cobertos por essas plantações, em épocas diferentes do ano, num esquema de rotatividade de produção, sem dar descanso ao solo. A agricultura capitalizada é o principal investimento dando, portanto, boas alternativas ao grande proprietário, este último suficientemente capitalizado para mecanizar a produção e investir em tecnologia, incluindo a correção dos solos, fator fundamental para transformar, em Mato Grosso a terra produtiva e particularmente a soja um produto rentável.

No entanto, como procurar-se-á mostrar, as características do crescimento demográfico desta região apresentam aspectos um tanto contraditórios, por um lado, com relação a uma das hipóteses centrais de partida deste estudo, qual seja, a influência negativa

da agricultura capitalizada sobre o processo de assentamentos humanos no Estado. Por outro lado, porque os dados mostram que parte significativa deste crescimento está alicerçada na migração de destino rural, fato que claramente se contrapõe com o que se sabe ocorre quando a principal forma de produção regional seja a agricultura extensiva e tecnificada.

Finalmente pode-se destacar o norte do Estado (ou o "nortão" como é conhecido), onde, até o final da década de 80, não apenas a expansão da fronteira agrícola, mas principalmente a atividade garimpeira, imprimiram um ritmo intenso de crescimento demográfico. Recentemente o que se verifica nestas áreas, sobretudo na região de Alta Floresta, é uma economia em busca de formas alternativas de desenvolvimento, sendo uma área onde a pequena e média propriedade ainda têm importância, fato refletidos em vários dos indicadores utilizados neste estudo.

FIGURA 1



Fonte: Mato Grosso (Secretaria de Estado de Saúde). Saúde em números: sistema de informação em saúde, nº 4. Mato Grosso, 1998.

A queda da atividade garimpeira a partir do começo dos anos 90 fica muito clara na figura reproduzida de uma publicação da secretaria de saúde do Estado de Mato Grosso que apresenta a evolução da produção de ouro no Estado e a correlata incidência da malária no

Estado. (Figura 1) Esta informação juntamente com outros depoimentos colhidos na região por ocasião de visita às áreas de garimpo não deixa dúvidas sobre o papel desta atividade sobre o ímpeto de ocupação experimentado por algumas áreas do Mato Grosso.

Assim, enquanto as regiões mais ao norte como Alta Floresta e Colíder, reduziram drasticamente seu crescimento, na década de 90, outras áreas da porção ocidental do Estado como Parecis, Alto Guaporé, Alto Teles Pires e Aripuanã, ainda que em menor ritmo, mantiveram significativo dinamismo demográfico. (Tabela 3 e Mapa 1) O mesmo pode-se dizer de áreas na porção nordeste do Estado, em particular, a microrregião do Norte Araguaia. Enquanto no primeiro caso, a quase erradicação da atividade garimpeira na região explicaria boa parte do processo, no segundo e terceiro casos, novos projetos de assentamentos (em particular em Aripuanã ao noroeste e Norte Araguaia no nordeste) e, principalmente a entrada da soja (nas demais regiões), poderiam ser os elementos que justificariam tal comportamento.

Assim, os dados são claros em mostrar que, já nos anos 90, a dinâmica de ocupação de Mato Grosso perdeu muito de seu ímpeto – com apenas algumas microrregiões apresentando maior dinamismo, merecendo destaque a região de Sinop e a vizinha Alto Teles Pires. A primeira, centro urbano de grande importância funcional no norte do Estado, além de pólo madeireiro. A segunda "tomada" pela soja, cujas repercussões se fazem sentir no crescimento de certas cidades como Sorriso e Lucas do Rio Verde que, de certa forma, tiram proveito de sua estrutura criada no período de colonização no qual estes municípios foram criados. Os dados apresentados na seção anterior atestam o afirmado com relação à soja. Já com relação aos assentamentos rurais os dados obtidos não deixam dúvidas sobre o impacto deste em algumas destas regiões.

De fato, como mostram os Gráficos 5 e 6 organizados a partir de informações recolhidas sobre assentamentos patrocinados pelo INCRA, várias das regiões mencionadas acima figuram entre aquelas que mais receberam este tipo de projeto, inclusive em termos do número de famílias envolvidas[10], com são os casos das microrregiões do Norte Araguaia e Aripuanã. Nesse sentido, cumpre esclarecer a aparente contradição entre o crescimento demográfico negativo da microrregião de Colíder (-0,8% ao ano) na década de 90 e sua importância em termos dos assentamentos de reforma agrária que abriga.

[10] Há que se considerar que os projetos de assentamentos são bastante heterogêneos em termos das áreas e número de famílias envolvidas.

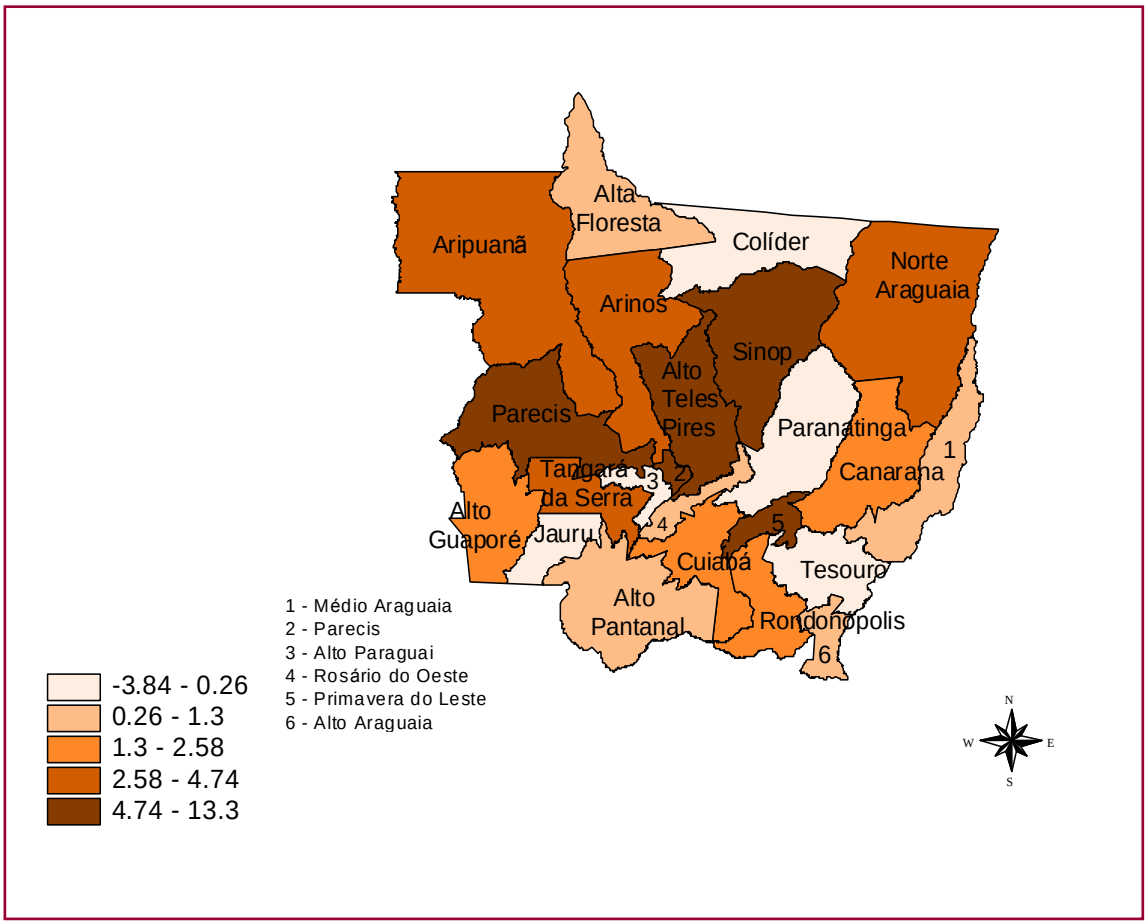
TABELA 3

População e taxa de crescimento demográfico por microrregiões, Estado de Mato Grosso, 1970, 1980, 1991 e 2000

Microrregiões	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	2000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Alta Floresta	1.287	23.011	86.229	89.848	33,4	12,8	0,5
Alto Araguaia	13.437	17.888	22.007	24.117	2,9	1,9	1,0
Alto Guaporé	8.095	19.738	48.250	60.663	9,3	8,5	2,6
Alto Pantanal	75.186	82.941	117.037	123.141	1,0	3,2	0,6
Alto Paraguai	25.187	34.624	43.407	30.512	3,2	2,1	-3,8
Alto Teles Pires	7.028	19.069	50.643	101.610	10,5	9,3	8,0
Arinos	2.911	22.281	48.842	67.447	22,6	7,4	3,7
Aripuanã	1.405	15.888	70.949	96.989	27,5	14,6	3,5
Canarana	12.099	34.476	65.904	79.086	11,0	6,1	2,0
Colider	1.702	26.004	138.683	129.325	31,3	16,4	-0,8
Cuiabá	145.046	314.045	601.449	740.648	8,0	6,1	2,3
Jauru	39.064	107.145	112.083	106.358	10,6	0,4	-0,6
Médio Araguaia	11.183	43.607	54.371	61.073	14,6	2,0	1,3
Norte Araguaia	10.094	27.602	57.535	87.251	10,6	6,9	4,7
Paranatinga	7.840	23.273	27.924	28.591	11,5	1,7	0,3
Parecis	3.055	10.235	32.156	61.771	12,9	11,0	7,5
Primavera do Leste	10.956	12.839	18.507	56.959	1,6	3,4	13,3
Rondonópolis	114.222	139.663	187.068	223.741	2,0	2,7	2,0
Rosário do Oeste	26.898	28.374	30.563	31.347	0,5	0,7	0,3
Sinop	3.658	23.959	74.186	131.445	20,7	10,8	6,6
Tangará da Serra	24.840	54.940	73.854	112.086	8,3	2,7	4,7
Tesouro	53.686	52.628	60.877	54.142	-0,2	1,3	-1,3
Total	**598.879**	**1.134.230**	**2.022.524**	**2.498.150**	**6,6**	**5,4**	**2,4**

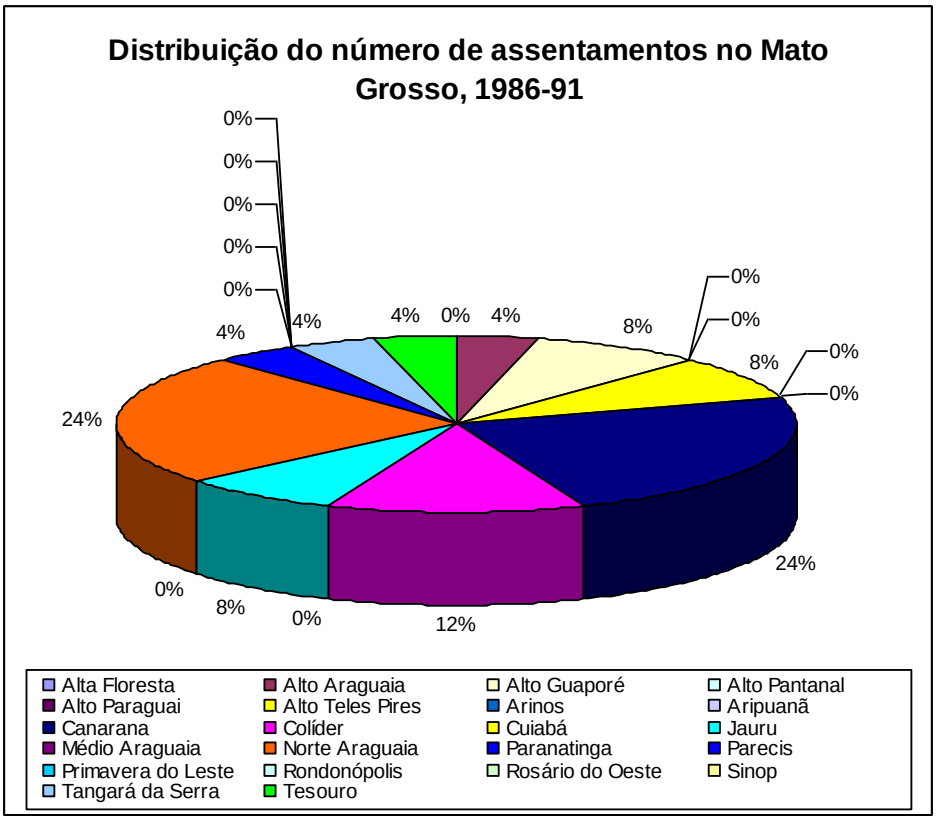
Fonte: Fundação IBGE (1970, 1980, 1991; 2000).

MAPA 1
Taxas médias anuais de crescimento segundo microrregião
Estado de Mato Grosso, 1991/2000



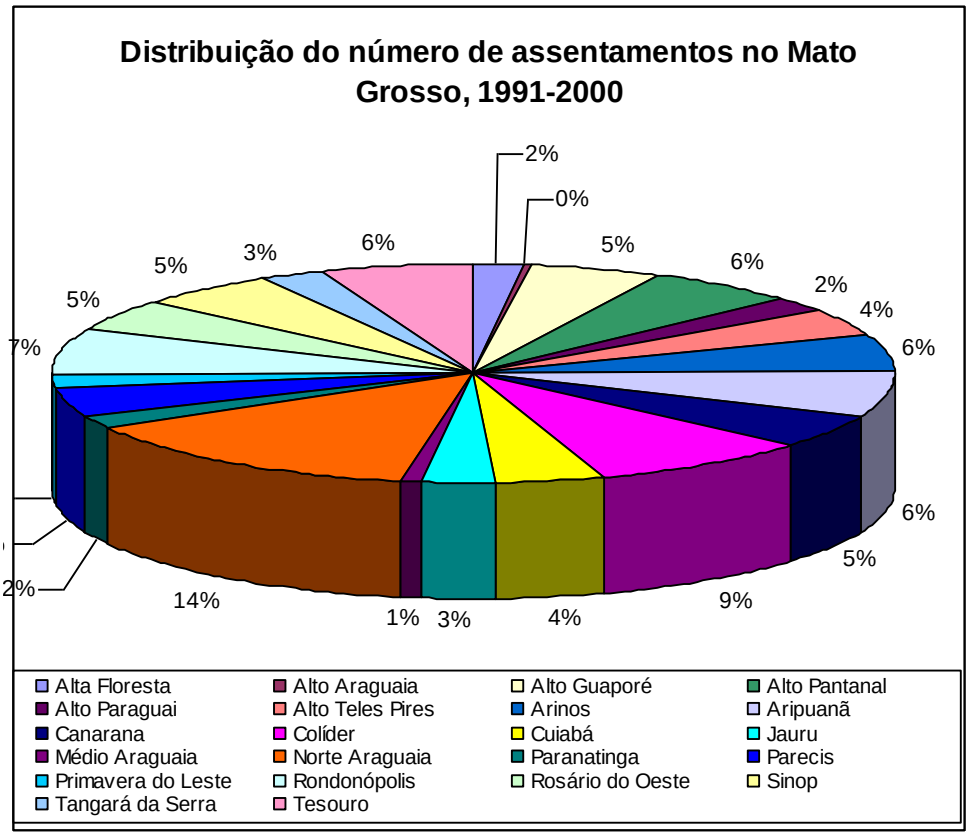
Na verdade, deve-se considerar que esta Microrregião foi uma das mais afetadas pela quase extinção da atividade garimpeira, responsável, em grande medida pelas altas taxas de crescimento demográfico da década anterior (mais de 16% ao ano); municípios como Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte municípios com peso significativo na região, foram alguns dos que sofreram o maior impacto deste processo anteriormente mencionado.

GRÁFICO 5



Fonte: INCRA. Mato Grosso.

GRÁFICO 6



Fonte: INCRA. Mato Grosso.

A partir de relatos coletados em visita a campo, muito foi dito relacionando o crescimento de cidades como Sinop à decadência da atividade garimpeira. As pessoas que perdiam seus trabalhos com as dificuldades de extração de ouro, já num período de maiores investimentos, acabavam migrando para municípios com possibilidades de absorção da população no mercado. No caso de Sinop a indústria madeireira representava uma alternativa, porém mais recentemente essa industrialização já está em fase de diversificação (móveis, compensados, etc.). Com será visto à continuação, os dados sobre a migração intra-regional em Mato Grosso atestam que, de fato, a região de Sinop (e sem dúvida nenhuma o próprio município) foi um dos grandes pontos de afluxo de migrantes internos (ver Tabela 4).

Em termos dos volumes migratórios apresentados por cada um das microrregiões de Mato Grosso a Tabela 4 deixa claro as situações e momentos distintos pelos quais passaram estas áreas ao longo do período estudado. Enquanto as áreas mais urbanizadas e dinâmicas do Estado reduziram o volume de imigração interestadual, outras, como aquelas do norte e noroeste do Estado, bem como aquelas com a influência mais recente da soja, viram incrementado o contingente de pessoas que lá chegaram.

Em suma, existe visivelmente uma forte heterogeneidade, em termos demográficos, no Estado de Mato a qual reflete distintos processos ocorridos ou em cursos, sendo alguns dos mais importantes a questão da concentração fundiária e as respectivas formas de uso e ocupação da terra predominantes (a agricultura extensiva e a pecuária); as experiências de reforma agrária que, de alguma maneira, representam uma das poucas alternativas (não necessariamente sustentáveis) para a ocupação do amplo e ainda bastante desabitado território matogrossense; finalmente um certa continuidade, ainda que em menor ritmo, da ocupação de vastas áreas de fronteira agrícola no nordeste e noroeste do Estado.

Dentro deste quadro é que a seguir se analisa a migração no Estado, enfatizando, em nível regional, suas características e condicionantes tentando apontar as possibilidades de absorção das levas migratórias que, como se mostrou, embora em ritmo decrescente, ainda nos anos 90 caracterizam parte significativa do território deste Estado. Assim como anteriormente mostrado, os dados a serem analisados em nível mais desagregado dão conta de que Mato Grosso ainda apresenta áreas que têm sido alternativas para absorção dos excedentes demográficos gerados em outras áreas de fronteira, como o Paraná, Mato Grosso do Sul e mesmo Goiás, em áreas de evasão demográfica como alguns Estados do

Nordeste e, finalmente aqueles que, na esteira da crise dos grandes centros como São Paulo, também buscam novas oportunidades.

TABELA 4 –

Distribuição da imigração e emigração segundo microrregião. Estado de Mato Grosso, 70/80, 81/91 e 95/00(*)

Microrregiões	Migração Interestadual						Migração Intra-estadual (*)						Índice de Eficácia Migratória					
	Imigrantes			Emigrantes			Imigrantes			Emigrantes			Interestadual			Intra-estadual		
	70/80	81/91	95/00(*)	70/80	81/91	95/00(**)	70/80	81/91	95/00(**)	70/80	81/91	95/00(**)	70/80	81/91	95/00	70/80	81/91	95/00
Aripuanã	2,6	7,0	9,3	0,3	3,4	3,9	3,2	6,0	4,3	0,1	1,3	3,5	0,9	0,6	0,6	0,9	0,6	0,1
Alta Floresta	6,7	9,1	3,3	0,4	4,9	5,5	1,6	3,8	4,3	0,3	4,4	5,5	1,0	0,6	0,0	0,7	-0,1	-0,1
Colider	10,2	12,7	5,0	0,4	6,8	6,7	1,8	9,8	5,8	0,3	5,5	9,2	1,0	0,6	0,1	0,7	0,3	-0,2
Parecis	2,1	2,4	5,0	0,8	1,6	2,6	1,7	3,5	4,6	1,5	1,8	2,2	0,7	0,6	0,5	0,0	0,3	0,4
Arinos	5,3	3,4	2,9	0,2	2,6	2,1	1,9	2,1	3,7	0,4	2,9	2,8	1,0	0,5	0,4	0,7	-0,2	0,1
Alto Teles Pires	1,3	4,8	9,3	0,4	2,0	3,1	1,8	4,2	7,4	1,1	2,5	4,0	0,8	0,7	0,6	0,3	0,3	0,3
Sinop	5,9	6,6	8,2	0,6	4,2	5,0	1,1	6,0	9,4	1,2	4,2	5,0	0,9	0,6	0,4	0,0	0,2	0,3
Paranatinga	1,7	1,0	0,7	0,4	1,0	0,8	5,5	1,1	1,3	0,5	2,4	1,9	0,8	0,4	0,1	0,8	-0,4	-0,2
Norte Araguaia	2,4	3,4	5,7	1,6	2,5	4,9	0,8	2,4	3,0	0,6	1,9	3,4	0,6	0,5	0,3	0,1	0,1	-0,1
Canarana	5,1	3,7	4,0	0,3	3,1	3,4	3,3	4,1	3,8	0,1	2,3	3,2	1,0	0,5	0,3	0,9	0,3	0,1
Médio Araguaia	4,9	2,3	2,6	6,0	4,4	4,7	2,8	2,3	1,9	3,3	4,3	2,6	0,4	0,1	-0,1	-0,1	-0,3	-0,1
Alto Guaporé	2,2	2,5	2,0	1,1	1,8	2,3	2,9	4,0	2,9	0,5	1,7	2,6	0,7	0,5	0,1	0,7	0,4	0,1
Tangará da Serra	7,7	3,6	5,1	7,6	4,7	4,1	4,2	3,3	5,1	6,9	5,3	5,2	0,5	0,3	0,3	-0,2	-0,2	0,0
Jauru	11,3	3,7	1,6	11,0	6,3	4,6	7,0	3,6	4,3	2,0	6,6	7,6	0,5	0,1	-0,3	0,6	-0,3	-0,3
Alto Paraguai	1,9	0,7	0,4	2,1	9,0	0,8	3,9	2,0	1,1	4,0	3,2	3,2	0,4	-0,7	-0,2	0,0	-0,2	-0,5
Rosário do Oeste	0,2	0,3	0,3	0,6	0,3	0,2	1,3	0,6	1,0	5,4	2,9	1,5	-0,1	0,4	0,3	-0,6	-0,7	-0,2
Cuiabá	13,4	20,8	19,0	17,1	21,3	28,6	39,8	25,3	18,2	7,0	9,4	17,0	0,4	0,4	0,0	0,7	0,5	0,0
Alto Pantanal	2,4	1,8	1,8	15,2	3,3	3,4	2,5	3,6	3,4	12,1	6,6	4,6	-0,4	0,1	-0,1	-0,7	-0,3	-0,1
Primavera do Leste	-	1,8	4,5	-	0,8	1,7	-	2,9	5,1	-	0,5	1,4	-	0,7	0,6	-	0,7	0,6
Tesouro	2,3	1,1	1,0	3,6	1,6	1,7	2,2	2,7	1,7	9,8	3,6	4,1	0,3	0,2	0,0	-0,6	-0,2	-0,4
Rondonópolis	9,2	6,3	7,2	18,5	7,7	8,2	9,8	6,2	6,9	18,4	9,0	8,6	0,1	0,3	0,1	-0,3	-0,2	-0,1
Alto Araguaia	1,4	0,9	1,1	2,0	1,9	1,5	0,8	0,7	0,6	1,5	1,4	1,0	0,3	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,3
Mun. não declar.	-	-	-	9,7	5,1	-	-	-	-	23,0	16,1	-	-	-	-	-	-	-
Total	**325.804**	**541.743**	**153.218**	**121.456**	**244.434**		**136.811**	**241.760**	**155.683**	**136.811**	**241.760**	**155.683**	**0,5**	**0,4**		**0,0**	**0,0**	

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000. Tabulações especiais, NEPO/UNICAMP.

(*) Os volumes referem-se à migração entre microrregiões, desconsiderando aquela registrada dento das mesmas o que, para 2000, correspondia a mais de 65 mil pessoas.

(**) O Censo de 2000 não permite apurar o destino dos emigrantes a partir da informação sobre "última etapa" razão pela qual, neste caso, utilizou-se a residência em 1995.

Além disso, os volumes apresentados correspondem apenas às pessoas com mais de 5 anos de idade, ou seja, que já haviam nascido no momento a que se refere a pergunta.

3. As especificidades regionais da migração em Mato Grosso: dados e depoimentos

Em termos migratórios, o comportamento das microrregiões de Mato Grosso apresenta características distintas nos vários períodos analisados, revelando, por um lado, seus distintos momentos de ocupação e, por outro lado, as diferenças dos processos econômicos e sociais a que estiveram expostas.

Com relação à imigração interestadual, os dados da Tabela 4 mostram claramente o movimento da população dentro do Estado em direção às novas áreas que foram se abrindo no período analisado. Certamente pelo fato de ser a fronteira menos consolidada da região e, portanto, com maiores alternativas locacionais para os migrantes, Mato Grosso apresentou uma imigração interestadual bem mais diluída entre suas microrregiões. Dessa maneira, as cinco áreas com maior volume de imigração nos anos 70 foram Cuiabá, Jauru, Colíder, Rondonópolis e Tangará da Serra. Já nos anos 80 percebe-se claramente a "marcha para o norte", na medida em que a participação no total de imigrantes interestaduais começa a ser mais forte nas microrregiões de Colíder, Alta Floresta e Sinop. Embora com algumas continuidades, nos anos 90, a migração proveniente de outros Estados tendeu a ser mais significativa no nordeste e noroeste, sabidamente áreas de fronteira agrícola, e particularmente nas microrregiões em que a soja ganhou maior importância como Alto Teles Pires e Parecis.

Ainda no que tange à imigração, agora aquela de origem intra-estadual, os dados deixam claro, uma vez mais, que esta tende a espelhar as mesmas três tendências que marcaram o direcionamento da imigração interestadual: uma de concentração urbana nas microrregiões mais diversificadas do Estado, Cuiabá, Rondonópolis e Sinop, uma outra, ligada ao "movimento da fronteira", que faz com que regiões como Colider, Aripuanã concentrem parte significativa destes migrantes e, finalmente, a tendência de crescimento das áreas de expansão da soja como são os casos de Tangará da Serra e Alto Teles Pires. Assim, da mesma forma que no caso da migração interestadual, com relação à migração intra-estadual percebe-se claramente o "rumo" da população para as áreas mais ao sul nos anos 70, "rumo" este que perde importância relativa na década de 80 em relação àquelas mais ao norte, das quais poder-se-iam destacar Aripuanã, Colíder e Sinop.

Vale notar ainda que o volume dos migrantes que mudaram de microrregião ao longo do período incrementou-se passando de um total de 136 mil nos anos 70, para um volume

próximo a 310 mil nos 90[11], fato que mostra a importância dos deslocamentos internos para se entender a configuração demográfico-espacial do Mato Grosso. Basta lembra que o volume observado no período 1995/2000 de mudanças inter-regionais, corresponde a um montante superior ao registrados para a imigração de origem fora de Mato Grosso, ou seja, mais de 155 mil pessoas.

No caso específico da intensificação da ocupação do norte de Mato Grosso até os anos 80, deve-se recordar que, como afirma Farid (1992), principalmente no primeiro qüinqüênio, muitas pessoas, sobretudo nordestinos, foram atraídas para a região norte do Mato Grosso devido à descoberta de ouro às margens do rio Teles Pires em 1979. Com esse fato houve também o fluxo de garimpeiros oriundos dos garimpos de Juruena e do sul do Pará, cujo acesso estava facilitado pelas estradas construídas pelos projetos de colonização. Esse quadro que se delineia está fortemente influenciado pela expansão da atividade garimpeira na Amazônia, motivado pelo elevado preço do ouro no mercado, bem como a projeção de Serra Pelada.

Nesta mesma região, Alta Floresta também merece destaque. Juntamente com a microrregião de Colíder, apresentaram nesse período as taxas de crescimento populacional e as taxas de imigração entre as mais altas de todo o Estado. Durante toda a década de 80, Alta Floresta foi alvo de exploração garimpeira, mudando completamente o perfil de município agropecuário, traçado originalmente pelo projeto de colonização da INDECO, transformando-se em pólo regional de atividades ligadas ao garimpo em muito pouco tempo. As dificuldades para a estabilização do setor agropecuário liberaram mão de obra e capital para os garimpos. Sobre esta questão tem-se um depoimento muito elucidativo do prefeito do município de Alta Floresta:

> No meio desse período, dessa colonização de 79, 80, estourou o garimpo na região. Você mesclou aí o paraense, o maranhense, o pessoal lá do Nordeste, né, e esse garimpo ficou uma década, comandou a região. Então a presença das pessoas foi muito forte. Acabando o garimpo ficou só a herança social muito grande, pois esse pessoal é itinerante né, acompanha a onda do ouro, daí foram embora, e ficou uma região arrasada, ambientalmente falando, ecologicamente destruiu tudo por aí, uma herança social muito grande, porque o garimpeiro quando passa fica mãe solteira, filho sem pai, fica a prostituta... Então a região, socialmente, ficou muito carente, com muito problema. Porque mesmo o produtor que veio do Paraná ele

[11] Como já explicitado, o dado para o Censo 2000 não permite avaliar a migração para toda a década de 90, razão pela qual este valor corresponde a uma estimativa bastante grosseira que se baseia no observado no qüinqüênio 1995/2000. Além disso, este volume não contempla as crianças menores de 5 anos o que aumentaria ainda mais o volume aqui estimado.

> foi garimpar também, pois na época o grama do ouro valia dez sacos de arroz (Romualdo Jr. Prefeito de Alta Floresta em 2001).

Na verdade, a importância deste tipo de atividade também se expressa na significativa urbanização da microrregião de Alta Floresta (28,8% e 56,3%, em 1980 e 1990, respectivamente), posto que se estabeleceu uma rede de serviços e comércio para a venda do ouro, não só local como proveniente de outros municípios próximos e também do Pará.

Assim, a força da atividade garimpeira para explicar a ocupação de boa parte do norte matogrossense se verifica na medida que, em paralelo à decadência desta atividade também se percebe uma significativa perda populacional e queda no fluxo migratório, particularmente nos municípios de Alta Floresta e Peixoto de Azevedo (nas micros de Alta Floresta e Colíder, respectivamente), que apresentaram crescimento demográfico negativo de 4% nos anos 90. Deve-se lembrar que o ímpeto desta atividade nos anos 80 já foi comentado e demonstrado pela Figura 1 apresentada anteriormente.

Nas regiões componentes do Centro-Oeste e Oeste do Estado, como Alto Teles Pires e Parecis onde, como já se mostrou, a soja entrou com grande força, também se observa um comportamento bastante peculiar da migração, o que faz refletir sobre os reais impactos deste tipo de atividade sobre o processo de ocupação territorial.

No caso da microrregião de Alto Teles Pires, como observado anteriormente, esta teve um forte destaque no que tange ao crescimento populacional (em especial após a década de 70, comparando-se à UF), principalmente pela dinâmica migratória que visou o norte de Mato Grosso ao longo da principal rodovia do Estado, a BR-163, principal eixo de expansão de fronteira. Esta localização com relação à principal via de penetração do Estado, ligado à maior proximidade com a Baixada Cuiabana, microrregião mais consolidada em termos populacionais, certamente ajuda a entender não apenas o crescimento desta microrregião, mas também a intensidade e volume da migração. No entanto, isso não explica sua ocupação tanto quanto, o processo de colonização iniciado nos anos 70 que, embora progressivamente modificado pela introdução da soja a partir dos anos 80, ainda permite entender a força da imigração para esta área.

Também não se pode esquecer que, como será mostrado mais adiante, esta área também responde por parte significativa da emigração do Estado tanto para fora de Mato Grosso quanto para o seu interior. Tal situação se reflete, por sua vez, no progressivo desaparecimento da figura do pequeno proprietário e por uma intensa urbanização

propiciada, indubitavelmente, pelo padrão fundiário predominante e pela nova atividade – a soja - que ganha cada vez mais terreno.

De fato, em particular os municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde, desde a década de 80, vêm se transformando em importantes pólos agroindustriais, com uma economia baseada na agricultura tecnificada, especialmente no que concerne à safra dos grãos de soja, algodão e milho. Essas cidades se aproveitaram da integração do Centro-Oeste à economia nacional, durante a década de 80, para se consolidar como área produtora de bens de exportação (bens agrícolas). Hoje estas duas cidades são grandes centros prestadores de serviço para a região, principalmente pela rápida urbanização vivenciada na década de 90.

Nas palavras de um político da região praticamente toda sua área foi tomada pela produção deste "*commoditie*": "*a soja estourou. Aqui no município hoje é 80%, está no pico máximo do desmatamento permitido por lei, porque tem 20% de reserva*" (Neri Geller, vereador de Lucas de Rio Verde).

Com relação à microrregião de Parecis, esta merece destaque pelo seu dinamismo, pois apresenta um crescimento acima da média estadual durante todo o período considerado, com destaque para a expansão populacional da década de 90. Sua peculiaridade é, como já se assinalou, o forte incremento da sojicultura no período, levando-nos a considerar que esta atividade, apesar de fortemente mecanizada ainda é capaz de reter e atrair população. Vale ressaltar que as terras são altamente concentradas em grandes propriedades, característica coerente com o tipo de agricultura praticada, a qual necessita de muito espaço e capital.

No entanto, como será discutido mais adiante, é interessante notar que nos fluxos migratórios direcionados para a região há uma grande proporção daqueles com destino rural (quase 40% nos anos 90) o que sugere claramente que o seu dinamismo demográfico não se sustenta simplesmente pela soja, mas também responde aos efeitos dos assentamentos instalados nas áreas que, como se mostrou, envolveram mais de 1500 famílias na década de 90.

Por último vale a pena transcrever um trecho do zoneamento econômico e ambiental do Estado no que tange a estas duas últimas áreas consideradas:

> Chapada dos Parecis e do Centro-Norte do Estado é onde estão as melhores posições relativas em termos de condição de vida pelo seu dinamismo. Esta é uma região ocupada a partir dos anos 70, onde a implantação da BR-163 e dos projetos

de colonização tiveram importância decisiva. Associada à agricultura mecanizada para produção de grãos, verifica-se a presença de grandes grupos empresariais do sudeste do país, ao lado da produção de grãos e da pecuária, a cana tem importância em alguns municípios, como São José do Rio Claro. As atividades agrícolas, especialmente aquelas voltadas à exportação, provocam, em épocas de safra, o inchamento temporário de algumas sedes municipais, como Lucas do Rio Verde, aumentando a demanda por serviços básicos. A existência de trabalho sazonal, seja nas madeireiras, seja nas safras agrícolas acarreta o surgimento, em períodos de entressafra, de trabalho informal.

Finalmente, no caso específico da região de Cuiabá, maior centro comercial e de prestação de serviços que concentra boa parte da atividade industrial do Estado, a distribuição dos imigrantes apresentada na Tabela 4, apenas corrobora a idéia de que as maiores concentrações urbanas, por sua maior diversificação produtiva, tenderiam a atrair um volume mais elevado de migração com perfil mais heterogêneo, tendo em vista as possibilidades variadas para a inserção dos indivíduos.

Há que se destacar, contudo, que boa parte dessa migração, principalmente aquela originária no próprio Centro-Oeste, deve ter tido sua origem no processo de expulsão do trabalhador e pequeno proprietário rural, que, gradativamente, foram buscando os maiores centros como forma de subsistir. Trabalhadores sem qualificação e descapitalizados, cujo principal destino foi certamente a marginalização nas periferias das cidades.

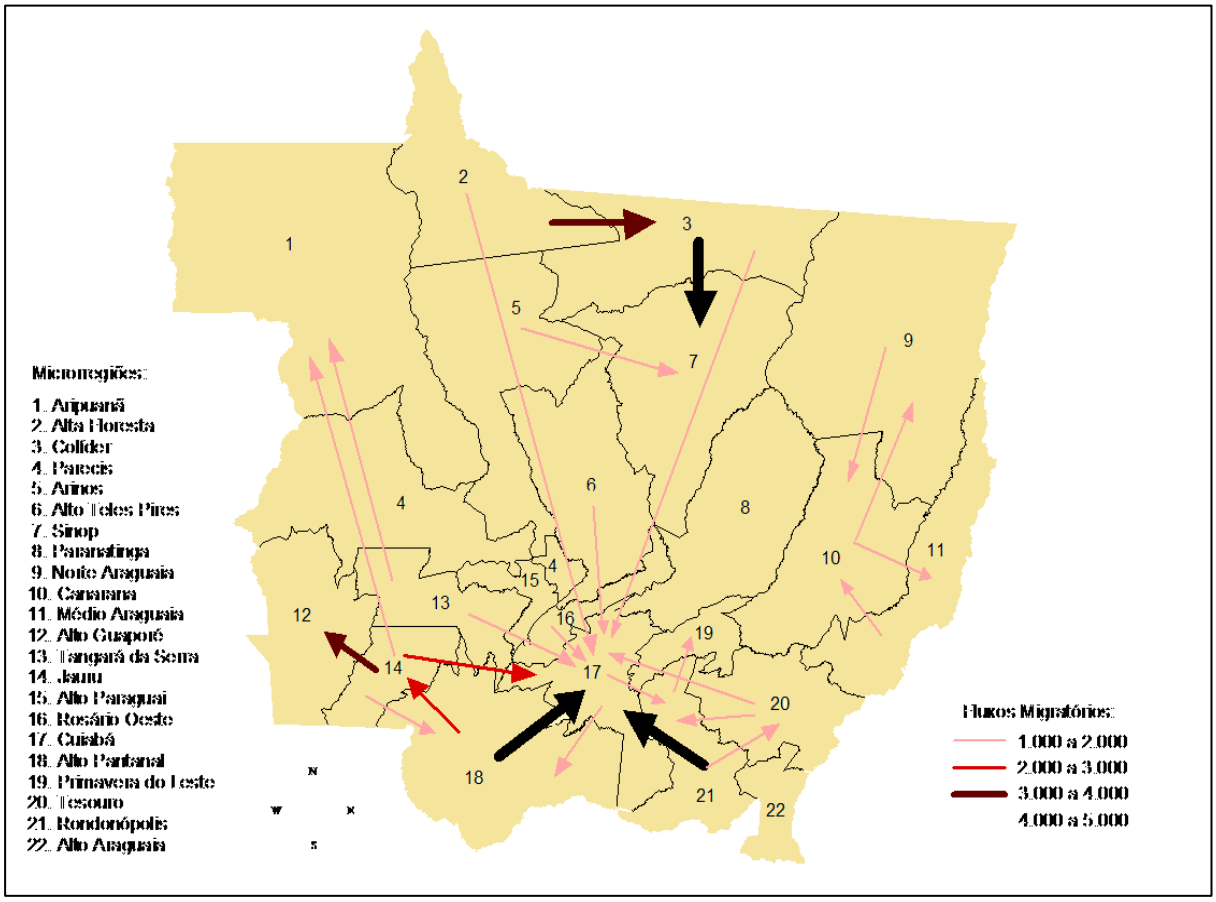
Quanto à emigração intra-estadual observa-se que assim como na década de 70, na década de 80 as microrregiões de Cuiabá e Rondonópolis apresentaram-se como áreas de expulsão de população, provavelmente reflexo de processos redistributivos envolvendo indivíduos que buscam as regiões mais ao norte e noroeste, que afloraram como áreas potenciais de atração ou como aquelas onde a soja teve e continua tendo efeito dinamizador nas estruturas urbanas.

Um fato a destacar, decorrente da análise dos fluxos migratórios, é o grande intercâmbio populacional existente no norte de Mato Grosso na década de 80. Como pode ser apreciado pela consideração dos fluxos migratórios intra-estaduais (ver matriz migratória em anexo), houve, nos anos 80, uma mobilidade intensa entre as microrregiões de Colíder, Alta Floresta, Sinop e Alto Teles Pires, sugerindo a alta rotatividade dos indivíduos no âmbito da ocupação da fronteira. As trocas populacionais entre estas microrregiões também devem estar relacionadas à atividade garimpeira, cuja mobilidade de seus trabalhadores é muito típica. Deve-se lembrar que a atividade garimpeiro e, de certa forma, nômade, uma vez que,

em geral, os garimpeiros não se fixam, partindo para novas áreas na medida em que o ouro ao alcance de suas mãos[12] se esgota e outras áreas para esta atividade sejam descobertas.

MAPA 2

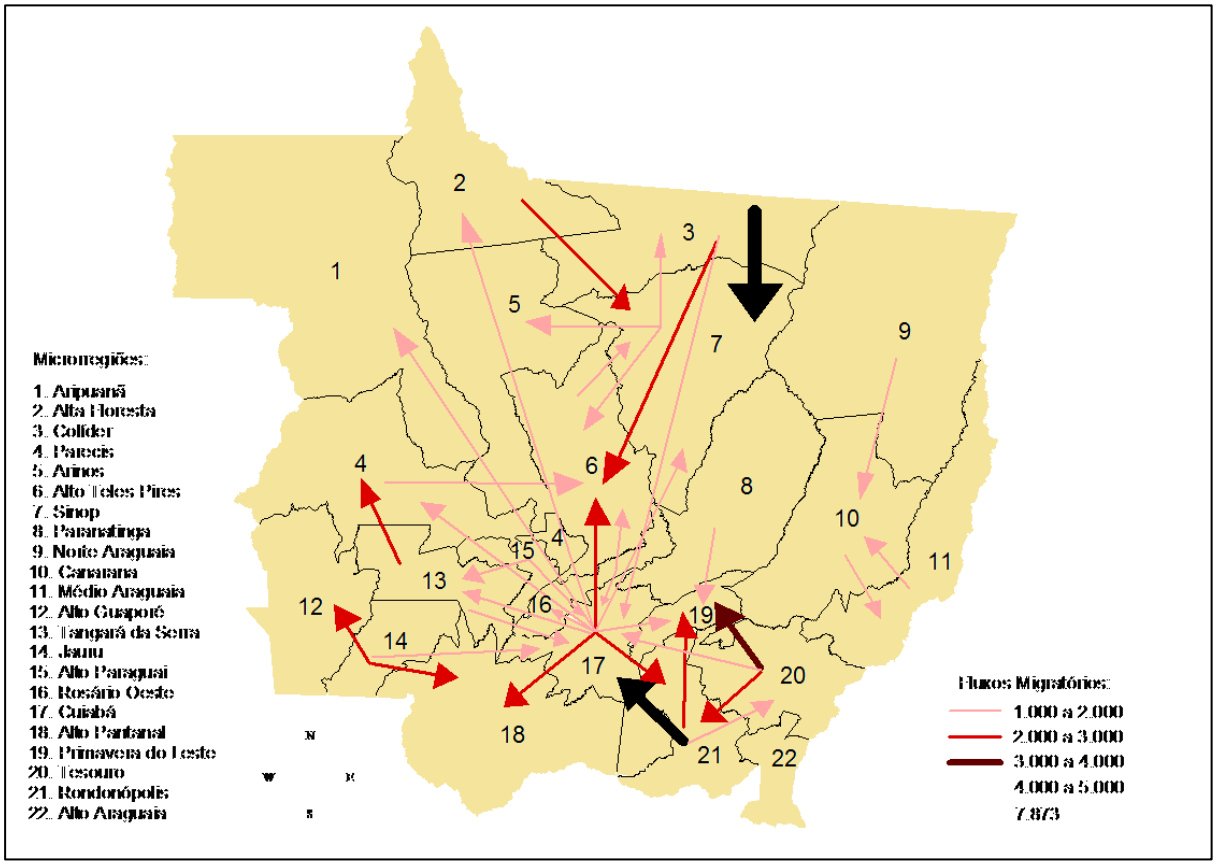
Principais fluxos migratórios intra-estaduais 81/91



[12] Interessante notar que a redução do garimpo não significa necessariamente o esgotamento propriamente dito das áreas. Nas observações e entrevistas feitas em algumas destas áreas em Mato Grosso em particular no município de Peixoto Azevedo, percebe-se que os garimpeiros deixam as áreas quando com o ouro de superfície se esgota e a sua retirada somente passa a ser possível com maquinários, momento em que as grandes empresas mineradoras entram em cena.

MAPA 3

Principais fluxos migratórios intra-estaduais 90/2000



Todas estas tendências em termos e imigração e emigração poderiam ser, de certa forma, resumidas ao se considerar o comportamento do Índice de Eficácia Migratória (IEM) [13] na medida em que este possibilita um olhar diferenciado sobre o perfil migratório de cada microrregião (Tabela 4, últimas colunas). Assim, nota-se que grande parte das regiões com significativos volumes de imigração apresentam também elevados IEMs, os quais mostram que, de fato, tratam-se de áreas de grande atração migratória. Por este indicador percebe-se que, nos três períodos considerados, novamente as microrregiões de Aripuanã, Parecis, Alto Teles Pires, Sinop e Primavera do Leste aparecem com elevada "eficácia" no processo migratório, sendo que em Colíder, Alta Floresta, Arinos e Paratinga, o índice foi elevado

[13]Trata-se de um índice calculado pelo quociente entre a migração líquida (I-E) e a bruta (I+E). Seus valores gravitam entre os extremos teóricos 1 (somente imigração) e –1 (somente emigração). Valores próximos a zero indicam áreas de circulação migratória (I próximo ou igual a E). Para fazer mais sentido, esse índice deve ser considerado sempre em conjunto com outras estimativas como volumes, taxas etc.

apenas nas duas primeiras décadas, o que se explica, pelo menos para as duas primeiras áreas pela redução da ocupação proporcionada pelo o garimpo.

Já no âmbito intra-estadual, os IEMs mostram que a maioria das microrregiões teve seu principal momento na década de 70, ou seja, o momento de grande intensidade de ocupação do Estado e, em particular, Alta Floresta Aripuanã, Colider e Arinos foram as que maiores eficácias nas trocas intra-regionais tiveram. Já nos anos 80 e 90, Parecis, Primavera do Leste e Aripuanã (e este apenas nos 80) e, por certo Cuiabá, mantiveram um IEM significativo, fato que revela a redução do ímpeto de ocupação do Estado, sua crescente urbanização e expansão de alguns vazios demográficos impulsionados pela soja. Um elemento importante, não apenas para se entender o comportamento de migração nas microrregiões, mas também a perspectiva de cada uma delas quanto a este fenômeno, a flora da consideração do destino da migração para os meios rural ou urbano.

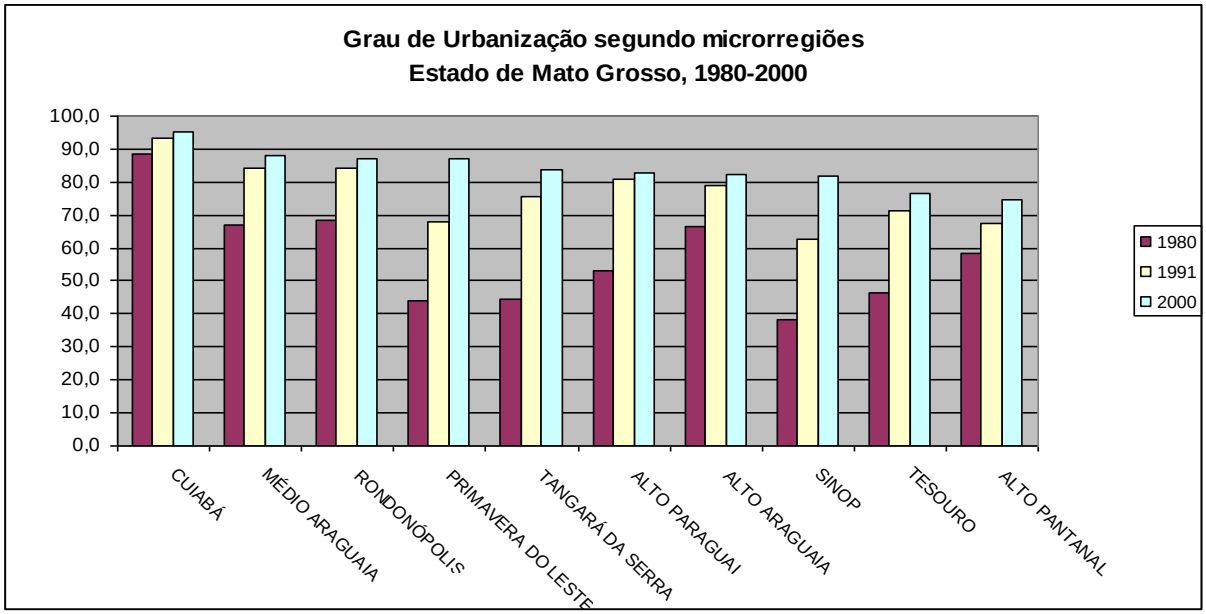
Como já se mostrou, o Estado do Mato Grosso segue a tendência geral de urbanização crescente no país, muito embora, por suas características peculiares quanto à expansão da atividade agrária, tenha experimentado, em termos gerais, um processo de urbanização[14] muito mais acentuado que outras áreas de fronteira como, por exemplo, os Estados do norte do país. Todavia, algumas microrregiões chamam a atenção por fugirem a este padrão, ou seja, por apresentarem ainda hoje um grau de urbanização relativamente baixo e inferior à média estadual como ocorre, por exemplo, com várias das microrregiões mais ao norte, de Mato Grosso, em particular Alta Floresta, Norte Araguaia, Colíder, Aripuanã (Gráfico 5). Assim, em muitas destas áreas, como seria de se esperar, parece existir também uma maior incidência de migrantes que se dirigem para as rurais.

Portanto, ainda que para o total do Estado a migração com destino rural tenha se reduzido, tanto em volume (de 128 mil em 86/91, para 51,8 em 95/00) quanto em percentual (de 55% para menos de 21%[15]), o que reflete os diferentes momentos e características de seu processo de ocupação, percebe-se claramente que para muitas regiões ainda nos anos 90 este tipo de movimento ainda tinha importância significativa.

[14] Reconhece-se que existe um grande debate em curso sobre o que seria a real população rural e urbana no país. Estudos como os de Veiga (2002); Cunha e Rodrigues (2001) e Cunha (2003) mostram quão complexo é o estudo destes fenômenos com os dados oficiais do IBGE. Contudo, aqui não serão feitas tais considerações por entendermos que pouco acrescentaria para o argumento geral do estudo.

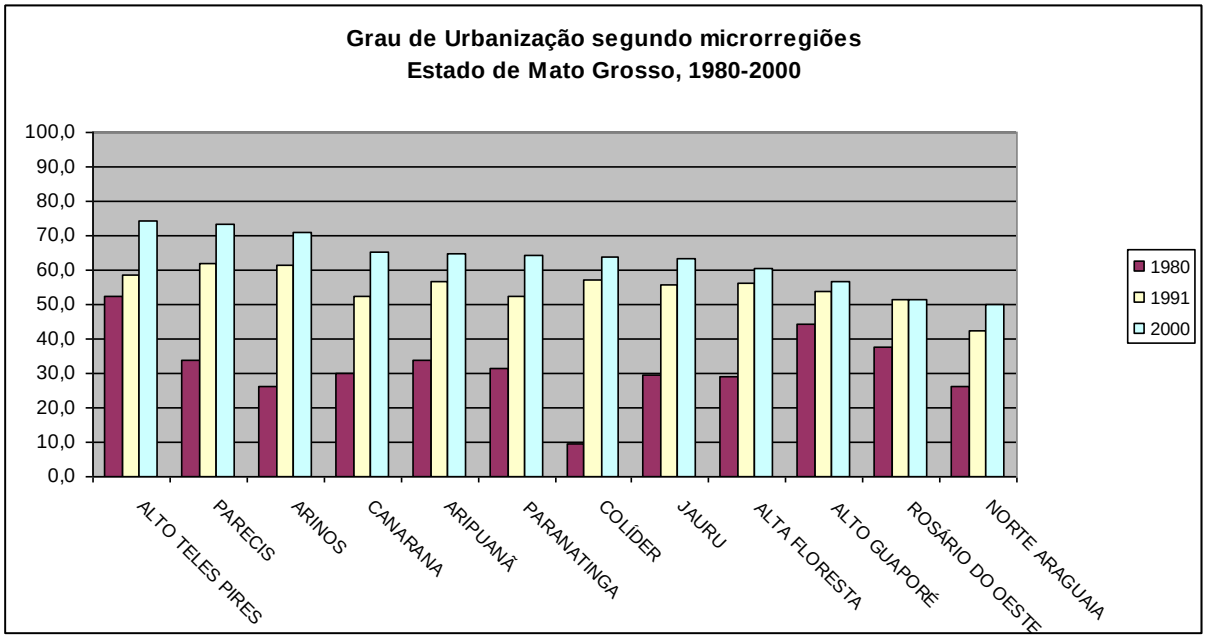
[15] Claro que o total do Estado está influenciado pelo peso de Cuiabá e Rondonópolis, onde se concentra boa parte dos migrantes que são, desde os anos 70, predominantemente de destino urbano (ver tabela 5).

GRÁFICO 7A



Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 7B



Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000. Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Pela Tabela 5 pode-se observar que microrregiões como Norte Araguaia, Alto Guaporé e Rosário do Oeste, ainda nos anos 90, apresentaram 40% dos migrantes se dirigindo para as suas áreas rurais. Não menos significativos foram os percentuais das Micros do chamado "Nortão", Aripuanã, Colíder e Alta Floresta que, no mesmo período, atingiram

percentuais em torno de 30%. Na verdade, estes eram ainda maiores nos anos 80, período que, como já se enfatizou, dá-se o momento de inflexão do processo de ocupação do Estado.

TABELA 5

Migrantes interestaduais segundo situação do domicílio na área de destino por microrregiões – Estado de Mato Grosso, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000

Microrregiões	Urbano			Rural		
	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00
Aripuanã	28,3	58,1	65,4	71,7	41,9	35,4
Alta Floresta	27,6	55,1	60,5	72,4	44,9	39,5
Colider	10,0	62,5	63,6	90,0	37,5	36,4
Parecis	26,5	52,8	73,1	73,5	47,2	26,9
Arinos	25,4	64,3	70,7	74,6	35,7	29,3
Alto Teles Pires	34,8	58,3	74,5	65,2	41,7	25,5
Sinop	44,3	63,0	82,0	55,7	37,0	18,0
Paranatinga	28,5	53,2	64,1	71,5	46,8	36,0
Norte Araguaia	20,5	37,7	82,5	79,5	62,3	49,9
Canarana	31,3	54,4	65,4	68,7	45,6	34,6
Médio Araguaia	67,0	84,5	88,0	33,0	15,5	12,0
Alto Guaporé	38,9	57,7	56,7	61,1	42,3	43,3
Tangará da Serra	40,7	79,4	83,7	59,3	20,6	16,4
Jauru	31,2	63,2	63,5	68,8	36,8	36,5
Alto Paraguai	38,8	85,0	82,7	61,2	15,0	17,3
Rosário do Oeste	52,8	55,7	51,3	47,2	44,3	48,7
Cuiabá	91,9	97,4	95,2	8,1	2,6	4,8
Alto Pantanal	49,7	70,1	74,8	50,3	29,9	25,2
Primavera do Leste	-	68,5	86,9	-	31,5	13,1
Tesouro	32,6	67,6	76,6	67,4	32,4	23,4
Rondonópolis	64,7	81,1	87,0	35,3	18,9	13,0
Alto Araguaia	60,7	70,6	82,5	39,3	29,4	17,5
Total UF	**45,0**	**69,9**	**79,4**	**55,0**	**30,1**	**20,6**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000. Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Esses dados mostram, portanto, a importância que, ainda nos anos 90, os movimentos migratórios de destino rural tinham no contexto estadual e, conseqüentemente, a existência e relevância das formas de ocupação (especialmente assentamentos) que permitiram o grande crescimento demográfico e desbravamento territorial do Mato Grosso.

É bem verdade que, na última década, na esteira dos custos sociais desse padrão de desenvolvimento que repercutiram na concentração de terras e tremenda redução do emprego agrícola (MATTEI, 1998), as políticas públicas nacionais se voltaram um pouco mais para a questão da Reforma Agrária, que teve como conseqüência um aumento do número

de assentamentos no país. Nota-se, por exemplo, o 'boom' que o Estado de Mato Grosso teve neste período: segundo dados levantados junto ao INCRA em Mato Grosso[16], enquanto no período 1986/91 foram criados no Estado apenas 25 assentamentos, este número salta para 262 na década de 90. Estas cifras, embora com algumas diferenças, são bem próximas daquelas levantadas por Gomes (2000).

Embora não seja objeto deste estudo a análise da política de Reforma Agrária no país, não se pode deixar de tecer alguns comentários sobre este processo e, sobretudo, reconhecer as dificuldades que tais projetos enfrentam e, suas limitadas possibilidades de se configurarem numa verdadeira saída para a população que ainda subsiste no campo na região ou no resto do país (LEITE, 1998).

Sendo uma política importante para atenuar os conflitos e tensões do campo, impedir, ou ao menos, minimizar as pressões nos centros urbanos, e ocupar o território, estes programas de assentamentos têm enfrentado vários desafios, tais como: a regularização das terras ocupadas, como vem fazendo o INCRA, para que o assentado (ou parceleiro no jargão regional) não se torne um posseiro; a viabilização econômica destes assentamentos, já que somente a posse do lote não garante a inserção econômica e a reprodução social das famílias assentadas (FERREIRA; FERNÁNDEZ; SILVA, s.d.). Na verdade, a falta de financiamento, assistência técnica e infra-estrutura – particularmente viária - têm sido comumente os fatores que fazem ainda mais vulnerável a condição de assentado, tornando-o muitas vezes presa fácil para os grandes latifundiários ou grileiros (GOMES, 2000).

Assentamentos em terras desgastadas, de má qualidade para fins agrícolas, sem a mínima infra-estrutura, ou lotes em áreas de mata fechada com péssima acessibilidade, além dos constrangimentos das leis ambientais, são realidades com que convivem os migrantes que, ainda hoje, optam pela vida no campo em especial no Estado de Mato Grosso.

Nas observações feitas em campo e em várias das entrevistas realizadas as dificuldades enfrentadas pelos assentados ficam bem claras. Em primeiro lugar, deve-se deixar claro a diferenciação que os entrevistados procuram fazer uma entre o assentado e o colono: o primeiro, o indivíduo que ganha o seu lote, normalmente do INCRA, não possui capital para investir e depende, portanto, do auxílio público; segundo os depoimentos

[16] INCRA - MT, Superintendência Regional de Mato Grosso - SR-13/MT.

colhidos, inclusive dos próprios beneficiários, os assentamentos se caracterizariam pelo seu reduzido poder de dinamização das propriedades que teria como causa principal o descaso dos órgãos públicos responsáveis (falta de assistência técnica e de infra-estrutura) e a inação por parte dos assentados. Já o colono, por sua vez, compraria o lote, tendo portanto, capital para investir na produção. Normalmente é o indivíduo que sabe tirar proveito da terra tomando iniciativas para a produção.

Enquanto nos assentamentos a tendência é que os menos persistentes abandonem ou vendam os seus lotes em busca de novas terras com melhores condições, os colonos tendem a permanecer em suas terras visto que possuem melhores condições para faze-as produzir[17]. Veja-se o que diz o Sr. Carlos Beitum, secretário de agricultura de Alta Floresta:

> Você põe o cara nesses assentamentos aqui a 50, 100 quilômetros e larga o cara lá, mas quem é que sobrevive lá, ué?! O cara entra lá, vai derrubando, desmata e depois vai trocando a propriedade por carro velho, vendendo e aí...

Algo parecido diz o senhor José Rosa um dos assentados entrevistados em Colíder. Na verdade, este depoimento parece bem sintetizar os principais problemas do modelo de reforma agrária vigente:

> Todos assentamento do INCRA é desse jeito [...]. Vou começar pela Reforma Agrária. A Reforma Agrária até a altura que eu conheço 6, 7 anos que eu já estou convivendo dentro do INCRA, ela já vem errada porque em vez dela levar a infra-estrutura na frente, ele leva o pessoal e joga lá. Ai o povo vai corre atrás da infra-estrutura, que é a metade e assim por diante... E o povo, quando consegue vim um recurso, esse recurso ele é repassado de uma forma, não conforme a necessidade do trabalhador rural. Às vezes, o trabalhador rural pretende de um jeito, mas eles obrigam ser repassado do jeito que eles bem entendem. Aí, acontece, às vezes, de não consegui uma renda a altura da necessidade do trabalhador rural. Então, não é como deveria de ser: primeiro, vim o pessoal da Empaer, faze uma palestra com o trabalhador rural, vê a possibilidade, com o que ele pode trabalha ali, desenvolver algum projeto que venha dá um resultado satisfatório. Não, não tem nada disso. Aí, quando acontece de não dá resultado a culpa cai em cima só do trabalhador rural, é só o trabalhador rural que aplicou mal, não soube trabalhar e tal, tal, tal. E por aí afora (Sr. José Rosa, assentado em Colíder).

Em uma linha parecida, encontra-se o depoimento de outro assentado, desta vez de um projeto de assentamento do município de Sinop:

[17] É bem verdade que esta situação dos colonos também não se constitui a regra história do Estado do Mato Grosso, uma vez que vários deles também encontraram o fracasso, em particular nos anos 70 e 80 como atestam alguns depoimentos colhidos.

> Muita dificuldade, por isso que aquilo lá [o assentamento] não tá mior por causa da dificuldade que o povo se encontra lá. Ele não tem, não tinha e não tem ainda, assistência nenhuma, nem estrada não tem, nóis não temo estrada (Sr. Pedro, assentado de Sinop).

Outro depoimento, até certo ponto frustrado, do secretário municipal de Sorriso, ao mesmo que tempo que atesta as dificuldades encontradas pelos pequenos proprietários na região, acaba por refletir boa parte dos problemas existentes em várias outras áreas do Estado. Referindo-se a um projeto de assentamento na região diz:

> É, na verdade, até foi inicialmente, até uma forma de você testar para ver se dá certo, porque esses assentamentos ... mas sem condições, não têm dado certo. Até porque aqui são áreas que exigem correção do solo, o investimento é alto, se você não tiver condições... (Sr. Natalino Ligoski, secretário de planejamento de fazenda de Sorriso).

Todos estes problemas são bem resumidos na fala de um líder sindical dos trabalhadores rurais:

> ...O pior para nós é o assentado, porque o assentado além de ter pouco conhecimento na agricultura, tem a falta de assistência. Porque quando o governo faz esse assentamento, ele fez um assentamento para nós, principalmente na gleba que mais pertence ao nosso Sindicato, muito irregular. É muito irregular por quê? Porque nenhum governo poderia fazer um assentamento numa gleba sem que ele desse a infra-estrutura. Aqui na região nossa a infra-estrutura não tem, não podemos dizer nem pouco, é nada. O INCRA veio aqui, fez a divisão das terras, distribuiu a terra, fez um sorteio, disse "esse lote é teu, aquele lote é teu, aquele lote é teu". Enquanto isso fazendo com que o parceleiro que ganhava essa terra fosse morar em cima da terra, mas isso sem dar a mínima infra-estrutura, não deu estrada, não deu educação, não deu saúde. Esse assentamento foi feito já há aproximadamente 3 anos, passamos 3 anos e até hoje isso não chegou. Esse povo que está, que conseguiu ir morar em cima dos lotes porque tinha um pequeno recursozinho mantinha uma coragem bruta de deixar sua família passar fome, ou até perder o filho, um ente da família por falta de recurso. Por falta de recurso que tem esses acontecimentos com sindicalizados nossos, com pessoas que foi assentadas lá, mulher que perdeu o marido, criança que ficou doente quando começavam essas epidemias que dá no mato, nós temos pessoas que aconteceu isso. Por enquanto nós não vimos nada a ganhar a nível de governo que possa se dizer que está desenvolvendo. Recentemente começou, por exemplo, nesta gleba onde estou me referindo passou para o município de Sinop e tem um sinalzinho, um sinalzinho de que parece que vão olhar para a área de saúde, educação e estrada, mas por enquanto é um sinalzinho. Enquanto isso nós temos pela frente a grande perseguição por parte do IBAMA, foi o seguinte: eles dão 70, 80 hectares de terra, quando o parceleiro corta 1 ou 2 hectares era para abrir 3 hectares/ano. É impossível, é impossível o parceleiro abrir 3 hectares de terra para ele formar a moradia, o pasto e plantar para a sobrevivência, é impossível. Além disso, dão a terra mas isso aí não vem uma pesquisa, uma tecnologia que podia ser... fazer análise dessas terra, fazer análise dessas terra para ver o que essa terra precisa, um subsídio de governo. Como que uma pessoa que não tem nada vai se virar para dentro do mato e vai plantar? Porque as nossas terra do MT, o que precisa nelas

> não é que nem São Paulo, que nem Paraná, onde as terras são férteis, são boa, a terra aqui toda ela produz se for corrigida, se ela não for corrigida ela não produz devido à acidez, terra fraca e outras coisas. É terra boa, é grande produtora, se corrigir, para isso nós ainda não temos esse apoio, não temos mesmo a infra-estrutura. O Pronaf agora está saindo o primeiro. Saiu o fomento, esse fomento saiu em 3 anos R$1400,00 pago em 2 parcelas para esse pessoal que está no meio do mato, só, para 200 e poucos assentados, são 497 só na gleba Mercedes." (Sr. Avelino Lidani, presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Sinop).

Um elemento que surge nos discurso acima refere-se ao papel regulador do IBAMA no processo de formação do lote, o que acaba também, segundo os assentados sendo um problema. Veja-se mais este depoimento:

> Então, os trabalhadores lá até mesmo tão tendo dificuldades com o IBAMA, para derrubar e queimar, porque até agora o IBAMA não autorizou pra eles tá mexendo com isso. Então, até o ano passado algumas pessoas foram multadas por causa de tá queimando, derrubando sem autorização do IBAMA, mas conseguiram reverter o caso. Só que há necessidade de eles pegarem terra pra trabalhar por um lado, e outro lado o IBAMA chega e pára, até mesmo que é o caso do meio ambiente. Mas, eles estão precisando da lavoura, se você esperar pela vontade até hoje eles não teriam nada lá, e se dependesse daquilo ali, comida não tinha não (Srta. Edilaine, secretária do sindicato dos trabalhos rurais de Sinop)

Como se nota com clareza, nos dois últimos depoimentos parece ser que até mesmo a legislação ambiental, embora necessária e relevante, acaba agindo de forma a limitar as possibilidades do pequeno produtor. De qualquer maneira, a "grita" generalizada refere-se, por um lado, à falta de apoio e infra-estrutura e, por outro, à qualidade das terras que, em geral, são destinadas a este tipo de projeto.

Por último, um aspecto muito curioso sobre o "repasse" que normalmente é feito dos lotes recebidos pelo INCRA fruto das "pressões" que os assentados recebem dos grandes latifundiários que lhes oferecem quantias em dinheiro que certamente aqueles não esperariam juntar em muitos anos de trabalho. Trata-se de um alerta e quase um apelo feito no programa de rádio que pudemos presenciar do sr. "Zé Pernambuco", presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colíder. Nesta oportunidade seu filho Francisco alertava para a ilegalidade desta prática que, como se sabe, muitas vezes acaba sendo um das poucas saídas para o assentado que, sem recursos ou condições de desenvolver o seu lote, acaba cedendo às ofertas recebidas. Embora não se tenha podido gravar este apelo foi possível transcrever uma passagem que reflete o dilema que certamente é cotidianamente enfrentado pelo trabalhador rural:

> Povo do interior, povo simples, a moça, a muié. Nóis tava conversando isso, ontem na tua casa, né Zé Bugre? Quem tem criança, sua mocinha de 10, 12 anos, crie na roça mesmo, não vai pra cidade, porque a cidade é muita ilusão! Não é na cidade grande o lugar do caboclo, lugar do lavrador povo simples da mulher simples, da muié trabalhadeira, da moça trabalhadeira...Eu acho que ainda é na roça pra tê nossa família mais sossegada... (Sr. Zé Pernambuco em seu programa de rádio)

E para não ficar apenas nos problemas, algumas soluções até foram propostas para o problema como a sugerida pelo Sr. Carlos Beitum, Secretário de Agricultura de Alta Floresta:

> Tem o Banco da Terra aí que dá o dinheiro pro cidadão comprar a terra tal. É o melhor tipo de Reforma Agrária, se fosse fazer teria que ser assim. Por quê? Você compra aonde você quer certo? Você tá comprando a terra, você tem 25 ano de prazo pro cê pagar essa terra, você tem 4 de carência... Então você entra nessa terra e você vai trabalhar. A única dívida que você tem também é sua propriedade, e outra, impede você de vender essa área, pois se eu não pagar ela eu não posso sair dela, então eu vou ficar nessa terra pra sempre...

Portanto, nas condições precárias descritas, apesar de conselhos como o do sr. Zé Pernambuco, não resta ao assentado senão buscar outras alternativas como trabalhar na cidade, envolvendo em muitos casos, uma mudança definitiva para os centros urbanizados.

Porém, isso não diminui a relevância dos assentamentos como uma possibilidade real de atenuar o processo de exclusão social das cidades e, portanto, como alternativa para a continuidade da ocupação territorial do Estado de Mato Grosso. Hoje, a pluriatividade – renda agrícola e renda não-agrícola – é quase uma exigência para a fixação das famílias em suas propriedades. Políticas eficientes e articuladas para o enfrentamento da questão agrária são extremamente imprescindíveis para garantir a sobrevivência de parcelas significativas da sociedade que, pelo baixo nível de escolaridade e de renda, não conseguem espaço no livre mercado.

Na verdade, pelos dados da Tabela 5 fica bastante claro que, inclusive em áreas onde a soja e o gado têm grande predominância, como Parecis, Alto Teles Pires, Canarana, entre outras, ainda se observa um volume considerável de migrantes que se destinam às áreas rurais. Tendo em vista que dificilmente estes busquem estas áreas por conta daquelas atividades, e considerando o volume considerável de famílias assentadas nestas áreas, é de se supor que, ainda nos anos 90, o processo de assentamentos ligados à reforma agrária parece ter dado significativa contribuição para a ocupação territorial de Mato Grosso.

4. As características da migração em Mato Grosso: os reflexos da forma de ocupação e mudanças econômicas

As constatações sobre o comportamento da migração no Estado de Mato Grosso ao longo dos últimos trinta anos, aliadas às características peculiares de ocupação demográfica da maior parte do seu território, levaram este estudo a partir de algumas hipóteses básicas: em primeiro lugar com relação ao perfil da migração recebida, particularmente em termos etários e composição familiar e, em segundo lugar, sobre a forma de inserção de migrantes em sua área de destino.

Assim sendo, este capítulo procura demonstrar que as características dos migrantes se mostram perfeitamente coerentes, por um lado, com a estrutura de condicionantes que este estudo identifica como fundamentais para justificar as tendências migratórias observadas no período em questão e, por outro lado, que tais migrantes apresentam certa seletividade que tende a se dissipar na medida em que o processo de ocupação da fronteira também vai se esvaindo ao longo do tempo. Em outras palavras, o perfil dos migrantes, ao mesmo tempo em que vai se transformando ao longo das décadas analisadas, também vai se "moldando" para uma realidade mais urbana, na medida em que o destino rural vai se tornando cada vez menos predominante, em função da forma como o Estado se estrutura em termos econômicos e fundiários.

Quanto à dimensão demográfica, um dos primeiros elementos que merece destaque refere-se à composição etária, por sexo e familiar dos migrantes. Estudo como o de Sydenstricker (1992) para Machadinho em Rondônia que tratam da ocupação da fronteira dá conta de que mesmo que o chefe da família migrasse previamente sozinho ou com os filhos homem mais velhos, visando preparar o lote, o caráter familiar desse tipo de deslocamento era inconteste. Os resultados de Diniz (2002) também mostram, para o caso de Roraima, que existe uma clara predominância de pessoas casadas, em particular nas fronteiras pioneiras[18].

[18] O autor desenvolve uma tipologia muito interessante sobre "a trajetória evolutiva das fronteiras" (p.3), criando as categorias pioneira, transitória, consolidada e urbanizada. Muito embora tal classificação pudesse ser muito útil para a presente análise, os dados disponíveis não permitem esta diferenciação. Para maior detalhe sobre a classificação ver Diniz (2002).

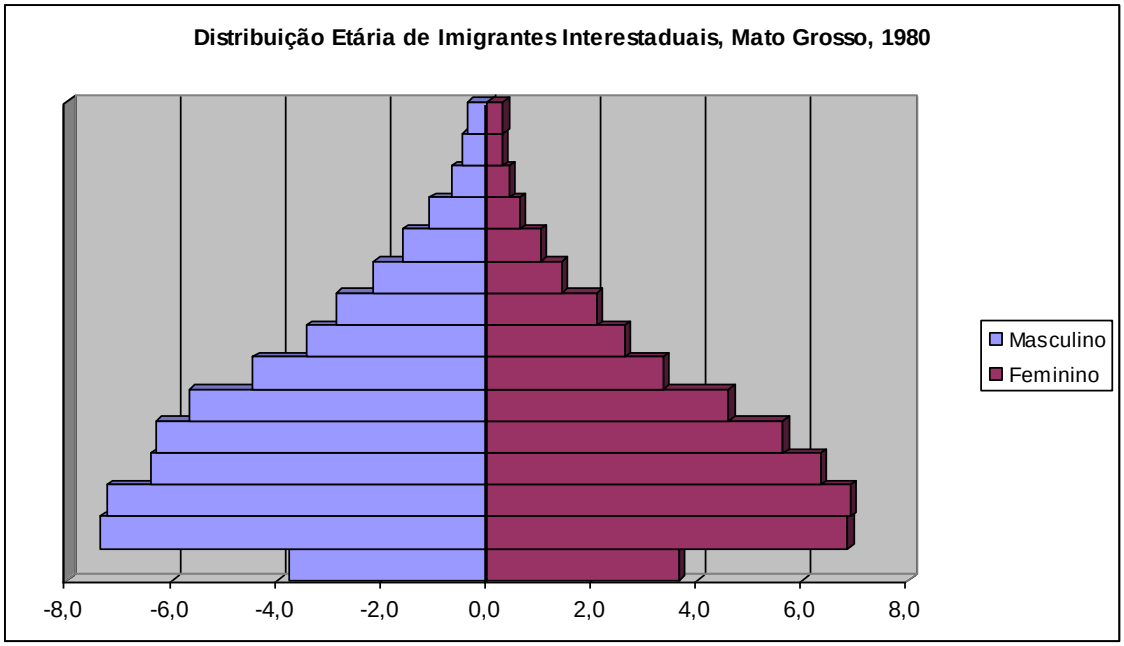
Na verdade, dado a especificidade dos "atrativos" da região para a migração como uma área de fronteira agrícola, em particular nas décadas passadas, seria de se supor que a migração tivesse um predomínio de famílias[19], a não ser em casos bem específicos como regiões de garimpo, por exemplo. Em termos demográficos, isso se refletiria, por um lado, na forma das pirâmides etárias e, por outro, no perfil da migração segundo os distintos tipos de arranjos domésticos, entre os quais aqueles relativos às "famílias nucleares" que acabaria por apresentar maior peso relativo. Nesse sentido, os dados apresentados a seguir mostram claramente esse comportamento.

Como se percebe pelas distribuições etárias apresentadas (Gráficos 8, 9 e 10) há claras evidências de que a migração interestadual de tipo familiar de fato predominou no Mato Grosso, em particular, nos períodos onde o fenômeno foi mais intenso, como as década de 70 e 80. Este fato se traduz na forma piramidal dos gráficos, muito embora fique claro que a participação de crianças menores de 5 anos de idade não é muito grande, fato que guarde uma certa lógica com o que isso poderia implicar em termos dos constrangimentos para uma migração para áreas inóspitas como são as regiões rurais do Mato Grosso.

De qualquer forma, é interessante notar que, já nos anos 90, o perfil etário dos migrantes sofre uma significativa modificação, uma vez que se percebe claramente uma maior concentração de indivíduos nas idades produtivas sugerindo, portanto, uma redução, ainda que pequena da importância da migração do tipo familiar. Como se verá mais adiante, este fenômeno, de fato, foi observado, o que aponta para uma mudança, ainda que lenta e gradativa do perfil do migrante que se destina para o Mato Grosso.

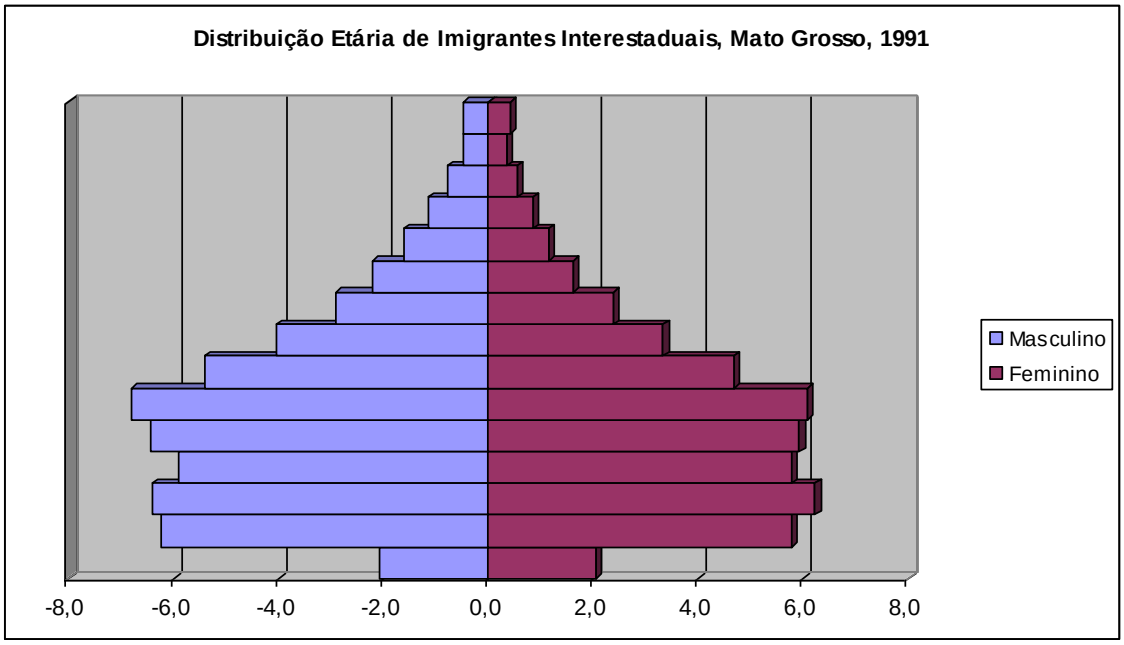
[19] Frise-se uma vez mais que o censo apenas capta a arranjo doméstico no momento do Censo o que, portanto, não assegura totalmente que este valia no momento da migração.

GRÁFICO 8



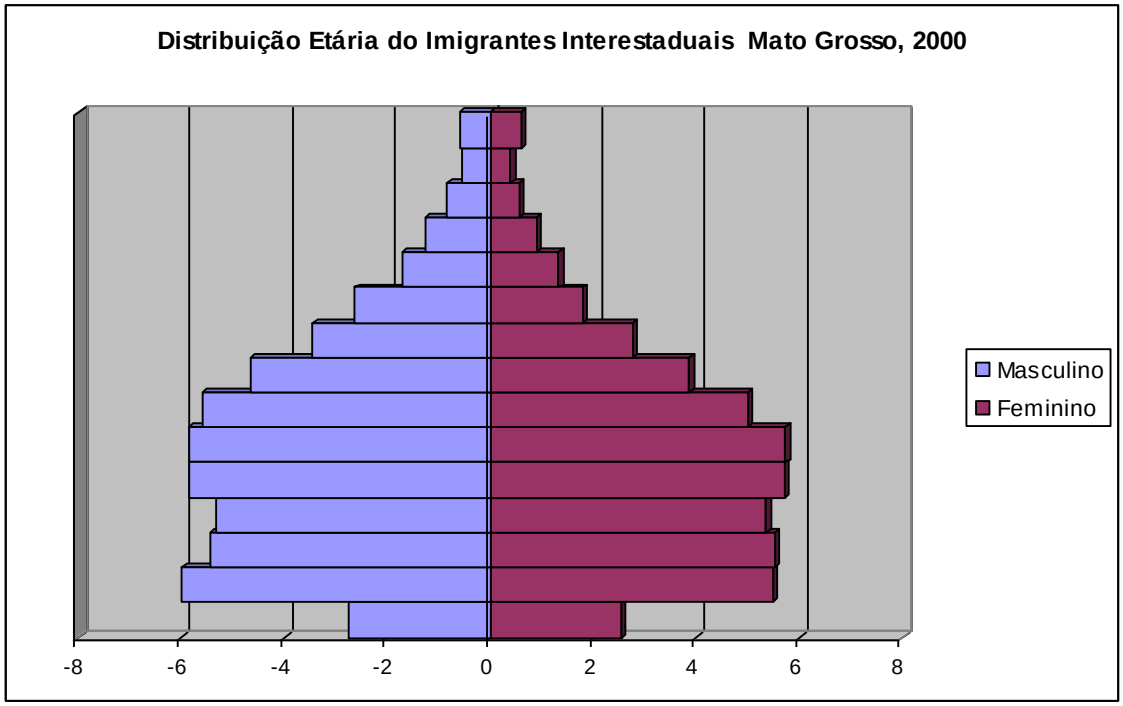
Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 9



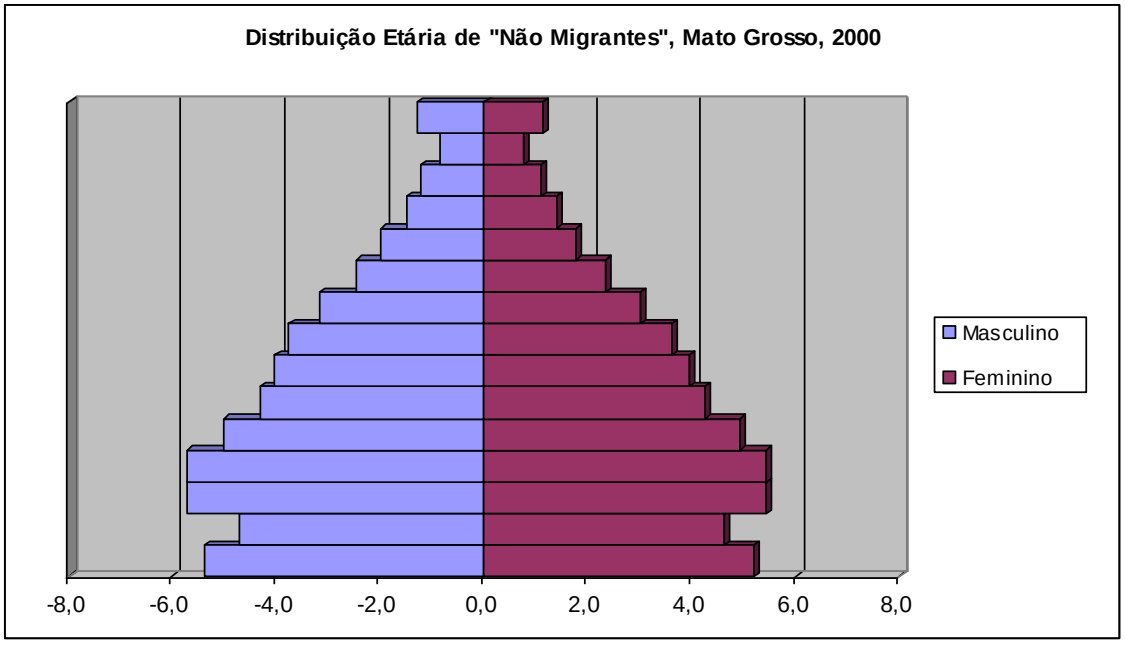
Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo-Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 10



Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 11



Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Na verdade, percebe-se que, em 2000, quando a migração típica de "fronteira" certamente não tinha a mesma importância, a distribuição etária dos migrantes já mostrava uma maior seletividade com relação à população "não- migrante" (Gráfico 11)[20], em especial nas idades entre 20 e 35 anos.

As observações suscitadas pelas pirâmides são plenamente corroboradas pela observação da distribuição das famílias de chefes migrantes interestaduais por tipos. Assim, as Tabelas 6A e 6B, ao mesmo tempo em que confirma a predominância de migração do tipo familiar para o Estado, também aponta no sentido da redução do peso desta categoria de arranjo doméstico ao longo do tempo em favor de outros, particularmente os tipos "individual" "casal ou chefe sem filhos" e "outras" (este última uma modalidade residual).

De qualquer forma, ainda nos anos 90, o Mato Grosso se caracterizaria pela predominância da migração familiar, mesmo que, com o progressivo processo de urbanização – característico do país como um todo – novas modalidades de arranjos domésticos comecem a se mostrar importantes. Há, no entanto, que lembrar que o volume de famílias migrantes reduziu-se da maneira significativa no período considerado. Deve-se lembrar que, nos anos 80, o número de famílias cujo chefe era migrantes interestadual era de 83,5 mil, cifra que atinge o seu auge em 1991, com 192,4 mil famílias para logo se reduzir para pouco mais de 130 mil famílias em 2000.

Do ponto de vista do comportamento das microrregiões, o que se percebe é que a relação entre o perfil dos arranjos domésticos e os momentos de cada área no processo de ocupação demográfica e da fronteira de Mato Grosso é bastante clara. De fato, basta observar o os dados para as regiões do norte e noroeste matogrossense (Alta Floresta, Aripuanã, Colider, Arinos etc.) para ver que é justamente nestas áreas onde, mesmo em 2000, a proporção de famílias nucleares era a mais significativa entre os migrantes.

No entanto, é interessante perceber que no caso das Microrregiões onde sabidamente o garimpo foi importante nos anos 80 (Alta Floresta e Colider) parece ter havido uma sobre-representação - em comparação com outras regiões de características semelhantes - de famílias "estendidas" e "outras" o que sugere que esta atividade possa apresentar especificidades neste particular. Contudo, chama a atenção que, nestes mesmos casos, a categoria "individual" tenha se comportado de maneira semelhante às outras áreas

[20] Nesse estudo são considerados como "não-migrantes" todos os indivíduos naturais do Mato Grosso que nunca migraram ou aqueles com mais de 10 anos de residência no Estado.

uma vez que se poderia pensar ser este tipo de arranjo o que seria potencializado pela atividade garimpeira. Na verdade, apenas investigações mais profundas poderiam esclarecer a razão deste resultado.

A predominância de famílias não se repete no caso das microrregiões com maior dinamismo urbano como são os casos de Cuiabá, Rondonópolis e até mesmo Parecis que, como já se comentou, ao mesmo tempo em que apresenta grande crescimento demográfico, também urbaniza-se rapidamente, muito provavelmente em função dos efeitos da expansão da soja.

TABELA 6A

Família de chefes migrantes interestaduais por tipo segundo microrregiões
Estado de Mato Grosso, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000

Microrregiões	Individual			Casal sem Filhos			Casal com Filhos			Estendida		
	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00
Aripuanã	21,30	8,74	9,26	9,40	11,83	12,42	56,40	59,49	58,31	5,30	9,06	8,30
Alta Floresta	6,40	6,51	9,94	11,60	11,21	14,01	65,80	55,85	54,48	8,10	10,75	6,83
Colider	7,30	8,22	11,02	9,70	11,06	10,45	67,20	50,69	52,47	7,10	10,66	8,83
Parecis	15,70	16,22	17,75	10,00	12,06	12,15	53,60	51,97	48,53	10,70	7,27	7,41
Arinos	8,50	5,54	10,77	10,80	11,36	12,97	67,50	62,80	59,06	7,60	7,93	5,32
Alto Teles Pires	9,60	11,09	8,44	7,80	10,71	13,06	64,30	58,73	56,52	12,90	8,30	7,71
Sinop	12,40	10,02	8,38	10,70	13,04	13,84	61,50	57,27	52,59	7,60	7,54	7,89
Paranatinga	9,20	3,71	14,15	9,80	12,17	16,93	62,60	66,01	53,13	9,70	9,30	4,69
Norte Araguaia	17,30	10,66	13,07	9,70	9,65	12,94	51,50	54,33	50,74	8,80	10,20	7,62
Canarana	5,30	7,72	15,15	11,40	12,65	13,00	59,70	58,56	50,60	13,10	7,87	5,49
Médio Araguaia	8,40	9,17	13,38	8,90	10,15	12,91	55,00	48,91	45,74	13,30	8,36	5,98
Alto Guaporé	7,10	10,34	12,17	7,50	11,30	11,90	66,90	54,15	49,13	9,60	9,67	8,94
Tangará da Serra	5,70	19,25	9,17	9,40	10,35	11,04	66,80	50,38	56,81	9,90	8,39	6,85
Jauru	4,20	6,73	8,34	11,10	11,59	13,02	69,00	61,19	53,30	8,00	6,08	7,33
Alto Paraguai	14,10	13,28	12,86	9,70	11,66	6,67	53,30	52,63	59,68	12,70	6,48	7,14
Rosário do Oeste	32,00	10,04	15,15	3,60	11,09	18,41	43,50	58,16	46,39	15,10	11,51	9,32
Cuiabá	14,20	8,94	13,12	10,00	10,01	12,99	49,80	51,99	47,16	14,10	9,38	6,89
Alto Pantanal	8,40	9,54	12,38	10,20	10,91	12,90	60,40	57,89	50,16	12,70	9,04	5,99
Primavera do Leste	-	11,16	10,07	-	13,92	11,97	-	52,41	52,23	-	9,64	7,74
Tesouro	14,60	10,78	13,09	9,60	12,57	16,80	51,10	47,88	49,39	12,80	6,23	6,82
Rondonópolis	9,50	8,79	13,23	9,10	12,11	13,00	60,00	54,83	47,75	10,60	8,69	6,22
Alto Araguaia	12,50	8,82	16,88	9,10	14,54	12,40	59,50	50,07	45,21	9,80	10,50	4,87
Total UF	**10,0**	**9,3**	**11,7**	**10,0**	**11,2**	**12,8**	**60,1**	**54,6**	**51,5**	**10,3**	**9,1**	**7,2**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

TABELA 6B

Família de chefes migrantes interestaduais por tipo segundo microrregiões Estado de Mato Grosso, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000

Microrregiões	Chefe com Filhos			Outras			Total		
	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00
Aripuanã	3,10	4,96	5,17	4,50	5,92	6,53	2713	10272	8393
Alta Floresta	3,20	6,81	6,81	4,90	8,88	7,94	4638	12628	4598
Colider	3,50	6,92	8,77	5,20	12,45	8,45	7581	20836	6861
Parecis	2,30	3,86	5,81	7,60	8,62	8,34	1721	4304	7097
Arinos	3,20	6,28	5,98	2,40	6,09	5,90	3834	5272	3964
Alto Teles Pires	1,20	3,83	4,99	4,20	7,34	9,25	1097	7761	10776
Sinop	3,40	5,55	7,59	4,40	6,59	9,72	4427	11085	10662
Paranatinga	4,70	3,29	3,82	3,90	5,52	7,20	1555	1430	1152
Norte Araguaia	4,50	7,14	6,54	8,20	8,02	9,10	2101	5139	7320
Canarana	3,50	6,13	8,44	7,00	7,07	7,36	3935	6072	5176
Médio Araguaia	6,70	11,81	13,16	7,70	11,59	8,80	3633	3674	3229
Alto Guaporé	2,90	4,70	8,71	6,00	9,84	9,12	1808	4044	3377
Tangará da Serra	3,50	5,34	8,38	4,70	6,29	7,77	5666	6165	6863
Jauru	4,00	7,07	7,66	3,60	7,35	10,34	8364	5826	3056
Alto Paraguai	4,90	7,21	8,41	5,20	8,74	5,40	2047	1235	630
Rosário do Oeste	3,20	3,97	3,50	2,50	5,23	7,23	278	478	429
Cuiabá	4,70	9,02	10,79	7,10	10,66	9,05	14864	34291	26726
Alto Pantanal	3,30	6,18	9,10	5,00	6,43	9,47	2218	3218	2472
Primavera do Leste	-	3,01	7,31	-	9,86	10,66	-	3154	5414
Tesouro	5,40	8,48	7,56	6,50	14,05	6,34	1960	1957	1482
Rondonópolis	5,20	8,25	10,25	5,60	7,32	9,55	7996	10238	9531
Alto Araguaia	4,80	6,73	9,81	4,20	9,35	10,83	1159	1486	1274
Total UF	**4,1**	**6,8**	**8,1**	**5,5**	**8,9**	**8,7**	**83.595**	**160.565**	**130.481**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Assim sendo, percebe-se que muito embora a migração familiar, pelo menos no período estudado, tenha sido uma característica predominante na imigração de Mato Grosso, fica muito claro que naquelas áreas onde se observa ainda algum dinamismo da ocupação da fronteira esta tendência tendeu a incrementar-se ainda mais. Se, em um primeiro momento, os programas de colonização seriam os que poderiam justificar este tipo de ocupação, nas últimas décadas tudo sugere que movimentos de fronteira pioneira e programa de assentamentos de reforma agrária são, sem dúvida, os elementos que justificariam este comportamento demográfico dos migrantes que buscam sua reprodução social através da inserção no Estado a partir da atividade agrícola baseada na pequena propriedade.

Outro elemento que permite melhor situar a problemática migratória no Estado de Mato Grosso refere-se à forma de inserção produtiva dos chefes migrantes[21]. A partir desta análise foi possível perceber claramente o progressivo "desmonte" a que foi submetido o Estado em termos de suas formas tradicionais de ocupação em termos demográficos e econômicos.

Dentre as principais alterações que o perfil da migração sofreu nos trinta anos analisados, a que chama mais a atenção e permite maiores inferências quanto aos condicionantes da redução da migração para o Estado refere-se à forte redução da participação relativa da categoria "Autônomo ou Conta Própria na Agropecuária"[22] no conjunto das migrantes. Na verdade, associado ao arrefecimento da migração ao longo do período, percebe-se que, enquanto, na década de 70, esta categoria absorvia produtivamente 31,4% dos chefes de família migrantes economicamente ativos, este percentual reduz-se para algo em torno de 12,95 em 1991 e 9,6% em 2000[23].

Na verdade, o impacto das transformações produtivas em Mato Grosso fica ainda mais claro quando estes dados são analisados segundo as microrregiões, uma vez que este procedimento revela, por um lado, reduções ainda mais dramáticas desta categoria de chefes migrantes, como nos casos de Aripuanã (39,7 em 1980 para 25,2% em 2000), Colider (67,7% para 24,5%), Paranatinga (51,3% para 10,6%), Jauru (54,4% para 16,2%), Tangará da Serra (41,3% para 3,0%). Um caso interessante a ser também destacado refere-se a Norte Araguaia que, nos anos 80, experimentou um incremento destes migrantes ligados à agricultura familiar atingindo 40% do total, sendo que, na década seguinte, este percentual reduz-se para 29,0%. Nesse caso específico, sabe-se que a área entra com mais força como "rota" da fronteira apenas na década de 80. (Tabelas 7, 8 e 9).

[21] Esta variável foi construída de maneira a espelhar as condições de inserção dos migrantes na estrutura social dos locais de destino. Embora não tenha a pretensão de ser uma proposta de estrutura sócio-ocupacional, as categorias construídas a partir do cruzamento entre o "setor da atividade" e "posição na ocupação" pretendem, de maneira aproximada, revelar a forma como o migrante se insere na estrutura social do Estado, particularmente no que tange ao seu vínculo com as atividades agrícolas e urbanas.

[22] Nesse caso particular, acredita-se que, dentre as possibilidades oferecidas pelos censos demográficos, esta categoria seria a que mais se aproxima da identificação do pequeno proprietário familiar.

[23] É importante alertar para o fato de que, no Censo de 2000, existe uma possibilidade que na categoria "conta-própria na agropecuária" estejam também contabilizados os parceiros e meeiros, cuja condição não foi levantada no referido censo. Assim, em comparação com os censos anteriores, os percentuais apresentados podem estar até sobre-estimados, muito embora o peso de pareceiros e meeiros historicamente tenham sido pouco representativos no Estado.

TABELA 7

Chefes de família migrantes interestaduais por inserção produtiva, segundo microrregiões, Mato Grosso, 1980

Microrregião	Trab. Agríc. Volante	Parceiro ou Meeiro Empregado	Parceiro ou Meeiro Autônomo ou c/própria	Empregado						Autônomo ou c/ própria Agropecuária	Autônomo ou Conta Própria Outros	Empr.	Sem Remun.	Total
				Agric.	Pecuar.	Outros Agropec.	Indúst.	Com. e Serv.	Outros (mal defin.)					
Aripuanã	0,5	0,2	0,9	5,1	2,5	1,1	22,2	13,7	0,2	39,7	8,8	4,7	0,5	**2.666**
Alta Floresta	11,9	2,4	0,9	26,9	0,8	0,6	7,9	8,3	0,2	21,4	15,4	2,5	0,8	**4.436**
Colider	1,9	0,0	0,6	1,6	1,8	0,4	4,1	4,4	0,1	67,7	13,9	2,9	0,5	**6.872**
Parecis	0,4	0,0	0,0	24,4	13,4	0,8	6,6	11,6	0,2	26,0	9,2	7,0	0,3	**1.661**
Arinos	2,6	0,1	0,6	13,0	6,5	1,6	11,9	5,7	0,4	43,6	9,4	3,5	1,0	**3.687**
Alto Teles	1,1	0,4	0,4	16,2	7,2	4,6	7,0	9,7	2,9	26,3	16,6	7,1	0,5	**1.012**
Sinop	3,7	0,2	1,2	5,5	4,5	2,2	19,7	10,6	0,4	27,5	20,7	3,4	0,4	**4.174**
Paranatinga	3,7	0,2	3,8	10,4	4,6	2,7	4,0	4,2	1,2	51,3	11,2	2,8	0,0	**1.513**
Norte	4,4	0,0	0,4	4,7	43,3	0,3	4,2	8,9	0,8	19,9	11,8	1,3	0,0	**2.212**
Canarana	2,5	0,1	0,1	12,4	5,0	0,3	3,8	11,1	0,2	39,2	20,7	4,6	0,1	**3.802**
Médio	1,4	0,4	3,0	10,6	8,7	1,1	7,7	22,2	0,2	13,6	20,1	10,8	0,2	**3.379**
Alto Guaporé	6,0	0,7	1,7	7,1	14,0	3,0	7,6	5,4	0,3	37,6	13,6	2,8	0,2	**1.793**
Tangará da	4,1	0,2	0,7	11,3	7,9	0,4	6,3	8,4	0,7	41,3	13,4	5,1	0,2	**5.237**
Jauru	2,6	0,2	2,0	9,1	3,3	0,4	4,8	6,0	0,2	54,4	12,6	3,9	0,5	**7.787**
Alto Paraguai	1,4	1,0	1,6	6,2	15,6	0,0	14,8	8,1	0,0	31,9	13,9	5,3	0,2	**1.770**
Rosário do	4,2	1,1	0,0	4,5	7,9	1,1	12,1	30,6	3,8	20,4	12,1	0,0	2,3	**265**
Cuiabá	0,3	0,1	0,3	3,2	1,7	0,3	18,1	42,2	0,6	4,3	22,5	6,1	0,4	**13.561**
Alto Pantanal	0,9	0,3	0,4	8,2	7,5	1,9	7,2	22,0	0,3	31,9	12,6	5,8	1,0	**2.060**
Primavera	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Tesouro	1,1	1,5	1,7	17,1	8,8	1,0	7,2	11,8	0,2	29,2	15,0	5,5	0,0	**1.876**
Rondonópolis	1,7	0,3	0,9	11,5	6,9	0,6	9,3	20,5	0,2	21,1	18,9	7,9	0,1	**7.271**
Alto Araguaia	2,5	0,0	0,0	18,5	4,0	2,6	4,1	18,7	0,3	24,6	17,5	6,5	0,6	**1.089**
Total UF	**2,6**	**0,4**	**1,0**	**9,4**	**6,1**	**0,9**	**10,0**	**16,3**	**0,4**	**31,4**	**16,2**	**5,0**	**0,4**	**78.123**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

TABELA 8

Chefes de família migrantes interestaduais por inserção produtiva, segundo microrregiões, Mato Grosso, 1991

Microrregião	Trab. Agríc Volante	Parceiro ou Meeiro Empregado	Parceiro ou Meeiro Autônomo ou c/própria	Trab Dom (Empr., Auton. ou c/ Própria)	Empregado						Autônomo ou c/ própria Agropec.	Aut. ou Conta Própria Outros	Empr.	Sem Remun	Total
					Agric	Pecuar.	Outros Agropec.	Indúst.	Com e Serv	Outros (mal defin.)					
Aripuanã	1,7	6,9	6,0	0,7	1,3	3,5	0,6	20,4	10,0	0,1	24,2	16,1	8,2	0,4	**9.768**
Alta Floresta	5,2	14,6	6,6	2,4	0,3	2,6	0,5	5,3	17,0	0,0	20,9	17,0	6,2	0,5	**11.745**
Colider	1,7	21,1	5,5	1,9	13,9	1,2	0,5	4,9	13,3	0,3	20,7	18,7	8,6	1,5	**19.210**
Parecis	8,6	3,6	1,9	1,0	0,9	3,5	1,2	11,9	21,2	0,0	5,6	13,1	13,6	0,8	**4.118**
Arinos	2,6	3,4	3,2	1,0	11,4	7,7	3,4	25,9	14,2	0,1	18,2	13,3	5,6	0,7	**4.881**
Alto Teles Pires	6,1	1,5	1,9	0,6	1,1	5,1	5,0	12,9	18,3	0,2	10,2	16,5	10,0	0,3	**7.446**
Sinop	3,0	0,9	0,5	1,4	3,5	3,2	1,2	43,4	18,6	0,2	6,2	11,0	9,3	0,1	**10.563**
Paranatinga	9,9	5,0	0,8	0,7	1,8	8,5	3,6	4,1	10,2	0,4	28,6	20,0	3,7	1,1	**1.402**
Norte Araguaia	3,5	1,4	2,5	1,9	4,8	13,9	1,1	4,3	11,2	0,0	40,0	12,5	4,8	1,0	**4.705**
Canarana	4,9	1,6	2,2	1,8	4,4	9,9	0,6	6,5	19,0	0,4	23,7	15,5	8,6	0,4	**5.556**
Médio Araguaia	6,0	0,7	0,8	4,6	1,3	11,7	0,2	7,8	28,1	0,2	3,9	22,6	8,3	0,7	**3.328**
Alto Guaporé	3,8	1,6	0,5	1,0	13,4	14,1	4,0	13,1	16,3	0,3	22,1	14,3	7,3	0,2	**3.776**
Tangará da Serra	4,1	1,5	0,8	1,5	2,5	4,0	0,2	13,3	21,6	0,0	8,3	21,3	9,7	0,2	**5.771**
Jauru	8,8	5,2	5,5	1,9	1,4	4,9	0,4	10,5	17,4	0,0	16,9	13,3	12,4	0,3	**5.265**
Alto Paraguai	2,0	30,2	0,0	4,4	5,5	4,9	0,0	1,5	21,9	0,0	3,3	22,0	8,4	0,0	**1.172**
Rosário do Oeste	4,5	6,4	0,0	2,4	0,5	15,0	1,4	6,4	0,0	14,7	15,7	14,3	13,8	0,0	**421**
Cuiabá	0,6	0,4	0,5	2,3	5,2	0,8	0,2	13,2	45,2	0,3	1,9	25,0	8,7	0,3	**30.557**
Alto Pantanal	2,2	1,3	4,3	3,0	17,7	1,6	1,6	11,0	26,5	0,0	13,0	19,7	10,5	0,0	**2.976**
Primavera	0,6	1,6	0,3	0,7	5,0	5,3	0,3	9,6	24,6	0,4	4,8	16,6	17,0	0,3	**2.995**
Tesouro	7,7	11,3	2,1	3,5	9,2	12,7	0,9	4,0	20,4	0,0	5,4	15,0	11,7	0,2	**1.764**
Rondonópolis	2,7	1,2	0,5	2,2	13,1	6,9	4,3	10,3	27,8	0,3	5,3	19,9	9,3	0,1	**9.235**
Alto Araguaia	8,7	3,7	1,0	3,3	**3,7**	11,5	1,1	2,9	21,9	0,4	7,3	15,6	9,2	0,2	**1.336**
Total UF	**3,2**	**5,8**	**2,6**	**1,9**							**12,9**	**18,3**	**8,8**	**0,5**	**147.990**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

TABELA 9

Chefes de família migrantes interestaduais por inserção produtiva, segundo microrregiões, Mato Grosso, 2000

Microrregião	Trabalh Domést (Empreg, Autôn ou C/Própria)	Empregado					Autônomo ou Conta Própria Agropecuária	Autônomo ou Conta Própria Outros	Empregador	Total
		Agric	Pec	Ind	Com. e Serv.	Outros (mal definidos)				
Aripuanã	0,9	2,8	13,2	13,8	20,6	1,3	25,2	18,0	3,3	6455
Alta Floresta	1,3	3,0	11,0	12,9	23,9	2,2	24,5	14,6	5,9	3902
Colider	5,0	2,1	12,3	12,5	18,4	1,1	22,5	20,6	4,1	5265
Parecis	2,4	24,1	8,2	14,2	21,9	0,8	6,6	15,1	6,7	6141
Arinos	0,9	3,7	19,1	20,8	19,8	0,5	13,3	15,9	5,9	3356
Alto Teles Pires	2,1	15,9	7,4	13,9	27,3	0,7	6,2	19,9	6,3	9268
Sinop	2,0	1,9	8,8	32,0	24,7	0,5	3,6	21,6	5,0	9359
Paranatinga	2,2	13,2	23,3	7,9	18,9	0,0	10,6	16,5	6,5	949
Norte Araguaia	2,4	3,2	18,7	8,8	16,4	0,4	29,0	18,2	2,9	5595
Canarana	2,3	10,1	21,0	9,3	19,6	0,7	13,8	18,4	4,6	4163
Médio Araguaia	5,2	2,1	20,8	9,6	30,2	0,5	3,8	21,4	6,3	2712
Alto Guaporé	2,6	2,8	20,7	10,7	21,5	0,6	11,2	26,3	1,8	2605
Tangará da Serra	1,5	17,5	7,7	22,7	26,8	1,6	3,0	16,0	3,1	5746
Jauru	1,5	4,7	16,4	13,0	22,1	0,0	16,2	23,3	2,7	2368
Alto Paraguai	4,1	11,3	21,1	11,5	22,4	2,8	10,4	10,4	3,0	460
Rosário do Oeste	0,0	5,2	30,3	8,4	23,2	1,6	9,7	20,0	0,0	310
Cuiabá	4,5	0,9	2,2	14,2	44,6	1,0	1,9	24,5	6,0	20766
Alto Pantanal	4,6	1,3	11,6	9,9	35,0	0,5	11,0	20,2	5,4	1986
Primavera do Leste	2,9	15,9	5,0	14,3	28,1	0,5	5,0	23,5	4,8	4703
Tesouro	4,1	14,0	26,2	4,9	19,3	0,0	12,5	15,0	3,9	1230
Rondonópolis	4,0	9,4	13,1	15,1	26,5	0,4	2,9	23,0	5,5	7345
Alto Araguaia	6,8	22,9	12,3	7,4	21,5	1,5	4,9	20,0	1,8	1011
Total UF	**2,9**	**7,3**	**10,6**	**15,3**	**27,7**	**0,8**	**9,6**	20,4	**5,0**	105696

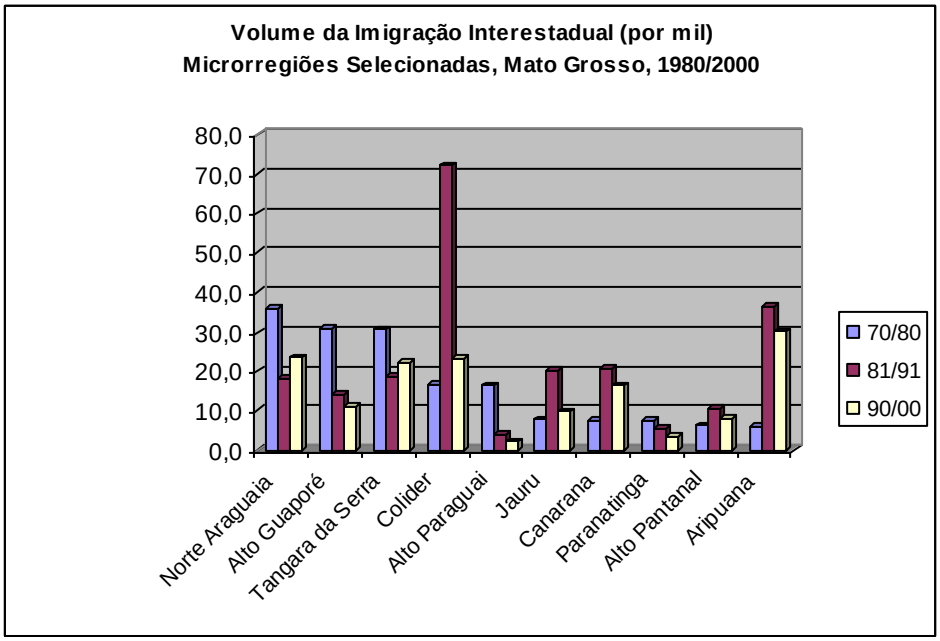
Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Há que considerar ainda o incremento significativo, e muito peculiar em termos do Estado, no Censo de 1991, do peso relativo da categoria "parceiro ou meeiro empregado" em Colider e Alta Floresta. Muito provavelmente este fato reflete o efeito, já mencionado, do garimpo nas áreas do norte matogrossense, o que também explicaria, em grande medida, o aumento da imigração na década para estas áreas.

Estas duas tendências ficam mais claras quando se contrasta a evolução destas duas categorias de inserção produtiva com a diminuição ou incremento da imigração para as áreas enfatizadas anteriormente. De fato, os gráficos 12 e 13 mostram claramente que, com exceção das microrregiões afetadas pelo garimpo (especificamente Alta Floresta e Colíder), nas demais parece haver uma forte correlação entre o volume de imigração recebida no período e a participação, entre os migrantes, de pequenos proprietários rurais.

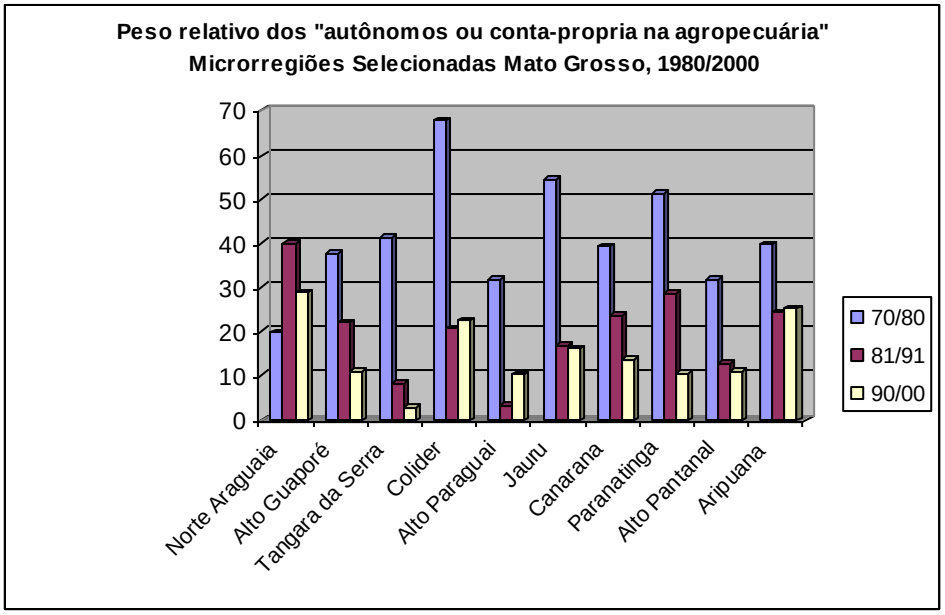
Merecem atenção especial também as microrregiões de Aripuanã e Norte Araguaia, uma vez que se colocam entre as que maiores volumes de migrantes receberam nas últimas décadas, fato que se reflete na importância relativa da figura do pequeno agricultor ou pecuarista ainda no Censo de 2000.

GRÁFICO 12



Fonte: Fundação IBGE(1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

GRÁFICO 13



Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

É interessante ainda notar que, no Estado de Mato Grosso, a tendência apontada para os migrantes também se observa para os "não-migrantes". Como se percebe no Gráfico 12, estes últimos também reduziram sua participação na categoria "autônomos ou conta-própria na agropecuária", o que mostra que o ocorrido com os migrantes reflete não apenas uma situação peculiar, mas uma tendência de um Estado que se urbaniza a passos largos e que, portanto, oferece poucas alternativas aos seus habitantes, em particular aqueles ligados ao meio rural.

Entre estas alternativas destacar-se-iam os assentamentos de trabalhadores rurais, uma vez que, desde o começo da década de 80, com a progressiva redução do apoio governamental para os projetos de colonização, este tipo de assentamento aliado às ocupações espontâneas são as que têm viabilizado, ou mantido em algum grau, a agricultura familiar no Estado. Embora já se tenha discutido anteriormente, não é demais recordar que, não obstante o importante papel (real ou potencial) destes assentamentos no processo de ocupação e, principalmente, retenção demográfica no Estado, é fundamental considerar suas reais possibilidades em termos de viabilidade, tendo em vista a situação bastante precária de muitos destes projetos. Várias das entrevistas realizadas e até mesmo o diagnóstico oficial constante do Zoneamento Econômico e Ambiental do Estado de Mato Grosso (SÃO PAULO. SEPLAN, 1999) mostram uma situação preocupante:

> A agricultura familiar predomina em áreas de colonização ou ocupação espontânea (assentamentos de trabalhadores rurais), organizando-se em torno da produção de culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), da pequena pecuária, da produção leiteira e secundariamente, de algumas poucas culturas comerciais (café, cacau, banana e algodão). Trata-se de uma agropecuária caracterizada pelo modesto uso de insumos e técnicas modernas, muitas vezes direcionada praticamente à subsistência da unidade familiar. Nos últimos anos têm ocorrido inúmeros projetos de assentamentos de trabalhadores sem-terra, principalmente nas áreas de florestas e de transição, ao norte do Estado. Além das condições de fertilidade dos solos não serem as mais adequadas, a ausência de uma infra-estrutura viária e de apoio à produção (armazenagem, crédito, escolas etc.), específicas para esse tipo de agricultura, somente faz aumentar os condicionantes desfavoráveis à sua viabilização. O resultado é que há uma forte tendência à descapitalização dos pequenos produtores, tendo como conseqüência última, a sua expropriação e a pecuarização da área e reconcentração fundiária" (SÃO PAULO. SEPLAN, 1999).

> (...) nenhum governo poderia fazer um assentamento numa gleba sem que ele desse a infra-estrutura. Aqui na região nossa a infra-estrutura não tem, não podemos dizer nem pouco, é nada. O INCRA veio aqui, fez a divisão das terras, distribuiu a terra, fez um sorteio, disse "esse lote é teu, aquele lote é teu, aquele lote é teu". Enquanto isso fazendo com que o parceleiro que ganhava essa terra fosse morar em cima da terra, mas isso sem dar a mínima infra-estrutura, não deu estrada, não deu educação, não deu saúde. Esse povo que está que conseguiu ir morar em cima dos lotes porque tinha um pequeno recursozinho mantinha uma coragem bruta de deixar sua família passar fome, ou até perder o filho, um ente da família por falta de recurso. Por enquanto nós não vimos nada a ganhar a nível de governo que possa se dizer que está desenvolvendo. Enquanto isso nós temos pela frente a grande perseguição por parte do IBAMA, foi o seguinte: eles dão 70, 80 hectares de terra, quando o parceleiro corta 1 ou 2 hectares era para abrir 3 hectares/ano. É impossível, é impossível o parceleiro abrir 3 hectares de terra para ele formar a moradia, o pasto e plantar para a sobrevivência, é impossível. Além disso, dão a terra mas isso aí não vem uma pesquisa, uma tecnologia que podia ser... fazer análise dessas terra, fazer análise dessas terra para ver o que essa terra precisa, um subsídio de governo. Como que uma pessoa que não tem nada vai se virar para dentro do mato e vai plantar? (Astério Gomes, Secretário de Administração da Prefeitura de Sinop).

Vale destacar ainda o caso de Sinop, onde a atividade industrial (leia-se madeireiras) absorvia, em 1991, mais de 40% dos migrantes, situação que denota a força desse tipo de atividade na área. Porém, na visita a campo os discursos de políticos da região já sugerem sinais de fraqueza dessa indústria devido, sobretudo, ao esgotamento das reservas florestais mais próximas. Assim, os investimentos estão se destinando ao desenvolvimento de atividades mais diversificadas, como indústrias de móveis e ampliação do setor de serviços, além da introdução da agricultura capitalizada, principalmente de soja e arroz.

A despeito da importância da pecuária no Estado, o percentual de migrantes absorvido como empregado nesta atividade é pequeno chegando, em 1991, a pouco mais de 4%, percentual que sobre para quase 11% em 2000, contudo, muito mais devido à perda de

importância do pequeno proprietário rural, do que propriamente pelo aumento de trabalhadores neste setor de atividade já que na última data censitários pouco menos de 1,2 mil migrantes eram empregados neste setor contra mais de 6 mil em 1991 (ver tabelas 7 e 8).

Na verdade, o que se percebe é que, nas duas últimas décadas, a maior parte dos chefes migrantes estavam vinculados a atividades tipicamente urbanas, "Comércio e Serviços" e "Indústria", que geravam trabalho a 23,4% e 27,7 dos chefes migrantes em 1991 e 2000, respectivamente, contra apenas 16,3% no começo do período em estudo. Tais números mostram sinais de que o "potencial atrativo" de Mato Grosso como área de fronteira não consolidada progressivamente vai se esgotando, fato que se reflete nas formas possíveis de inserção dos migrantes, em geral trabalhadores rurais, pequenos produtores e descapitalizados, a quem restam poucas alternativas nos centros urbanos ou nos assentamentos ligados à reforma agrária.

Por último, apenas algumas considerações sobre o perfil educacional do imigrante em Mato Grosso. Como seria de se esperar, este simplesmente reflete a condições socioeconômicas daqueles que se dirigem para o Estado e de suas motivações para esta migração. Assim a predominância de pessoas ligadas à agricultura, e, sobretudo, sem muitos recursos financeiros, se traduz em níveis educacionais muito baixos para os imigrantes do Estado. Regionalmente, percebe-se, como seria de esperar, que os perfis variam significativamente entre as microrregiões situadas na porção sul do Estado, como Cuiabá, Rondonópolis, Alto Pantanal e Tesouro, com a maior incidência de pessoas com melhor nível educacional, e aquelas mais ao norte onde o peso relativo dos migrantes com baixa escolaridade era ainda muito alto nos anos 90. (Tabelas 10A e 10B).

TABELA 10A

Chefes de família migrantes segundo escolaridade, por microrregiões
Estado de Mato Grosso, 1970/80, 1981/91 e 1990/00

Microrregiões	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2° Grau Incompleto		
	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00
Aripuanã	34,1	18,5	17,6	29,9	25,9	25,9	27,7	38,9	38,3	4,0	8,8	9,4
Alta Floresta	37,8	23,0	14,0	31,0	24,0	22,1	23,1	35,6	39,1	3,6	9,2	10,5
Colider	34,9	26,1	16,4	39,7	25,7	25,2	21,7	32,6	37,0	2,2	8,3	10,8
Parecis	27,7	12,4	13,0	20,1	18,4	21,0	33,7	40,0	40,1	8,7	15,1	9,8
Arinos	43,9	19,4	14,4	29,4	32,0	23,0	20,4	31,1	33,7	3,0	8,3	13,5
Alto Teles Pires	38,1	8,2	6,5	20,0	21,8	18,0	24,6	41,2	39,9	10,4	12,8	15,0
Sinop	19,8	13,8	9,1	35,8	22,7	19,7	34,0	40,9	39,8	5,8	11,9	14,4
Paranatinga	48,7	14,4	17,3	22,8	29,8	22,2	20,4	36,1	31,9	5,0	7,2	11,8
Norte Araguaia	40,7	27,8	18,1	26,6	25,9	24,9	21,3	31,7	36,6	5,9	7,1	9,8
Canarana	35,3	15,3	12,8	22,2	19,8	20,8	33,0	42,3	39,0	6,0	9,6	12,1
Médio Araguaia	27,6	16,0	8,4	24,7	14,2	16,5	28,9	32,9	34,3	9,8	12,9	14,9
Alto Guaporé	41,0	20,4	17,4	30,7	28,4	21,7	22,2	29,7	34,1	3,3	8,6	11,0
Tangará da Serra	42,3	16,9	13,9	29,5	22,8	21,3	20,8	32,5	35,4	3,7	12,8	11,0
Jauru	49,4	22,6	13,7	28,5	21,6	20,2	17,6	29,2	37,7	1,8	10,6	9,2
Alto Paraguai	31,4	22,2	11,8	33,0	25,0	19,4	26,0	25,8	40,6	3,7	10,1	13,1
Rosário do Oeste	28,3	24,6	10,5	15,9	25,2	17,3	32,9	25,6	31,8	8,1	7,1	15,6
Cuiabá	21,7	8,7	6,9	16,0	14,0	12,3	29,0	32,3	29,8	12,5	16,3	16,9
Alto Pantanal	31,9	15,5	11,8	25,6	21,8	13,9	21,2	31,4	29,9	9,0	12,6	17,9
Primavera do Leste	-	8,2	7,1	-	17,0	13,2	-	44,4	36,2	-	14,6	14,7
Tesouro	33,5	17,7	17,0	23,6	25,1	16,9	29,3	36,6	33,9	6,3	9,4	13,4
Rondonópolis	34,9	18,0	11,2	23,4	16,2	16,8	24,9	33,1	34,9	6,4	11,5	13,6
Alto Araguaia	24,7	19,2	10,9	24,0	19,8	18,6	34,4	39,9	40,3	8,2	7,1	9,6
Total UF	**34,1**	**16,8**	**11,4**	**26,4**	**21,1**	**18,7**	**25,3**	**34,8**	**35,6**	**6,2**	**11,6**	**13,3**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

TABELA 10B

Chefes de família migrantes segundo escolaridade, por microrregiões
Estado de Mato Grosso, 1970/80, 1981/91 e 1990/00

Microrregiões	2° Grau Completo ou mais			Alfabetização de Adultos			Não Determinado		
	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00	70/80	81/91	91/00
Aripuanã	4,3	7,1	8,2	0,0	0,8	0,0	-	0,0	0,5
Alta Floresta	3,7	7,7	14,1	0,8	0,4	0,1	-	0,2	0,1
Colider	1,0	6,6	10,5	0,4	0,7	0,0	-	0,0	0,2
Parecis	9,2	13,7	15,5	0,6	0,3	0,0	-	0,0	0,6
Arinos	3,1	8,9	14,9	0,1	0,2	0,1	-	0,0	0,4
Alto Teles Pires	6,9	15,9	20,0	0,0	0,1	0,1	-	0,0	0,6
Sinop	4,6	10,6	16,5	0,1	0,2	0,0	-	0,0	0,5
Paranatinga	2,5	12,4	16,6	0,7	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Norte Araguaia	5,1	6,9	9,8	0,3	0,7	0,1	-	0,0	0,8
Canarana	3,5	12,5	15,0	0,0	0,2	0,0	-	0,2	0,3
Médio Araguaia	8,8	23,6	25,1	0,3	0,2	0,0	-	0,3	0,7
Alto Guaporé	2,8	12,2	15,7	0,0	0,7	0,0	-	0,0	0,1
Tangará da Serra	3,0	14,5	18,1	0,6	0,5	0,0	-	0,0	0,3
Jauru	1,9	15,2	18,6	0,8	0,4	0,0	-	0,3	0,6
Alto Paraguai	4,7	16,9	14,4	1,2	0,0	0,0	-	0,0	0,7
Rosário do Oeste	14,8	17,4	24,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,8
Cuiabá	20,6	28,2	33,7	0,2	0,4	0,1	-	0,1	0,3
Alto Pantanal	11,8	18,5	25,5	0,5	0,0	0,0	-	0,2	1,1
Primavera	-	15,5	28,2	-	0,3	0,2	-	0,0	0,4
Tesouro	7,0	10,9	19,0	0,3	0,3	0,0	-	0,0	0,0
Rondonópolis	10,2	20,7	22,8	0,1	0,4	0,3	-	0,1	0,5
Alto Araguaia	8,7	14,0	20,6	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Total UF	**7,7**	**15,3**	**20,5**	**0,4**	**0,4**	**0,1**	**-**	**0,1**	**0,4**

Fonte: Fundação IBGE (1980; 1991; 2000). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2003/2004.

Deve-se ter em conta ainda que, com relação à população "não-migrante", o perfil dos migrantes em Mato Grosso apresenta, pouca variabilidade, muito embora se perceba que, em 2000, existe um claro indício de que estes últimos apresentam níveis de escolaridade maior que os primeiros. Este fato é bastante sugestivo na medida em que permite supor que a imigração interestadual para Mato Grosso, ao mesmo tempo em que se reduz de maneira significativa, também vai transformando o seu perfil que passa a ter maior representação nos níveis de escolaridades mais altos. De fato, embora a tendência reflita, em certa medida, o que passou no país como um todo, não deixa de ser relevante para a compreensão do processo migratório estadual o fato de que de um percentual de pessoas com escolaridade superior ao ensino médio de 7,7% em 1980 e 17,3% em 1991, esta cifra tenha alcançado mais de 20% em 2000, contra menos de 18% dos não-migrantes. Em todo

caso não se pode perder de vista, uma vez mais, que este comportamento só foi possível graças à forte redução de imigração para Mato Grosso, em particular, aquela ligada à ocupação pioneira de seu território que, como se mostrou é composto de indivíduos de baixa escolarização.

Provavelmente este novo perfil da migração, ou seja, menos numerosa e mais escolarizada esteja configurando o que será nos próximos anos e talvez décadas, a nova feição do fenômeno de Mato Grosso que, de um Estado com alternativas para a expansão da fronteira agrícola pioneira e, portanto, com áreas a serem ocupadas e "exploradas" por pequenos produtores e trabalhadores rurais que buscam incessantemente terras para se estabelecerem, vai pouco a pouco se transformando num dos expoentes da agricultura agro-exportadora brasileira e num território onde a pecuária é cada mais intensiva e dominante no cenário do seu interior sobretudo ao norte e na sua porção leste. Este quadro e suas relações com a dinâmica migratória é o que se pretende apresentar a seguir.

5. Ocupação territorial e estrutura fundiária: a difícil manutenção do padrão tradicional

Como se mostrou anteriormente, a redução do peso relativo dos migrantes ligados às atividades agropecuárias, particularmente aqueles organizados em termos de núcleos familiares autônomos, reflete claramente a desarticulação, pelos menos até o começo dos anos 90, da forma como Mato Grosso foi ocupado pelos menos nas últimas três a quatro décadas, ou seja, da perda lenta, mas progressiva de seu "papel" de uma das mais importantes áreas de fronteira agrícola do país. Tal situação reflete muito intensamente as grandes transformações pelas quais passou o setor agropecuário estadual, sobretudo no que se refere à estrutura produtiva que vem se configurando nas últimas décadas que, mais do que nunca, implicou em crescente concentração de terras e numa mudança radical das possibilidades de inserção de sua população, em particular, dos migrantes.

Os dados do Censo Agropecuário de 95/96 confirmam o grande peso da pecuária como atividade produtiva e forma de ocupação do espaço matogrossense. O Estado abriga o quarto rebanho nacional que continua a crescer. (Tabela 11). Entre 1985 e 1995 a evolução da área aberta pelos estabelecimentos agropecuários no Mato Grosso superou todos os outros Estados do Centro-Oeste, e aumentou muito em relação aos anos anteriores (desde 1975). Esta atividade ocupa 71% da área dos estabelecimentos rurais do Mato Grosso.

Ao mesmo tempo em que ocupa a maior parte do território matogrossense, a pecuária também representa a atividade que mais absorve mão-de-obra no Estado: 53% do pessoal ocupado. É relevante destacar, uma vez mais, a importância da atividade pecuária em microrregiões como Jauru, Rondonópolis e Colíder, que empregam 26% do pessoal ocupado no Estado. (Tabela 12).

TABELA 11
Área dos estabelecimentos por grupos de área total e utilização de terras (em ha)
Estado de Mato Grosso, 1995/96

Grupos de Área			Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 a menos de 10000 ha	10.000 a menos de 100.000 ha	100.000 ha e mais	Total
Utilização de Terras	Lavouras	Permanentes	5,1	30,9	25,3	21,1	14,2	3,4	**169.316**
		Temporárias	0,5	4,2	22,1	56,6	16,6	0	**2.775.695**
		Temporárias em Descanso	0,2	6	18,3	46,8	28,6	0	**487.618**
	Pastagens	Naturais	0	1,6	13,4	41,1	38,4	5,5	**6.180.210**
		Plantadas	0,1	4,8	20,7	46,6	24,3	3,6	**15.070.211**
	Matas e Florestas	Naturais	0	2,2	10,2	36,1	33,9	17,7	**20.883.638**
		Plantadas	0	0,4	3	14,3	82,4	0	**67.829**
	Produtivas não Utilizadas		0,1	4,1	13,4	47,3	34,5	0,7	**1.362.764**
	Terras Inaproveitáveis		0,1	2,5	12,6	40,1	42,6	2,1	**1.942.230**
Total			**0,1**	**3,2**	**14,8**	**41,6**	**30,8**	**9,5**	**48.939.511**

Fonte: Fundação IBGE (1995; 1996). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2000.

Mesmo sabendo da importância da soja, algodão e milho - nesta ordem - para a região, percebe-se que, comparada à pecuária, a área ocupada por estes cultivos não é tão grande, uma vez que as lavouras temporárias representavam cerca de 15% do total de terras ocupadas pela agropecuária em 1995. Na verdade, sabe-se que nem todo o território matogrossense é adequado para tais cultivos, particularmente o norte do Estado, razão pela qual estes se concentram em determinadas áreas, com impactos visíveis no desenvolvimento das mesmas.

As informações levantadas também mostram claramente o caráter concentrador da distribuição de terras no Mato Grosso. Segundo dados levantados junto ao INCRA sobre a distribuição de recursos naturais para 1988, 50% do total da área cadastrada do Estado era considerada aproveitável para as diversas atividades econômicas, sendo assim distribuída:

81,72% - latifúndio por exploração; 11,71% - empresas rurais; 3,33% - latifúndio por dimensão; 3,22% - empreendimentos familiares.

TABELA 12

Pessoal ocupado segundo grupos de atividade econômica (pessoas)

Estado de Mato Grosso, 95/96

Microrregião	Grupo de Atividade Econômica								TOTAL
	Lavoura Temporária	Horticultura e Produtos de Viveiro	Lavoura Permanente	Pecuária	Produção Mista (lavoura e pecuária)	Silvicultura e Exploração Florestal	Pesca e Aquicultura	Produção de Carvão Vegetal	
Alta Floresta	22,5	0,7	15,0	36,3	23,7	1,7	0,0	0,0	**21.179**
Alto Araguaia	25,6	0,5	0,2	69,7	1,8	2,0	0,0	0,1	**4.221**
Alto Guaporé	7,2	0,7	7,4	71,9	11,0	1,8	0,0	0,0	**10.740**
Alto Pantanal	10,8	0,6	9,3	61,3	17,0	0,6	0,2	0,1	**14.041**
Alto Paraguai	50,4	0,4	3,3	41,9	3,6	0,3	0,1	0,0	**9.001**
Alto Teles Pires	55,6	0,3	3,3	31,7	7,9	0,7	0,4	0,1	**11.240**
Arinos	17,9	0,6	13,0	53,6	11,8	2,8	0,0	0,1	**10.559**
Aripuanã	22,2	1,4	8,9	46,3	17,1	4,1	0,0	0,0	**22.697**
Canarana	18,6	0,5	7,7	63,5	8,7	0,9	0,0	0,0	**16.585**
Colíder	21,6	0,4	2,7	54,0	18,7	2,6	0,0	0,1	**36.210**
Cuiabá	15,6	2,4	8,6	59,3	12,5	1,0	0,6	0,0	**12.933**
Jauru	12,3	0,6	4,0	69,4	13,2	0,3	0,1	0,1	**27.931**
Médio Araguaia	4,1	0,2	0,6	89,5	4,5	0,4	0,2	0,6	**4.530**
Norte Araguaia	16,5	0,2	7,8	54,2	19,1	2,1	0,0	0,0	**31.277**
Paranatinga	13,2	0,4	3,1	68,3	11,2	3,8	0,0	0,0	**6.353**
Parecis	70,2	0,3	5,7	17,3	6,1	0,3	0,0	0,0	**11.740**
Primavera do Leste	61,7	1,0	0,6	31,8	4,4	0,5	0,0	0,0	**5.281**
Rondonópolis	22,2	1,8	15,1	54,1	6,2	0,3	0,2	0,0	**22.160**
Rosário Oeste	45,7	0,7	5,5	30,9	12,5	4,4	0,4	0,0	**9.617**
Sinop	14,2	1,0	5,4	58,2	8,9	12,0	0,1	0,3	**9.351**
Tangará da Serra	52,0	0,8	4,1	38,1	4,5	0,1	0,1	0,4	**20.372**
Tesouro	13,5	0,3	1,6	74,8	9,3	0,4	0,1	0,1	**11.780**
TOTAL	**25,1**	**0,7**	**6,9**	**52,7**	**12,7**	**1,8**	**0,1**	**0,1**	**329.798**

Fonte: Fundação IBGE (1995; 1996). Tabulações Especiais Nepo/Unicamp, 2000.

Como se percebe pelo apresentado acima, o espaço destinado à pequena propriedade é ínfimo, senão irrisório, fato que mostra definitivamente as dificuldades que o Estado teria para se manter como frente de expansão da fronteira demográfica no Brasil. Fica evidente que para os migrantes, ou mesmo residentes que demandam terra para sua reprodução social, ficaria destinada apenas uma pequena parcela, em geral, em terras pouco produtivas ou muito remotas e inóspitas. Aliás, como já se apontou em muitos casos são justamente as áreas destinadas aos programas de Reforma Agrária, fato que gera uma grande "grita" por parte dos "parceleiros"; são terras que demandam investimentos (às vezes elevados) para produzir e apresentam grande dificuldade de acesso, portanto, pouco adequadas para a produção agrícola de famílias sem ou poucos recursos.

Enquanto, nos anos 90, a tendência em todo o país foi de diminuição da participação da agropecuária na área total dos Estados, no Mato Grosso essa porcentagem cresceu quase 15%:

> Quando observada a nível estadual, a evolução da área total dos estabelecimentos agropecuários mostra uma tendência à estabilização e, mesmo, retração na maioria dos Estados brasileiros, excetuando o Mato Grosso, Rondônia e Pará, que correspondem ao arco do avanço para a Amazônia (EGLER, 2000, p.21).

Jauru e Rondonópolis são as microrregiões que mais possuem pastagens plantadas. Já as terras de Alto Teles Pires, Parecis e Primavera do Leste são mais utilizadas para lavoura temporária e, não por acaso, identificadas pelo relatório da WWF (WWF, s.d.) como áreas de concentração de soja.

Apesar da constatação de certos efeitos negativos da soja, em termos ambientais e até mesmo sociais, na medida em que para certas áreas do Estado a entrada desta atividade implicou na exclusão dos pequenos proprietários, essa monocultura baseada em grandes áreas produtoras e com alto grau de utilização de insumos agrícolas (adubos, herbicidas etc.), maquinário e tecnologia – não esquecer que a soja foi adaptada para o cerrado através de modificação das sementes - se traduz na possibilidade do desenvolvimento econômico tão almejado, que trará a reboque a industrialização, a riqueza e o progresso.

Em cidades como Lucas do Rio Verde e Sorriso, na microrregião de Alto Teles Pires, o discurso "pró" agroindustrialização é muito forte, como pôde ser constatado a partir de entrevistas realizadas. Os políticos da região também acreditam que este é o caminho do

desenvolvimento, e apostam numa maior competitividade de seu produto a partir da construção da BR 163 até Santarém no Pará, viabilizando o escoamento da produção para o exterior com menor custo em relação ao que atualmente é feito, ou seja, a utilização dos portos do Sul e do Sudeste, como Paranaguá e Santos. Percebe-se, portanto, que a questão do pequeno produtor não é definitivamente, uma prioridade, o que o deixa em condição de relativo isolamento em termos das políticas de desenvolvimento regional.

Se por um lado, não se pode negar o efeito que a lavoura temporária, em especial as que geram os chamados *commodities*, tem sobre a estrutura econômica e, de maneira indireta, sobre a estrutura urbana regional, por outro lado é necessário colocar na pauta de discussão como promover este desenvolvimento de maneira a incluir boa parte da população que depende (ou quer depender) das atividades e vivência agrícolas para a sua reprodução social. Embora a lavoura temporária absorva um quarto das pessoas ocupadas em Mato Grosso e mais da metade em microcrregiões como Alto Paraguai, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Tangará da Serra, é inegável, a partir dos dados analisados na sessão anterior, que o peso que esta atividade tem sobre o total de trabalhadores é bastante reduzido[24].

Por outro lado, há que se notar que o fato de que, no Mato Grosso, 77% da soja produzida localiza-se em 4 microrregiões: Parecis, Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Rondonópolis (WWF, s.d.), obriga a se colocar em questão o real efeito da entrada da soja sobre o processo de ocupação demográfica desse Estado, uma vez que as três primeiras microrregiões foram as que apresentaram maior crescimento demográfico no período 91/96. Dessa forma, seria importante repensar essa relação, uma vez que, previamente à entrada desta atividade produtiva, estas áreas eram muito pouco habitadas e com baixíssima densidade demográfica.

Assim, com exceção de Rondonópolis, que tem sua dinâmica demográfica explicada por outros fatores que não a soja, fica claro que em várias áreas onde esta atividade entrou, ocorreu uma verdadeira "explosão demográfica". Contudo, sempre há que se pensar qual o fôlego deste impacto nestas áreas, uma vez passado o ciclo de implantação da atividade e com elas os respectivos melhoramentos necessários, como estradas, centro urbanos minimamente

[24] É bem verdade que os efeitos multiplicadores desta atividade na economia acabam gerando muitos empregos em outros setores como o terciário, o qual, aliás, é hoje o que mais incorpora os migrantes no Estado, no entanto, este estudo permite sugerir que o potencial dos centros urbanos é bastante limitado para permitir a absorção de todo o excedente gerado no campo.

equipados etc. Um estudo mais detalhado sobre esta questão seria importante para se pensar com mais propriedade o futuro da ocupação do Estado em termos sócio-demográficos.

Nesse sentido, conclusões mais definitivas demandariam um acompanhamento mais prolongado da dinâmica destas áreas. Porém, para efeitos do objeto deste estudo, uma coisa é certa, trata-se de uma atividade que "afasta" progressivamente qualquer possibilidade de uma ocupação demográfica do espaço rural dedicado à agricultura familiar e que, ao mesmo tempo, tem claros impactos no tecido urbano. Justamente neste sentido é que as possibilidades de continuidade de uma ocupação demográfica mais ampla do território do Estado e, sobretudo, da inserção de novos e volumosos fluxos de migrantes ficariam seriamente comprometidos ou, na melhor das hipóteses – supondo um potencial de absorção crescente das cidades –, restritos ao contexto urbano, o que, como se viu a partir dos dados parece não ser a tendência.

Há que se considerar ainda que o Estado não se destaca apenas como líder na produção de soja, mas também de arroz e açúcar, além do algodão. Neste contexto os impactos da política econômica (abertura comercial, fim dos subsídios diretos e indiretos e sobrevalorização cambial) sobre o setor agropecuário também devem ser considerados, uma vez que afeta este tipo de atividade. Nesse processo, os médios produtores, especialmente os assentados em projetos de colonização de áreas remotas do cerrado, acabam sendo expulsos pelo "mercado". A maioria volta-se para a pecuária, ou abandona as áreas.

Este é o cenário a partir do qual deve-se compreender os impactos da atividade econômica na dinâmica de ocupação da região. A partir do momento em que a lavoura torna-se uma atividade de grandes produtores, há um novo processo de exclusão (o primeiro ocorre quando os produtores do sul assumiram o lugar dos produtores tradicionais do cerrado). A diferença, nesse caso é que o produto, no caso a soja, torna-se uma "mercadoria" negociada no mercado globalizado, tornando-se para o Estado fonte de geração de divisas e riqueza. Restaria perguntar-se de que forma tal riqueza é e será repartida ou, de maneira mais ampla, se beneficiará a toda a sociedade, em particular, aqueles que ainda dependem e querem permanecer no campo.

Por outro lado, há a pecuária que, sendo uma atividade importante no Estado e destinada sobretudo à produção de carne, certamente tem implicações na dinâmica migratória

regional, já que se trata de uma atividade que utiliza muito pouca mão-de-obra. Mesmo considerando a existência e a possibilidade de incremento das atividades agroindustriais para beneficiarem tanto os produtos da pecuária como da agricultura, ficou muito claro nos dados, nas entrevistas e na observação de campo que isso está ainda longe de chegar a se constituir os chamados "complexos agroindustriais" que, como ocorre em outras regiões como no interior de São Paulo (com a laranja e a cana), sudoeste de Goiás (com a pecuária) etc., poderiam dar um dinamismo maior ao Estado no que se refere ao seu processo de ocupação demográfico e geração de empregos.

Portanto, as condições concretas de absorção da população em geral no trabalho rural, e do migrante, em particular, vão se reduzindo cada vez mais, seja por um processo de mudança produtiva e tecnológica, seja por uma progressiva concentração de terra. Nessas condições restam-lhes os centros urbanos que, no caso de Mato Grosso, a não ser em uns poucos, são também incapazes de absorver o excedente gerado na desarticulação da antiga atividade rural. Dessa forma, as possibilidades de continuidade de expansão demográfica do Estado ficam muito reduzidas, como conseqüência da redução de seu poder de atração populacional e da expulsão – se é que se pode considerar desta forma - de significativos contingentes populacionais, muitos deles retornando aos seus destinos ou reemigrando para outras áreas de fronteira com Rondônia, Roraima etc:

> Essa questão do pequeno aqui na nossa região... Foi implantado um projeto com 200 hectares para cada família, dessas 218 famílias que vieram aqui para esse assentamento, hoje aqui em Lucas do Rio Verde tem 16 famílias. O restante que saiu vendeu seus lotes. Hoje muitas dessas pessoas estão em áreas mais para frente. Mas aqui hoje tem de 13 a 16 famílias desse pessoal original (Neri Gueller, vereador de Lucas do Rio Verde).

Essa passagem é apenas um exemplo do processo que, neste estudo e em estudos anteriores, chamou-se de uma "história sem fim" para um número significativo de pessoas que, em nome do progresso, crescimento econômico, ou seja lá como se queira rotular, são deixadas de lado no seus mais íntimos desejos (e necessidades, obviamente) de buscar uma forma segura e sustentável de garantir sua reprodução social.

Conclusões

Como uma das últimas áreas de fronteira agrícola no país e, portanto, como uma das poucas alternativas para a migração de pessoas ligadas ao campo, o Estado de Mato Grosso, até meados dos anos 80, cumpriu um papel importante no processo de redistribuição espacial da população brasileira. Contudo, sua trajetória nessa condição foi uma das mais curtas dos Estados do Centro-Oeste, em função de uma rápida e intensa transformação produtiva e o conseqüente acirramento do processo de concentração fundiária ao qual foi exposto nas décadas de 80 e 90.

Em um misto de desenvolvimento econômico em ritmo intenso e progressivo "fechamento" das fronteiras agrícolas pioneiras, o Estado do Mato Grosso, em menos de 20 anos, foi deixando de ser um palco de possibilidades para milhares de brasileiros em busca de alternativas de reprodução social no meio rural, para se converter paulatinamente em um palco de grandes possibilidades econômicas, não apenas em termos da valorização (e conseqüente concentração) fundiária, mas também em termos dos investimentos produtivos na agricultura para exportação, esta última hoje a "menina dos olhos" de boa parte dos governantes da região[25].

Os dados analisados neste estudo mostram não apenas a redução do ímpeto migratório para o Estado, como também as relações entre este comportamento e as mudanças nas formas de inserção dos migrantes, que espelham o processo de "urbanização da fronteira" e a grande desarticulação das formas de ocupação que possibilitaram o "desbravamento" de boa parte de seu território.

Este estudo procurou mostrar as poucas possibilidades da manutenção do Estado de Mato Grosso como uma área de atração migratória, embora no nível interno, muitas regiões ainda figuram como grandes alternativas para a absorção do grande contingente de pessoas ligadas à terra. Hoje em dia, regiões do noroeste do Estado, por exemplo, são aquelas que mais crescem em termos demográficos e boa parte deste crescimento se deve a novos núcleos rurais que surgem. Por outro lado, é muito claro perceber que proporção significativa do crescimento

[25] Ao longo do projeto maior do qual este fez parte (Distribuição Espacial da População e Meio Ambiente no Centro-Oeste e São Paulo, financiado pelo programa Pronex) pôde-se visitar vários Estados do Centro-Oeste e, em boa parte deles, mas particularmente em Tocantins (com quase metade da população vivendo no rural), um discurso recorrente dizia respeito às possibilidades da implantação e expansão da soja em seus territórios.

demográfico estadual se dá nos centros urbanos, em especial, nos maiores como Cuiabá, Rondonópolis e Sinop.

A alternativa dos assentamentos rurais é sempre uma possibilidade concreta de reverter parte desse processo de "urbanização forçada" de grandes parcelas de migrantes, e até mesmo de nativos e residentes mais antigos do Estado. De fato, estes projetos podem ser encontrados em praticamente todos os municípios de Mato Grosso. No entanto, é fundamental que a forma de implantação e gerenciamento destes projetos sejam repensados de maneira a torná-los uma saída "real" para aqueles que pretendem viver no e do rural.

Todos os depoimentos recolhidos no campo, inclusive aqueles de agentes não ligados aos trabalhadores rurais, atestam as dificuldades enfrentadas, por um lado, pelos assentados que, via de regra, se encontram de fronte a condições inóspitas, terras inférteis e de difícil acesso, falta de crédito e, em vários casos, até pressões dos grileiros e grande proprietários. De outro lado, os desafios enfrentados pelos próprios agentes e instituições responsáveis pelos projetos que reconhecem as dificuldades de fornecerem as condições técnicas, financeiras e burocráticas para que estes projetos tenham êxito.

As atividades econômicas hegemônicas (pecuária e soja) deixam suas marcas em praticamente todas as áreas onde se encontram, via de regra, implicando em considerável desruralização e inchamento urbano que, na maior parte do território matogrossense, não possui condições de reter o excedente. Este contínuo "movimento da fronteira" é percebido pela avaliação das tendências demográfica das várias microrregiões do Estado.

Não se trata aqui de fazer qualquer apologia a possíveis efeitos daninhos da expansão capitalista da agricultura, até porque ela é uma realidade e um dos grandes pilares do desenvolvimento econômico nacional que, por erros históricos e cumulativos, não consegue garantir uma distribuição da renda adequada a partir de um acesso mais balanceado à sua riqueza e, portanto, condições de vida mais eqüitativas. Na verdade, como se demonstrou neste estudo, em algumas áreas de Mato Grosso o efeito da soja até se deu de maneira contrária, ou seja, viabilizando e dinamizando a ocupação demográfica. De fato, este estudo destacou várias áreas onde a entrada da soja acabou resultando em uma dinamização do crescimento

demográfico e, particularmente o migratório, contudo, é muito difícil apostar na continuidade do fôlego destas áreas em termos de sua capacidade de absorção.

No entanto, considerando a trajetória dos assentamentos humanos ocorridos no Mato Grosso, além das grandes modificações na forma de inserção dos migrantes no Estado ao longo do período considerado neste estudo, fica claro que esta atividade, combinada com a grande hegemonia, em termos espaciais, da pecuária, deixa poucas alternativas para se pensar na continuidade do intenso processo de ocupação observado nos anos 70 e, principalmente, nos 80. Além disso, não se pode perder de vista que parte deste processo deveu-se à atividade garimpeira que, se não se esgotou no Estado, pelas novas características assumidas – a retirada dos minérios passa a ser feitas em escala empresarial por passar a dar-se em maiores profundidades - já não mais movimenta grandes levas migratórias.

Resta, portanto, pensar na força dos maiores centros urbanos como Cuiabá, Rondonópolis e talvez Sinop que, no entanto, não parecem possuir uma estrutura produtiva tão diversificada para dar guarida a novas levas de migrantes interestaduais. Até porque a estes últimos, certamente, precedem os migrantes intra-estaduais “deslocados” em volumes cada vez maiores das áreas rurais, antes motivos de ocupação no âmbito da expansão da fronteira. Este seria um tema interessante para uma continuidade da presente investigação.

Frente a este quadro considera-se que Mato Grosso já caminha para um total esgotamento de sua condição de fronteira agrícola e, portanto, como uma alternativa para os migrantes. Talvez projetos concretos como, a concretização da pavimentação do trecho da Belém-Brasília no Pará - que facilitaria o escoamento da produção -, ou ainda aqueles mais distantes da realidade atual, como o desmembramento de Mato Grosso, pudessem no futuro dar novos rumos à dinâmica demográfica do Estado. Entretanto, nesse momento é difícil imaginar sequer a manutenção do poder atrativo dos anos 80 e, conseqüentemente, um desempenho migratório muito além daquele possibilitado por alguns centros urbanos.

Este estudo forjou-se no afã de aprofundar o entendimento das grandes e relativamente rápidas alterações no processo migratório em Mato Grosso nas últimas duas décadas, fato que o qualificava como um importante e sugestivo estudo de caso. De um lado, porque seu estudo permitiria analisar alguns dos condicionantes desse fenômeno, especialmente os impactos do

processo de capitalização crescente das atividades agrícolas no país e, em particular, no Centro-Oeste. De outro lado, porque estudar Mato Grosso e sua rápida transição – em comparação com outras áreas - de área de fronteira agrícola para um outro contexto de "urbanização" significaria entender as características cambiantes da migração em contextos como este, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Por certo que nesta trajetória analítica, com clara ênfase demográfica, buscou-se enfatizar os elementos que, nesta dimensão, expressavam ou eram manifestações das mudanças experimentadas pelo Estado na sua estrutura econômica e social.

Acredita-se que além de apresentar um painel bastante detalhado do fenômeno migratório estadual, inclusive em termos espaciais, este estudo também contribui para sugerir algumas alternativas para o processo de ocupação demográfica de Mato Grosso, processo este que se encontra em franca modificação e que, certamente, será influenciado por opções dos governos estadual e federal com relação a questões bastante complexas, e por vezes contraditórias, para um país capitalista dependente como é o Brasil: desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano e conservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. Fronteiras amazônicas no início do século XXI. In: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: Nepo/Unicamp, 2000.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, v.23, n.1, jan./jun.2006.

_____. Trinta anos de redistribuição espacial da população no Brasil: principais tendências e a trajetória do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, 2004. (Prelo).

_____. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96:** o esgotamento de um processo de ocupação. Campinas: Nepo/Pronex/Unicamp, 2002.

_____; ALMEIDA, G. M. R.; RAQUEL, F. Migração e transformações produtivas na fronteira: o caso do Mato Grosso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____; AZEVEDO, M. M. Demographic and socio-cultural aspects of population mobility in Brazil. In: HOGAN, D. J. (Org.). **Population change in Brazil**: contemporary perspectives. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

_____; BAENINGER, R. A migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Revista Bahia – Análise & Dados,** Salvador, v.10, n.4, mar.2001.

_____. Migrações no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período de 1986-1996. In: ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTROOESTE, 2., 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: Codeplan/FNUAP, 2000.

_____; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo-Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, v.17, n.1/2, 2000.

_____; SILVEIRA, F. A. **Região Centro-Oeste:** o esgotamento de um processo de ocupação? Campinas: Pronex/Nepo/Unicamp, 1999. (Mimeo).

_____; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, v.9, n.1, 1992.

DINIZ, A. M. A migração e evolução da fronteira agrícola. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIOANAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____. **Frontier evolution and mobility in volatile settements of the Brazilian Amazon.** 2002. Tese (Doutorado) - Arizona State University. Arizona, 2002.

EGLER, C. A. G. Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil. In: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS, 2000, Campinas. **Anais...** Campinas: Nepo/Unicamp, 2000. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/ egler/pdf/Uso_Completo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2004.

FARID, L. H. **Diagnóstico preliminar dos impactos ambientais gerados por garimpos de outra de Alta Floresta/MT**: um estudo de caso. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992.

FERREIRA, E. C.; FERNÁNDEZ, A. J. C.; SILVA, E. P. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [s.d.].

Fundação IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996.** Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico 1991.** Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo Demográfico 1980.** Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Censo Demográfico 1970.** Rio de Janeiro, 1970.

GOMES, M. A. V. **Zoneamento socioeconômico ecológico**: diagnóstico socioeconômico ecológico do estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2 aproximação. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso/Seplan/Bird, 2000. (Situação fundiária – parte 2: sistematização das informações temáticas – nível compilatório).

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C**.** Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste*.* **Textos NEPO 33,** Campinas, 1997.

IPEA/FJN. **Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil.** Recife, 1997.

JATENE, H. S. **Reabertura da fronteira sob controle:** a colonização particular dirigida de Alta Floresta. 1983. 143f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

LEITE, S. **Assentamentos rurais**: um balanço da experiência brasileira. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <www.nead. gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2001.

MAGALHÃES, M. V. Movimentos migratórios na Região Sul: novas tendências. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. **Anais ...** Curitiba : IPARDES/ABEP, 1998.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Brasília: Ipea, 1994. (Texto para Discussão, 329).

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro, nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MATTEI, L**. A evolução do emprego agrícola no Brasil.** São Paulo: Abet, v.4, 1998. (Coleção Mercado de Trabalho).

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica matogrossense:** grilagem, corrupção e violência. 1997. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, R. **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981–1988).** 1998. 189f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

SÃO PAULO. SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Zoneamento econômico e ambiental do Estado do Mato Grosso.** Mato Grosso: Seplan, 1999. CD-ROM (Socioeconômico e Jurídico Institucional).

SAWYER, D. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da Fronteira Amazônica. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Org.). **Migrações internas na Amazônia.** Pará: UFPA, 1986. (Cadernos NAEA, nº 8).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SOUZA, E. A. **Sinop**: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre sua colonização. Cuiabá: Editora da UFMT, 2004.

SOUZA JR**.**, A. Esboço fisiográfico das terras disputadas por Espanha e Portugal no "Sertão" do Brasl. In: _____. **Fronteiras flutuantes.** Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1954.

SYDENSTRICKER, J. M. N. **Parceleiros de Machadinho**: história migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WWF - FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA – Brasil. **Repercussões ambientais da expansão da soja do cerrado e seus vínculos com a liberalização do comércio e a política macroeconômica brasileira.** Brasília, 2000. (Mimeo).